Programa de Ampliação e Modernização da Infraestrutura e Oferta Educacional para Garantir o Direito de Aprender no Estado do Pará (BR-L1548)

Análise Sociocultural (CSA)

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Comunidade Rio Urubuéua Fátima

Município de referência – Abaetetuba (PA)

Janeiro 2023

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 4
1.1 Equipe técnica 6
2. POLÍTICA OPERACIONAL BID – MARCO DA POLÍTICA AMBIENTAL E SOCIAL (MPAS) 7
3. OBJETIVO DO ESTUDO 10
3.1 Metodologia 11
3.2 Resultados e Limitações do Estudo 12
4. MARCO LEGAL E DISPOSITIVOS JURÍDICOS 14
4.1 Leis e diretrizes internacionais relacionadas às comunidades tradicionais 14
4.1.1 Arcabouço legal das Organização das Nações Unidas (ONU) 14
4.2 Leis e diretrizes nacionais relacionadas as comunidades tradicionais 17
4.2.1 Constituição Federal de 1988 (CF-88) 17
4.2.2 Decreto n.º 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). 18
4.2.3 Arcabouço legal do Ministério Público Federal. 20
4.2.4 Instrumentos administrativos que regem as áreas destinadas às comunidades tradicionais 21
4.3 Leis e diretrizes nacionais de educação escolar ribeirinha 23
4.3.1 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 23
4.3.2 Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, aprovadas também em 2001 pelo Conselho Nacional de Educação e outras resoluções 23
4.3.3 Decreto 5.159/2004, criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) - Coordenação Geral de Educação do Campo 24
4.4 Realidade e perfil das escolas do campo em Abaetetuba 25
5. LINHA DE BASE SOCIOCULTURAL 26
5.1 Introdução geral à região 27
5.2 A Comunidade Rio Urubuéua Fátima 31
5.3 Os meios de subsistência sustentáveis 35
5.3.1 Capital Humano 35
5.3.2 Capital Social 42

5.3.3 Capital Físico 45
5.3.4 Capital Natural 61
5.3.5 Capital Financeiro 72
6. ANÁLISE DE VULNERABILIDADE E EXPECTATIVAS POPULACIONAIS 74
6.1 Vulnerabilidade Capital Humano 74
6.2 Vulnerabilidade Capital Social 75
6.3 Vulnerabilidade Capital Físico 76
6.4 Vulnerabilidade Capital Natural 77
6.5 Vulnerabilidade Capital Financeiro 78
7. RISCOS RELACIONADOS AO PROGRAMA_COMPONENTE 1 79
7.1 Metodologia de Avaliação 80
7.2 Avaliação dos Riscos Potenciais 81
7.2.1 Potencializar o grau de participação e garantir o processo de consulta livre, prévia e informada 83
7.2.2 Risco de desrespeito às salvaguardas relacionadas às adequações culturais do projeto arquitetônico 83
7.2.3 Risco de perda de espaços de socialização da comunidade 85
7.2.4 Risco de introdução de doenças 85
7.2.5 Risco de conflitos na articulação interna entre as comunidades 86
7.2.7 Risco de desabastecimento de água da comunidade 87
7.2.8 Risco de perda de capital natural em função de supressão de vegetação 87
8. PLANO DE AÇÃO SOCIOCULTURAL 89
8.1 Medidas de Mitigação e monitoramento 89
9. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES 94
10. REFERÊNCIAS CONSULTADAS 95

ANEXOS

I - Plano de Consulta 98

1. INTRODUÇÃO

O Estado do Pará através da Secretaria de Estado da Educação (Seduc) está buscando um empréstimo a ser financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o objetivo de ampliar e modernizar a infraestrutura e oferta educacional da rede estadual de ensino do Pará, de forma a contribuir com a garantia do direito de aprender, e valorizar os profissionais da rede.

Os objetivos específicos do Programa são:

- Melhorar a infraestrutura física de 120 escolas com o propósito de atender ao redimensionamento da rede e à necessidade de recuperação de estruturas inapropriadas, garantindo a oferta de matrículas e ambiente adequado, impactando na permanência dos alunos na escola e na qualidade da aprendizagem;
- Modernizar o processo de monitoramento da aprendizagem em todas as etapas de ensino, garantindo a evolução do sistema e obtenção de resultados melhores em índices como IDEB e SAEB;
- Revisar a oferta pedagógica para ensino médio e educação de jovens e adultos, assegurando aos estudantes o desenvolvimento das aprendizagens necessárias para a conclusão de cada uma das etapas de ensino;
- Implementar a cultura de garantia de aprendizagem na rede;
- Expandir a formação dos docentes da rede estadual;
- Aprimorar o planejamento, monitoramento e a execução das políticas e ações educacionais.

O Programa será estruturado nos seguintes componentes:

Componente 1: Cobertura e Qualidade da Infraestrutura, visa ampliar a cobertura e melhorar a qualidade da infraestrutura, envolvendo: (i) serviços de consultoria de engenharia para planejamento e elaboração de obras de construção de infraestrutura escolar; (ii) serviços de reforma e ampliação de 120 escolas; e (iii) aquisição de móveis e equipamentos. As obras de construção de infraestrutura serão projetadas de acordo com os princípios de sustentabilidade climática e resiliência.

Componente 2: Práticas de Ensino, divididas em três subcomponentes:

Subcomponente 2.1: Recuperação de aprendizagem e conclusão de Ensino Médio, envolvendo as seguintes atividades: (i) expansão e melhoria das políticas de recuperação e aceleração de aprendizagem;(ii) ferramentas digitais para aprendizagem individualizada; (iii) iniciativa de tutoria e de estímulo comportamental para aumentar a conclusão da escola; (iv) piloto para avaliação de práticas de ensino; e (v) piloto de um programa de transferência de dinheiro para trazer de volta alunos fora da escola.

Subcomponente 2.2: Provisão educacional adequada para comunidades remotas, envolvendo: (i) atualizações socioculturais em currículos e materiais pedagógicos para maximizar a aprendizagem e diminuir as lacunas de gênero e raça; (ii) reestruturação das políticas de ensino existentes para comunidades remotas; e (iii)formação de professores para alunos diversos e rurais.

Subcomponente 2.3: Modernização dos espaços pedagógicos nas escolas e no CEFOR, envolvendo: (i) expansão da conectividade à internet; e (ii) equipamentos para laboratórios.

Componente 3: Práticas de Gestão, que visa fortalecer a capacidade institucional da Seduc, apoiará todos os objetivos específicos e finanças, englobando as seguintes atividades: (i) a instalação e os equipamentos de uma Unidade de Avaliação Educacional; (ii) atualização e transferência de tecnologia de teste de avaliação em larga escala; (iii) melhoria da estrutura organizacional e da gestão de processos; (iv) atualização dos sistemas de TI; e (v) serviços de consultoria para a concepção de políticas voltadas à Seduc, apoiando os municípios na melhoria de seus resultados educacionais.

Componente 4: Administração do Programa, apoiando a execução das ações do Programa, contribuindo para atingir todos os objetivos específicos. Engloba o financiamento de equipamentos, serviços e consultores para a Unidade de Gerenciamento de Projetos (PMU), incluindo serviços de auditoria.

Este documento, relacionado a elaboração da análise sociocultural (CSA em inglês), se refere especificamente a avaliação para o Componente 1 do Programa, ainda que caiba evidenciar o imprescindível processo de consulta sistemático à ser desenvolvido junto as comunidades tradicionais para a perspectiva pedagógica do Programa (Componente 2 – Subcomponente 2.2), haja visto os direitos estabelecidos e o crescente protagonismo dessas comunidades acerca de suas reivindicações em relação ao necessário comprometimento do Estado com suas especificidades culturais, no diálogo e integração com os processos informais e formais de educação dentro de seus territórios.

As comunidades previstas para receber o Programa foram indicadas pela Seduc do Pará e enviadas a esta consultoria num total de sete (7) comunidades com prerrogativas de direitos específicos que devem ser avaliadas conforme os requisitos estabelecidos no Marco da Política Ambiental e Social (MPAS) do BID, em especial o Padrão de Desempenho Ambiental e Social 7 (PDAS 7), bem como em consonância com a legislação nacional e convenções internacionais que o país é signatário.

Após análise da demanda para a avaliação em tela, em especial avaliando tempo de deslocamento, tempo mínimo para o trabalho de campo, atendimento do Termo de Referência e prazos internos do BID, esta consultoria, em diálogo com o BID, definiu por uma amostra representativa com três comunidades.

Sem perda do exposto, este estudo tem o objetivo de preparar os instrumentos de identificação e gestão de potenciais riscos socioambientais negativos e positivos que possam

surgir da construção de infraestrutura do Programa nas comunidades. Este documento se refere a uma das comunidades da amostra, especificamente a comunidade ribeirinha Rio Urubuéua Fátima.

1.1 Equipe técnica

Profissional	Formação	Função
Mirella Poccia Costa	Antropóloga	Especialista - Antropóloga Coordenação e Meio Social
Natália L. S. Oliveira	Bióloga	Especialista Meio Social Meio biótico e revisão geral
Rafael Poccia Costa	Biólogo e Técnico em geoprocessamento	Meio social e Geoprocessamento

2. POLÍTICA OPERACIONAL BID – MARCO DA POLÍTICA AMBIENTAL E SOCIAL (MPAS)

Em 2020 foi aprovado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) o novo Marco da Política Ambiental e Social (MPAS), que substitui as políticas de salvaguardas e norteia as operações na proteção das pessoas e do meio ambiente. O novo marco reafirma o compromisso de parceria na gestão dos riscos ambientais e sociais nas operações apoiadas, além de estabelecer novos e ambiciosos padrões em diversas áreas. O BID está elevando a importância do respeito aos direitos humanos, que deixa de ser apenas uma aspiração para posicionar-se no centro da gestão dos riscos ambientais e sociais.

O MPAS estabelece proteções mais rigorosas para pessoas e grupos em situações de vulnerabilidade aos potenciais riscos e impactos de projetos apoiados. Especifica onde é necessário obter o consentimento livre, prévio e informado de povos indígenas, determina a proteção de afrodescendentes e pessoas com deficiência e exige a consideração de fatores como raça e etnia, idade e condição social, estando alinhados com as versões mais recentes das convenções e instrumentos internacionais centrais da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O novo MPAS, em especial o Padrão de Desempenho Ambiental e Social (PDAS 7) reconhece que povos Indígenas e povos tradicionais legitimados nas normativas nacionais como povos sociais e culturais distintos estão frequentemente entre os segmentos mais marginalizados e vulneráveis da população. Em muitos casos, seu status econômico, social e jurídico limita sua capacidade de defender seus direitos e interesses em terras e recursos naturais e culturais e pode restringir sua capacidade de participar e se beneficiar de um desenvolvimento que esteja de acordo com sua visão de mundo. Estas comunidades são particularmente vulneráveis se seus territórios e recursos são impactados, invadidos ou degradados. Essa vulnerabilidade pode incluir impactos na sua organização social, nos aspectos culturais e meios de subsistência baseados em recursos naturais, além de exposição a empobrecimento e doença.

De acordo com o PDAS 7 do BID, o termo “Povos Indígenas” é usado em um sentido genérico para se referir a um grupo social e cultural distinto, que possui as seguintes características em vários graus: (i) Autoidentificação como membros de um grupo cultural distinto e reconhecimento dessa identidade por outros; (ii) Apego e dependência coletiva a habitats geograficamente distintos ou territórios ancestrais na área do projeto e aos recursos naturais desses habitats e territórios; (iii) Instituições culturais, econômicas, sociais ou políticas costumeiras separadas daquelas da sociedade ou cultura dominante; e (iv) Um idioma ou dialeto distinto, geralmente diferente do idioma ou idiomas oficiais do país ou região em que residem.

A comunidade Rio Urubuéua Fátima com seu território localizado no município de Abaetetuba (PA) se enquadra nessa categoria. A aplicabilidade do PDAS 7 deve ser

estabelecida durante o processo de identificação de riscos e impactos ambientais e sociais. A implementação das ações necessárias para atender aos requisitos deste PDAS é gerenciada por meio do Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS) do mutuário e deverá seguir as orientações e diretrizes deste documento em tela.

Para atividades e operações não especificamente voltadas para as comunidades tradicionais, mas de potencial risco e ou benefício para eles, o Banco adere às seguintes políticas:

Objetivos principais do Padrão de Desempenho Ambiental e Social 7

- Garantir que o processo de desenvolvimento promova o respeito total pelos direitos humanos, direitos coletivos, dignidade, aspirações, cultura e meios de subsistência dos Povos Indígenas (comunidades tradicionais) baseados em recursos naturais;
- Antecipar e evitar impactos adversos de projetos nas comunidades de Povos Indígenas (comunidades tradicionais), ou quando não for possível evitar, minimizar e/ou compensar tais impactos;
- Promover benefícios e oportunidades de desenvolvimento sustentável para os Povos Indígenas (comunidades tradicionais) de uma maneira culturalmente apropriada;
- Estabelecer e manter um relacionamento contínuo com base na Consulta e Participação Informada (CPI) de uma maneira culturalmente apropriada com os Povos Indígenas e comunidades tradicionais afetados por um projeto ao longo do ciclo de vida dele;
- Garantir o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) das comunidades de Povos Indígenas (comunidades tradicionais) afetados pelo projeto quando as circunstâncias descritas neste PDAS estão presentes;
- Respeitar e preservar a cultura, o conhecimento e as práticas das Populações Indígenas (comunidades tradicionais).

As diretrizes exigidas aos mutuários devem cumprir com este PDAS 7 em específico e outros relacionados a seguir, além dos marcos regulatórios nacionais relevantes ao Programa, incluindo princípios dispostos em tratados que fazem parte da lei nacional e são aplicáveis em virtude de sua ratificação. Essas políticas nortearão este estudo:

- PADRÃO 1 DE DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL

  Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais

- PADRÃO 7 DE DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL

  Povos Indígenas (Comunidades Tradicionais)

- PADRÃO 9 DE DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL

  Igualdade de gêneros

- PADRÃO 10 DE DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL

  Engajamento das partes interessadas e divulgação de informações.

3. OBJETIVO DO ESTUDO

O objetivo do estudo em tela é auxiliar o mutuário na preparação do Programa BR-L1548_Componente 1, considerando sua execução em terras indígenas e em territórios de comunidades tradicionais, por meio da elaboração de análises e documentos que devem ser inseridos no SGAS bem como os instrumentos de gestão apropriados para o cumprimento dos requisitos estabelecidos no MPAS do BID, em especifico o PDAS 7 em atendimento as comunidades indígenas e tradicionais.

Os consultores independentes responsáveis por este relatório, juntamente com o BID, consideraram para esta etapa do processo uma amostra representativa com três comunidades indicadas pela Secretaria de Educação do Estado do Pará, que guardadas suas especificidades socioculturais e de direitos adquiridos, espera-se que esta avaliação contribua para salvaguarda de seus direitos durante a elaboração do Programa, como também possam servir de referência para elaboração de documentos e análises que devem ser executadas pelo mutuário nas outras comunidades indígenas e tradicionais a serem contempladas pelo Componente 1 do Programa BR-L1548.

O conteúdo da avaliação sociocultural em tela, direcionado ao SGAS, compreenderá, entre outros, uma Análise Ambiental e Social (AAS), especificamente: marcos legais e políticas de salvaguarda que guardam interação com as comunidades e com o perfil do Programa_Componente 1; diagnóstico comunitário, análise de vulnerabilidades e identificação e avaliação de impactos; diretrizes de medidas de mitigação/compensação e plano de monitoramentos para o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS). Todas as avaliações foram elaboradas com foco em analisar a vulnerabilidade a que estão sujeitas as comunidades quando da construção de infraestrutura escolar e orientar e dar diretrizes para tratar tais vulnerabilidades em diálogo com as comunidades no processo de consulta livre, prévia e informada.

Desta forma, também é parte desta avaliação sociocultural a elaboração de diretrizes relevantes dos Planos de Consulta, Matriz e Diretrizes do Engajamento das Partes Interessadas para os projetos da amostra representativa para posterior implementação do mutuário e um quadro orientador de engajamento para as comunidades indígenas e tradicionais não presentes na amostra, mas que serão atendidas pelo Componente 1 do Programa, a ser executado pelo mutuário.

3.1 Metodologia

Este estudo utilizou, para a coleta de dados primários, metodologias participativas como o mapeamento social[1], entrevistas semiestruturadas, diálogos coletivos em plenária, visitas a lugares relevantes na comunidade e mapeamento social (**Figura 1**); e dados secundários, consultados em plataformas científicas e sites de instituições governamentais e não governamentais, cujas fontes são citadas quando utilizadas.O uso de fotos e informações foram dialogados e obtido consentimento para uso exclusivo no relatório em tela. Em gabinete, os dados foram sistematizados a partir da metodologia da abordagem de Meios de Subsistência Sustentáveis (MSS), conforme Scoones (1998) e Ellis (1999), que permitiu analisar o contexto de vulnerabilidade da comunidade Rio Urubuéua Fátima, local previsto para implementação do Componente 1 do Programa a ser financiado pelo BID.

Esse método propõe uma abordagem de levantamentos de dados e avaliações que vincula estratégias de redução de pobreza, sustentabilidade das intervenções e processos de empoderamento. Além disso, se vale de um quadro conceitual para analisar as estratégias de subsistência adotadas pelos indivíduos quando se defrontam com políticas, instituições e processos que afetam suas vidas, integrado ao contexto mais amplo da vulnerabilidade à qual estão sujeitos. A abordagem tem como objetivo mapear os cinco principais ativos da comunidade: humano, social, físico, natural e financeiro, e compreender cada um em termos de disponibilidade, acesso e uso diferenciado.

Esta abordagem parte do princípio que as comunidades recorrem a estes ativos materiais e imateriais para adotar múltiplas estratégias que lhes garantam o bem-estar individual, familiar e comunitário. Em muitos casos, essas comunidades são forçadas a gastar e/ou perder seus ativos para sobreviver a um determinado evento; em outros casos, podem usá-los de forma estratégica para manter e mesmo melhorar seus meios de subsistência quando mudanças ocorrem.

Esses eventos se expressam habitualmente como choques (um evento isolado, tal como uma ação localizada programada ou um desastre natural); tendências (mudanças de longo prazo, tais como processos migratórios), ou ciclos (como padrões climáticos sazonais ou períodos eleitorais), e podem impactar as comunidades de diferentes formas, seja no nível micro (indivíduo e família), intermediário (gênero específico, comunidade, região habitada) e macro (regional e nacional).

[1] Mapeamento social é a construção de mapas com uso de desenho livre que tem o objetivo de espacializar os locais importantes do território, o seu uso cultural, a distribuição espacial dos recursos naturais, infraestrutura, identificação de impactos ambientais e ameaças, demografia e outras informações relevantes, salvaguardando o interesse, o olhar e a compreensão da comunidade, que guia sua construção. Quando da elaboração do mapa busca-se a compreensão das percepções da comunidade acerca dos símbolos, das relações sociais, da ocupação do território, governança e das normas, valores e regras instituídas. Para maiores informações sobre a metodologia e referências acessar http://web.worldbank.org/archive/website01031/WEB/0__C-169.HTM

Figura 1 - Metodologias utilizadas em campo para levantamento de dados primários.

3.2 Resultados e Limitações do Estudo

Este estudo foi realizado durante a fase de preconcepção do programa, no momento de preparação dos documentos que subsidiarão a assinatura do contrato com o mutuário. Atualmente, o detalhamento sobre o Programa, em especial o local e as especificidades da obra que compõem o Componente 1 na comunidade Rio Urubuéua Fátima ainda serão definidas. Desta forma, apenas com a indicação da comunidade pela Secretaria de Educação (Seduc) do Pará como elegível ao componente de infraestrutura do Programa, foram feitos os levantamentos de campo. Esta questão é relevante haja visto que na localidade existem poucas alternativas locacionais para construção da infraestrutura escolar e esta equipe se guiou pelo local indicado pela comunidade, sem a avaliação necessária de um profissional de engenharia. Esta questão será evidenciada no Capítulo 7.

Outra limitação deste estudo é que ele foi conduzido em pouco tempo de campo e apesar de abordar diversos temas do contexto sociocultural e socioambiental da comunidade Rio Urubuéua Fátima, eles não foram levantados de forma exaustiva. Entretanto, os levantamentos conduzidos contribuirão para apontar diretrizes e questões relevantes para o processo sistemático que deverá ser conduzido pelo mutuário, com mais tempo e dedicação. Desta forma, o estudo em tela traz uma compreensão geral do contexto vivido pela comunidade e o resultado do diálogo transparente, reflexões e considerações específicas sobre a possível construção de infraestrutura escolar na comunidade em tela.

Importante evidenciar que a oportunidade de cursar o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio na comunidade Rio Urubuéua Fátima e comunidades do entorno direto é dada pelo

estado através do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME), que hoje fisicamente funciona na escola municipal da comunidade, revezando horários e salas de aula com os alunos do Ensino Fundamental I.

Desta forma, para os comunitários, abordar o assunto educação, seja seu conteúdo pedagógico, seja gestão e/ou infraestrutura, é considerar a participação de lideranças e famílias de todas as comunidades atendidas nesta unidade do SOME. Uma das limitações impostas pelo pouco tempo deste levantamento em tela e o pouco recurso disponível para subsidiar o deslocamento de representantes das outras comunidades, permitiu que somente algumas lideranças estivessem presentes, o que é um importante fato a ser considerado quando do processo de consulta a ser realizado pelo mutuário, como será apontado no Plano de Consulta, Anexo I deste documento.

Sem perda do exposto, o tempo disponível na comunidade foi relevante para promover um processo de reflexão conjunta e levantar informações relevantes da região, em especial devido à ajuda fundamental de alguns profissionais locais, como a diretora da Escola Municipal de Educação Fundamental e Infantil Nossa Senhora de Fátima de Urubuéua Fátima, Sra. Marizete; mulheres, homens, jovens e lideranças da comunidade Rio Urubuéua Fátima e de outras comunidades próximas; e ainda destacar o apoio das profissionais da Secretaria de Educação do Município de Abaetetuba (Semec), em especial a Sra. Alessandra Dias Rocha, técnica de educação do campo, e a coordenadora de educação do campo, Sra. Maria Francisca Correa; e da Seduc do Pará, as técnicas do SOME, Aline Silva e Gicely Moreira, que auxiliaram na articulação com a Semec e na legitimidade do trabalho.

4. MARCO LEGAL E DISPOSITIVOS JURÍDICOS

O reconhecimento jurídico-formal brasileiro dos Povos Indígenas e comunidades tradicionais no texto constitucional de outubro de 1988 incrementou as ações de mobilização destas comunidades que ainda lutam por fortalecer medidas implementadoras dos dispositivos constitucionais ao longo das décadas. Acrescente-se aos efeitos destes dispositivos o esforço constante de instrumentos elaborados por agências multilaterais, tais como: Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e A Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Declarações e Convenções Internacionais tem ocupado um papel importante no sistema jurídico brasileiro na perspectiva das recorrentes ameaças e retrocessos ao direito dos Povos Indígenas e comunidades tradicionais. Enquanto as Declarações servem como "princípios jurídicos" que orientam instrumentos e ações, as Convenções, por serem Tratados ratificados, geram obrigações, vinculando os países na ordem internacional e impondo sanções em caso de descumprimento das normas acordadas.

No Brasil, não há "povos tribais" no sentido estrito em que há em outros países, mas existem grupos sociais distintos que vivem na sociedade e essa distintividade é que aproxima da noção de "povos tribais". O significado de "tribal" aqui deve ser considerado "lato sensu", envolvendo todos os grupos sociais de forma indistinta: indígenas, quilombolas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco, ribeirinhos, extrativistas, faxinalenses, comunidades de fundos de pasto dentre outros grupos. Em todos estes dispositivos jurídicos internacionais não se define a priori quem são esses "povos indígenas e tribais", apenas oferece instrumentos para que o próprio sujeito se autodefina, como o da "consciência de sua identidade".

Desde que os grupos sociais autodesignados como povos e comunidades tradicionais se definam enquanto tal devem ser "amparados" pela legislação nacional, em especial as direcionados a proteção de seus direitos nas diversas dimensões que ele alcança e pelas Convenções, Tratados, e Declarações internacionais. Todo este arcabouço está em consonância com as políticas exigidas pelo BID ao mutuário, em especial pelo PDAS 7 que trata este documento.

4.1 Leis e diretrizes internacionais relacionadas às comunidades tradicionais

4.1.1 Arcabouço legal das Organização das Nações Unidas (ONU)

Acerca do arcabouço de valores de direitos humanos designados sob a ordem da proteção da diversidade cultural, temos, no âmbito do sistema jurídico internacional, além das Convenções e Declarações editadas pela Organização dos Estados Americanos (OEA), também as seguintes do sistema da ONU:

4.1.1.1 A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural

Que, no artigo 4º, proclama que a "defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade da pessoa humana";

4.1.1.2 A Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais

Que afirma, no item 6 do artigo 2º, a diversidade cultural como uma "grande riqueza para os indivíduos e as sociedades", sendo a "proteção, promoção e manutenção da diversidade cultural [uma] condição essencial para o desenvolvimento sustentável em benefício das gerações atuais e futuras";

4.1.1.3 Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas

Que, em seu preâmbulo, afirma "que todos os povos contribuem para a diversidade e a riqueza das civilizações e culturas, que constituem patrimônio comum da humanidade".

4.1.1.4 Convenção da OIT sobre povos indígenas e tribais em países independentes nº 169[2]

A Convenção nº 169/89 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, que reconhece, junto com os povos indígenas, outros grupos cujas condições sociais, econômicas e culturais os distinguem de outros setores da coletividade nacional, arrolando para estas todos direitos específicos.

Em junho de 2002, o governo brasileiro ratificou, por meio do Decreto Legislativo n.º 143, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIToit). Esta Convenção, que é de junho de 1989, isto é, de 13 anos passados, reconhece como critério fundamental os elementos de autoidentificação, e reforça, em certa medida, a lógica de atuação dos movimentos sociais orientados principalmente por fatores étnicos e pelo advento de novas identidades coletivas. No artigo n°1 a convenção oferece a seguinte definição: aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial.

No que diz respeito à educação, a OIT 169 dá diretrizes mais concretas sobre o tema educação, inclusive dedicando uma seção especifica ao assunto, evidenciando o direito de acesso pleno a educação formal em todos os níveis, pelo menos em condições de igualdade com o restante da comunidade nacional. A OIT 169 regulamenta a necessária aplicação, e melhoria no acesso a educação formal e informal evidenciando sua participação e cooperação, determinando sua prioridade em planos de desenvolvimento econômico global das regiões onde eles moram/habitam e outros conforme as seguintes disposições:

[2] Fonte http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5

PARTE l- POLÍTICA GERAL / Artigo 7º

I. Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-Ios diretamente.

2. A melhoria das condições de vida e de trabalho e do nível de saúde e educação dos povos interessados, com a sua participação e cooperação, deverá ser prioritária nos planos de desenvolvimento econômico global das regiões onde eles moram. Os projetos especiais de desenvolvimento para essas regiões também deverão ser elaborados de forma a promoverem essa melhoria.

3. Os governos deverão zelar para que, sempre que for possível, sejam efetuados estudos junto aos povos interessados com o objetivo de se avaliar a incidência social, espiritual e cultural e sobre o meio ambiente que as atividades de desenvolvimento, previstas, possam ter sobre esses povos. Os resultados desses estudos deverão ser considerados como critérios fundamentais para a execução das atividades mencionadas.

PARTE VI - EDUCAÇÃO E MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Artigo 27°

1. Os programas e os serviços de educação destinados aos povos interessados deverão ser desenvolvidos e aplicados em cooperação com eles a fim de responder às suas necessidades particulares, e deverão abranger a sua história, seus conhecimentos e técnicas, seus sistemas de valores e todas suas demais aspirações sociais, econômicas e culturais.
2. A autoridade competente deverá assegurar a formação de membros destes povos e a sua participação na formulação e execução de programas de educação, com vistas a transferir progressivamente para esses povos a responsabilidade de realização desses programas, quando for adequado.
3. Além disso, os governos deverão reconhecer o direito desses povos de criarem suas próprias instituições e meios de educação, desde que tais instituições satisfaçam as normas mínimas estabelecidas pela autoridade competente em consulta com esses povos. Deverão ser facilitados para eles recursos apropriados para essa finalidade.

Artigo 30°

1. Os governos deverão adotar medidas de acordo com as tradições e culturas dos povos interessados, a fim de lhes dar a conhecer seus direitos e obrigações especialmente no referente ao trabalho e às possibilidades econômicas, às questões de educação e saúde, aos serviços sociais e aos direitos derivados da presente Convenção.

2. Para esse fim, dever-se-á recorrer, se for necessário, a traduções escritas e à utilização dos meios de comunicação de massa nas línguas desses povos.

4.1.1.5 Convenção da Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519 de 16/03/19988.

Artigo 8º. Conservação in situ.

Cada parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso:

j) Em conformidade com a legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas;

4.2 Leis e diretrizes nacionais relacionadas às comunidades tradicionais

No âmbito do sistema jurídico interno, em relação à proteção aos valores da diversidade cultural, citam-se:

4.2.1 Constituição Federal de 1988 (CF-88)

A Constituição Federal de 1988 que, no artigo 215, determina que o “Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais”. E, no artigo 216, I e II, inclui como sinais distintivos da identidade dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira, suas “formas de expressão” e seus “modos de criar, fazer e viver”;

Assim sendo, a Constituição de 1988 reconheceu o direito à diferença cultural, fundamento de um Estado pluriétnico, e o caráter multicultural da nação brasileira, bases para uma sociedade mais justa e de um efetivo Estado democrático de direito. Ao fazê-lo, viabilizou as condições para transformações nas políticas de Estado que devem hoje assegurar a superação da desigualdade de direitos também à saúde, à educação, à segurança alimentar, que só podem ser agora remetidos a este quadro de diferença cultural contemplado constitucionalmente. Todos eles mantêm relações intrínsecas com a demarcação e garantia das terras tradicionalmente ocupadas.

Em matéria Constitucional, seus Direitos são expressamente assegurados na Constituição Federal de 1988, regulamentados pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, da qual o Brasil é signatário.

4.2.2 Decreto n.º 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)

A PNPCT[3] tem por objetivo específico promover o citado "desenvolvimento sustentável" com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais. Preconiza também o respeito e valorização da identidade de povos e comunidades tradicionais, bem como de suas formas de organização e de suas diferentes instituições. A referida Política está estruturada a partir de quatro eixos estratégicos: 1) Acesso aos Territórios Tradicionais e aos Recursos Naturais; 2) Infraestrutura; 3) Inclusão Social; e 4) Fomento e Produção Sustentável.

Em específico sobre o eixo infraestrutura e outros correlacionados determina no Art. 3º:

> III - implantar infraestrutura adequada às realidades socioculturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais;
>
> IV - garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos;
>
> V - garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto nos não-formais;
>
> X - garantir o acesso às políticas públicas sociais e a participação de representantes dos povos e comunidades tradicionais nas instâncias de controle social;
>
> XI - garantir nos programas e ações de inclusão social recortes diferenciados voltados especificamente para os povos e comunidades tradicionais;
>
> XII - implementar e fortalecer programas e ações voltados às relações de gênero nos povos e comunidades tradicionais, assegurando a visão e a participação feminina nas ações governamentais, valorizando a importância histórica das mulheres e sua liderança ética e social;
>
> XVII - apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais.

[3] Fonte http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

4.2.2.1 Decreto nº 8.750, de 09/05/2016, institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

O Conselho é um órgão colegiado de caráter consultivo, que era integrante da estrutura básica do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no âmbito da Secretaria Nacional de Políticas da Promoção da Igualdade Racial e tem por finalidade o acompanhamento e aprimoramento das políticas públicas para os Povos e Comunidades Tradicionais que se identifiquem como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, garantindo que suas tradições culturais, religiosas, econômicas e territoriais sejam preservadas. Especialmente em seu art. 4º, § 2º que prevê os diferentes segmentos de comunidades tradicionais. Comunidades tradicionais são objeto de legislação adicional, e se relacionam as comunidades foco desta avaliação:

Com as recentes mudanças anunciadas pelo governo Lula em janeiro de 2023, Marina Silva, a nova Ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climática na sua cerimônia de posse anunciou uma nova estrutura da pasta e as prioridades do novo ministério que se somam a uma série de decretos e medidas provisórias, várias delas relacionadas à reestruturação da agenda ambiental. Em sua nova estrutura, o Ministério terá uma Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável. Essa iniciativa, provavelmente abrigará o CNPCT e possibilitará a ampliação das ações de incentivo à economia da sociobiodiversidade, extrativismo sustentável, manejo de madeira, dentre outros. A secretaria deverá trabalhar ao lado do recém-criado Ministério dos Povos Indígenas.

O Portal Ypadê[4], criado pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) tem como um de seus objetivos oferecer informações sobre os Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil e suas organizações, além de fomentar o fortalecimento e a continuidade das Políticas Públicas direcionadas aos diversos segmentos tradicionais. Nela são dispostas algumas categorias de comunidades tradicionais amparadas pela legislação nacional e que dialogam com este documento:

- RIBEIRINHOS: A característica que unifica os diversos povos ribeirinhos espalhados pelo território amazônico é a profunda integração entre a vida humana e o ciclo dos rios. Para Corrêa (2005), “ribeirinhos são homens, mulheres, jovens e crianças que nascem, vivem, convivem e se criam, existem e resistem às margens dos rios”. Os ribeirinhos habitam as margens dos rios, igarapés, igapós e lagos da floresta, absorvendo a variação sazonal das águas como uma característica fundamental na constituição de sua rotina de vida e trabalho. A vazante e a enchente das águas regulam as dinâmicas de alimentação, trabalho e interação entre os membros desses grupos. A presença constante das águas e da floresta amazônica também é a origem de outra característica marcante da maior parte das comunidades ribeirinhas: o isolamento geográfico.

[4] Fonte https://portalypade.mma.gov.br/

- **EXTRATIVISTAS:** Os povos e comunidades tradicionais extrativistas são agrupamentos pautados em culturas e valores diversos, que guardam entre si a semelhança de realizarem extração e coleta de espécies vegetais e/ou animais enquanto atividade econômica e de subsistência. São pequenos produtores que possuem suas culturas distintas, desenvolvendo seus modos de vida e de produção alinhados com a lógica do ecossistema que habitam. Dessa forma, possuem um conjunto amplo de saberes obtidos por meio da percepção e relação direta com o meio ambiente, desenvolvendo tecnologias simples e geralmente de baixo impacto, adaptadas ao seu contexto e à lógica do ambiente. Partem de uma produção mais ou menos diversificada que tem como objetivo complementar a renda e garantir a reprodução dos seus modos de vida. Há uma ampla variedade de tipos e formas de extrativismo.
- **PESCADORES ARTESANAIS** As comunidades de pescadores artesanais estão espalhadas por rios, lagos e toda a costa brasileira e são, por isso mesmo, muito diversas entre si. O elo entre esses diferentes grupos é o cotidiano de trabalho com as águas, labuta que é possível devido a um acúmulo de conhecimentos locais específicos sobre vento, maré, cheias e vazantes, posição e movimento dos cardumes, entre outros, sempre aliado a técnicas tradicionais de pesca e navegação.

4.2.3 Arcabouço legal do Ministério Público Federal.

A câmara temática populações indígenas e comunidades tradicionais (6ª Câmara de Coordenação e Revisão) trata especificamente dos temas relacionados aos grupos que têm em comum um modo de vida tradicional distinto da sociedade nacional majoritária, como, indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, comunidades ribeirinhas e ciganos. O principal desafio dos procuradores que atuam nessas temáticas é assegurar a pluralidade do Estado brasileiro na perspectiva étnica e cultural, como determina a Constituição Brasileira.

Enunciados da 6ª Câmara do MPF sobre comunidades tradicionais

- Enunciado da 6ª CCR nº 19, de 05/12/2014: O MPF, dentre outros legitimados, tem atribuição para atuar judicial e extrajudicialmente em casos envolvendo direitos de quilombolas e demais comunidades tradicionais, sendo a competência jurisdicional da justiça federal. Tal atribuição se funda no artigo 6º, inciso VII, alínea "c", e artigo 5º, inciso III, alínea "c", da Lei Complementar nº 75/1993, no fato de que a tutela de tais interesses corresponde à proteção e promoção do patrimônio cultural nacional (artigos 215 e 216 da Constituição);
- Enunciado da 6ª CCR nº 22, de 05/12/2014: Em casos de sobreposição territorial entre comunidades tradicionais e/ou unidades de conservação, é necessária a realização de estudo antropológico para contextualizar a dinâmica sociocultural;
- Enunciado da 6ª CCR nº 25, de 05/12/2014: Os direitos territoriais dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais têm fundamento constitucional (art. 215,

art. 216 e art. 231 da CF 1988; art. 68 ADCT/CF) e convencional (Convenção nº 169 da OIT). Em termos gerais, a presença desses povos e comunidades tradicionais tem sido fator de contribuição para a proteção do meio ambiente. Nos casos de eventual colisão, as categorias da Lei nº 9.985 não podem se sobrepor aos referidos direitos territoriais, havendo a necessidade de harmonização entre os direitos em jogo. Nos processos de equacionamento desses conflitos, as comunidades devem ter assegurada a participação livre, informada e igualitária. Na parte em que possibilita a remoção de comunidades tradicionais, o artigo 42 da Lei nº 9.985 é inconstitucional, contrariando ainda normas internacionais de hierarquia supralegal;

- Enunciado da 6ª CCR nº 26, de 05/12/2014: O uso sustentável de recursos naturais por parte de povos e comunidades tradicionais é assegurado pela Constituição Federal (arts. 215 e 216) e pela Convenção nº 169 da OIT (art. 14, I), dentro e fora de seus territórios;
- Enunciado da 6ª CCR nº 27, de 05/12/2014: Os direitos territoriais dos povos quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais gozam da mesma hierarquia dos direitos dos povos indígenas, pois ambos desfrutam de estatura constitucional.

4.2.4 Instrumentos administrativos que regem as áreas destinadas às comunidades tradicionais

As ilhas e várzeas em Abaetetuba são de jurisdição federal, mas o Instituto Nacional de Reforma Agrária-INCRA, somente atua com os Projetos Agroextrativistas nas Ilhas, como é o caso do PAE Ilha Caripetuba, onde se localiza a Comunidade Rio Urubuéua Fátima. Atualmente, o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), representado pelos projetos de Reforma Agrária, dividem-se em dois grupos: I – Projetos de Reforma Agrária criados por meio de aquisição de terras pelo INCRA, na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamento (PA), e os ambientalmente diferenciados, classificados em Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF); II – Projetos de Reforma Agrária reconhecidos pelo INCRA, criados pelas instituições governamentais para acesso às políticas públicas do PNRA.

Em relação a garantia e posse fundiária, os procedimentos previstos em titulação de Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) são:

- ✓ Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA;
- ✓ Aporte de recursos de crédito apoio a instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União;
- ✓ Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União;
- ✓ Titulação (Concessão de Uso) de responsabilidade da União;
- ✓ Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas;

- ✓ São permitidas atividades ambientalmente diferenciadas.

Em relação aos instrumentos administrativos que regem os Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE):

- Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS)

Instrumento de destinação dos direitos de utilização dos bens da União Federal, conferido em caráter transitório e precário, para comunidades tradicionais, com o objetivo de possibilitar a ordenação do uso racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis na orla marítima e fluvial, voltados à subsistência dessa população. A autorização abrange as áreas utilizadas tradicionalmente para fins de moradia e uso sustentável dos recursos naturais.

Instrumento Jurídico: PORTARIA SPU Nº 89, DE 15 DE ABRIL DE 2010.

Disciplina a utilização e o aproveitamento dos imóveis da União em favor das comunidades tradicionais, com o objetivo de possibilitar a ordenação do uso racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis na orla marítima e fluvial, voltados à subsistência dessa população, mediante a outorga de Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), a ser conferida em caráter transitório e precário pelos Superintendentes do Patrimônio da União, podendo ou não compreender as áreas utilizadas tradicionalmente para fins de moradia e uso sustentável dos recursos naturais, contíguas ou não.

Esse instrumento pode evoluir para uma Concessão de Direito Real de Uso, nos casos em que não for possível a alienação (venda, doação ou permuta) ou quando houver necessidade de garantir a fixação da população no local, mitigando situações de conflito fundiário.

- Concessão de Direito Real de Uso (CDRU)

Instrumento Jurídico: PORTARIA SPU Nº 100, DE 3 DE JUNHO DE 2009.

Trata-se do Contrato Administrativo que transfere direitos reais da propriedade e pode ser transmissível por ato intervivos e *causa mortis*. Pode ser gratuito ou oneroso (paga), individual ou coletiva, não exigindo requisitos de posse, tamanho de terreno etc. Comunidades: Para as comunidades presentes nos Terrenos de Marinha e acrescidos – áreas inalienáveis, bem como pode ser aplicada em áreas vazias destinadas à provisão habitacional; em áreas ocupadas, sujeitas à pressão imobiliária ou em áreas de conflito fundiário; no uso sustentável das várzeas e para a segurança da posse de comunidades tradicionais e para fins comerciais.

Em qualquer instrumento administrativo os direitos das comunidades estão garantidos pela Convenção 169 da OIT.

4.3 Leis e diretrizes nacionais de educação escolar ribeirinha

As escolas ribeirinhas são uma modalidade inserida dentro da chamada educação do campo. A categoria fica mais no âmbito dos movimentos e das identidades amazônicas. A depender de alguns estados, escolas em contato com o rio se consideram ribeirinhas. Entre suas particularidades estão classes majoritariamente multisseriadas e dificuldade de acesso da comunidade à cidade.

4.3.1 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

A LDB de 1996 reconhece, em seus arts. 3º, 23º, 27º e 61º, a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença, possibilitando a definição de diretrizes operacionais para a educação rural sem, no entanto, romper com um projeto global de educação para o país. A ideia de mera adaptação é substituída pela de adequação, o que significa levar em conta, nas finalidades, nos conteúdos e na metodologia, os processos próprios de aprendizado do estudante e o que é específico do campo. Permite, ainda, a organização escolar própria, a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana.

A educação do campo destina-se à população rural como: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. Tem como objetivo a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica. Assim como, estar vinculada às peculiaridades da vida rural de cada região do país.

4.3.2 Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, aprovadas também em 2001 pelo Conselho Nacional de Educação e outras resoluções

Importante marco para a educação do campo porque contemplam e refletem um conjunto de preocupações conceituais e estruturais presentes historicamente nas reivindicações dos movimentos sociais. Dentre elas o reconhecimento e valorização da diversidade dos povos do campo, a formação diferenciada de professores, a possibilidade de diferentes formas de organização da escola, a adequação dos conteúdos às peculiaridades locais, o uso de práticas pedagógicas contextualizadas, a gestão democrática, a consideração dos tempos pedagógicos diferenciados, a promoção, através da escola, do desenvolvimento sustentável e do acesso aos bens econômicos, sociais e culturais.

A Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002 esclarece no parágrafo único que "A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes..." Tal documento, importante conquista do movimento no âmbito da política educacional, tem como perspectiva uma escola com identidade, definida e ancorada nas temporalidades, saberes, memórias e práticas culturais, próprias dos sujeitos do campo, como também na ciência e tecnologia disponível na sociedade. O campo se difere da zona urbana em vários aspectos. E em se tratando de região ribeirinha as escolas apresentam questões singulares: estruturais, acessibilidade arquitetônica, forma de vida etc.

4.3.3 Decreto 5.159/2004, criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) - Coordenação Geral de Educação do Campo

Na busca pela educação diferenciada, a secretaria foi criada em 2004 como fruto da pressão dos movimentos sociais, que buscavam influenciar a política educacional, buscando que ela reconhecesse as discriminações, desigualdades, racismos, sexismos, que sempre foram bastante silenciados na política educacional e no debate sobre qualidade educacional.

A criação no âmbito do Ministério da Educação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, à qual está vinculada a Coordenação Geral de Educação do Campo, significa a inclusão na estrutura estatal federal de uma instância responsável, especificamente, pelo atendimento dessa demanda a partir do reconhecimento de suas necessidades e singularidades.

Em 2019 o governo de Jair Bolsonaro extingue a SECADI com o Decreto n° 9.665 e cria a Secretaria de Modalidades Especializadas. Após quatro anos de enorme descaso em relação a educação no campo, com as eleições de 2022 e a volta do governo do PT, dia 1° de janeiro de 2023 o presidente Lula autorizou a reestruturação do Ministério da Educação (MEC) com um novo decreto, de nº 11.342. A medida se refere, entre outras coisas, à recriação da Secretaria de Articulação com Sistemas de Ensino (SASE) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

4.3.4 LEI N° 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação

O primeiro Plano Nacional foi criado em 2001 pela Lei n° 10.172, que estabelece entre suas diretrizes no período de 2001 a 2010 o "tratamento diferenciado para a escola rural" e recomenda, numa clara alusão ao modelo urbano, a organização do ensino em séries, a extinção progressiva das escolas unidocentes e a universalização do transporte escolar. Observe-se que o legislador não levou em consideração o fato de que a unidocência em si não é o problema, mas sim a inadequação da infraestrutura física e a necessidade de formação docente especializada exigida por essa estratégia de ensino. Por outro lado, a universalização do transporte escolar, sem o necessário estabelecimento de critérios e princípios, gerou distorções, tais como: o fechamento de escolas localizadas nas áreas rurais

e a transferência de seus alunos para escolas urbanas; o transporte de crianças e adolescentes em veículos inadequados e sucateados; e a necessidade de percorrer estradas não pavimentadas e perfazer trajetos extremamente longos.

Por fim importante evidenciar as metas ainda a serem alcançadas até 2024, pautadas pela Lei n° 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação de 2014-2024 que apresenta como uma das estratégias para melhorar a qualidade da educação básica:

> "consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos"

4.4 Realidade e perfil das escolas do campo em Abaetetuba

Em Abaetetuba, a distribuição das escolas está dividida em três setores: 1) Cidade – Sede (abarca as escolas da área urbana do município); 2) Estradas e ramais (compreende aquelas localizadas em terra firme, com acesso por via terrestre); e, 3) Ilhas (abrange escolas localizadas na parte insular do município).

Os dados do INEP (2022) indicam piora nos índices das escolas do município de Abaetetuba. Com relação à infraestrutura escolar, considerando toda a rede pública urbana e rural, apenas 4% das escolas possuem acesso à água tratada. Desses 4%, 66% utilizam água de poços artesianos sem tratamento adequado e 33% utilizam água de rio sem tratamento. Somente 1% possui rede de esgoto e 99% utilizam um sistema de fossa rudimentar. Em relação à energia, 22% das escolas usam energia a partir de gerador a óleo diesel e 3% não possuem abastecimento elétrico. Em relação aos equipamentos, somente 41% tem acesso à internet, somente 22% a laboratório de informática e nenhuma tem acesso a laboratório de ciências.

A demanda de escolas do campo é bem maior do que da cidade. No entanto, segundo estudo realizado por Cardoso *et al* (2018) apresentam maiores problemas estruturais e de acompanhamento pedagógico com maior índice de reprovação, evasão e distorção idade/série. "Presencia-se no território das águas e ramais de Abaetetuba, escolas deterioradas, sucateadas, ausência de docentes qualificados, transporte escolar deficiente. Ressalva-se que a região das ilhas de Abaetetuba, tem muita dificuldade de acesso devido a dinâmica das marés e chuvas intensas. Muitas escolas são de difícil percurso casa-escola" (CARDOSO *et al*, 2018).

5. LINHA DE BASE SOCIOCULTURAL

Neste capítulo é evidenciado o contexto geral da comunidade Rio Urubuéua Fátima, local previsto para construção da infraestrutura escolar conforme indicado pela Seduc do Pará como uma das localidades que receberá o Programa_Componente 1 financiado pelo BID.

Este estudo utiliza a metodologia do quadro de subsistência sustentável para analisar o contexto de vulnerabilidade à qual pode estar exposta a comunidade com a construção de uma edificação. O quadro de subsistência sustentável tem a capacidade de sistematizar de forma objetiva, mas não exaustiva, como uma comunidade usa e depende de seus ativos específicos de subsistência. O meio de subsistência é um conceito amplo que abrange praticamente todos os aspectos da vida cotidiana. As comunidades tradicionais, de forma geral, formam consistentemente seu sustento com base nestes ativos, aqui nomeados de capital humano, social, físico, natural e financeiro, como será descrito, e tais ativos refletem o arcabouço socioambiental, sociocultural e institucional que regram seu modo de vida, como cultura, regras internas, instituições específicas internas e externas e estruturas de governança própria.

O objetivo desta sistematização é estabelecer em termos gerais a natureza dos mecanismos da comunidade e evidenciar suas vulnerabilidades para reduzir possíveis impactos no seu modo de vida, seja no momento de planejamento da obra, na fase de construção e operação, bem como no cumprimento de todas as prerrogativas de direito associadas ao processo de consulta.

Cabe evidenciar que esta abordagem aqui adotada está em acordo com as premissas constitucionais que garantem às comunidades tradicionais seus territórios, na medida em que o território e todas as intrincadas relações estabelecidas a partir dele são imprescindíveis não só para subsistência e produção, mas para manutenção e reprodução do seu modo de vida, tendo em vista que áreas utilizadas e formas de utilizar e dar significado aos recursos naturais guardam uma relação direta com sua organização social, suas referências culturais, religiosas e espaciais, apreendidas pelo seu uso imemorial e geracional.

Importa entender que a compreensão de que avaliar corretamente uma possível alteração ambiental que impacta este território utilizado só é possível quando são consideradas as formas específicas através das quais a comunidade imprime sua lógica a ele, pois contrário disto seria reduzir a abrangência das relações territoriais à moradia e às atividades de produção (GALLOIS, 2004) o que seria um equívoco na perspectiva de compreensão dos recursos (materiais e imateriais) que fazem uso para reprodução do seu modo de vida, ou seja, sua reprodução física e cultural.

A comunidade Rio Urubuéua Fátima, apesar das particularidades vivenciadas na sua territorialidade, resultado dos processos de ocupação e garantia fundiária da região, habita o Projeto Agroextrativista (PAE) Ilha Caripetuba, na região insular do município de

Abaetetuba. O aspecto da territorialidade específica reforça as distinções da comunidade ao seu contexto fisiográfico, ambiental, histórico e social, e reforça identidades socioambientais que as diferenciam e ao mesmo tempo as unificam a partir deste contexto de apropriação da região insular.

Desta forma é relevante apontar que este levantamento de informações teve como objetivo o diálogo com a comunidade Rio Urubuéua Fátima, mas também com famílias e lideranças das comunidades próximas, que utilizam a infraestrutura escolar desta comunidade, recorte este definido e dialogado junto aos comunitários.

5.1 Introdução geral à região

De acordo com o último Censo disponível do IBGE (2010), o município de Abaetetuba é a sétima cidade mais populosa do Pará e sua população em 2021 foi estimada em 160.439 habitantes, das quais em torno de 40% habitam as áreas rurais. Grande parte de sua área rural é constituída por ilhas fluviais, na confluência dos rios Tocantins e Pará. A composição sociocultural do município e das ilhas de Abaetetuba é diversificada como na maior parte da Amazônia brasileira.

Em 2018 o município de Abaetetuba apresentava na área terrestre 46 comunidades; na zona urbana 18 bairros e na zona das ilhas, composta por 72 ilhas, eram aproximadamente 75 localidades, onde estão estabelecidos os ribeirinhos e quilombolas, às margens dos rios, igarapés e furos, em casas em estilo palafita[5]. Os meios de transportes utilizados são canoas movidas a remos, ou motorizadas como as rabetas e rabudos[6] , que trafegam através dos inúmeros rios, furos e igarapés, com destino à cidade, ou outra localidade nas mais diversas ocupações ou atividades (CARDOSO *et al,* 2018). As ilhas que pertencem ao município, do ponto de vista fundiário, se dividem de modo geral em Projetos de Assentamento Agroextrativista[7] (PAE) e territórios Quilombolas.

Abaetetuba foi cenário de um momento histórico de organização social dos trabalhadores rurais ribeirinhos. Desde a década de 80, organizações sociais se mobilizavam para a legalização das terras da marinha. A promulgação da Constituição Federal em 1988 e a atuação do movimento social propiciaram uma articulação entre os órgãos federais e permitiram que a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU)

[5] Palafitas são habitações tradicionais da cultura ribeirinha cuja arquitetura pressupõe um diálogo com o ciclo das águas da região, com suas pilastras de madeiras submersas durante enchente e vindas à tona no período da vazante.

[6] Rabetas e rabudos- são pequenas embarcações motorizadas que podem ser cobertas (com toldo) ou descobertas, normalmente de pequeno porte. Tais embarcações funcionam como um transporte "táxi nos rios", pois é veloz e acessível para o transporte de pequenas cargas e passageiros, fazendo o percurso das comunidades das ilhas até a sede do município. (CARDOSO *et al,* 2018).

[7] O Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) se divide em dois grupos: I – Projetos de Reforma Agrária criados por meio de aquisição de terras pelo INCRA, na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamento (PA), e os ambientalmente diferenciados, classificados em Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF). II – Projetos de Reforma Agrária reconhecidos pelo INCRA, criados pelas instituições governamentais para acesso às políticas públicas do PNRA.

autorizasse a criação de PAE em ilhas federais através do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). Em 2016, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT)[8], eram 7.584 famílias distribuídas em 24 PAE instalados no município, dentre os quais nove eram comunidades quilombolas (COUTINHO, 2016).

A definição de projeto agroextrativista buscou conjugar diversos aspectos: a exploração racional da terra e a regularização fundiária com formas de exploração coletiva. Ao mesmo tempo conjugava o princípio da função social da propriedade e articulava o direito previsto no Art. 215 da CF – 88 que versa sobre a proteção dos grupos participantes do processo civilizatório brasileiro, tais como povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos e extrativistas, dentre outros.

Para compreender o cenário de ocupação da região e as lutas por direitos fundiários é importante considerar os ciclos econômicos do município, que de certa forma estimularam o maior protagonismo das comunidades devido, em especial, aos deslocamentos populacionais durante o período colonial nas diversas estratégias da Coroa para a exploração econômica e que contribuíram para a diversidade social da região. Nesse contexto cabe aqui destacar que os diversos engenhos de cana-de-açúcar que produziam aguardente e prosperaram no século XIX, representando cerca de 80% da renda agrícola do município (ANDRESON, 1991). Porém, às custas de mão de obra escravizada e indígena, a desativação desses engenhos causaram um momento de grande desarticulação econômica na região (IPEA, 2015).

Esta mão de obra teve papel decisivo entre 1835 e 1840 durante o Movimento Cabano[9], também conhecido como Cabanagem, e contribuiu para grande ocupação das margens dos rios e igarapés do território paraense e da região das ilhas de Abaetetuba em particular. Entre as principais causas da revolta citam-se as disputas políticas e territoriais, motivadas pelas elites do Grão-Pará[10], e pelo reconhecimento de melhores condições de vida e trabalho para os cabanos. Embora a perseguição tenha sido violenta, alguns revolucionários conseguiram escapar e fugiram para a floresta, o que permitiu a sobrevivência dos ideais da cabanagem mesmo após sua derrota.

Do ponto de vista econômico, visando equilibrar as demandas econômicas vigentes à época, Abaetetuba começou a exploração acentuada de recursos naturais, em especial a supressão vegetal com o corte de madeiras nobres, madeiras para lenha ou carvão, extração do palmito

[8] Comissão Pastoral da Terra é um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil vinculado à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz e nascido em 22 de junho de 1975, durante o Encontro de pastoral da Amazônia, convocado pela CNBB e realizado em Goiânia. Seu objetivo apoiar e assessorar trabalhadores rurais na reivindicação dos seus direitos, garantir o acesso à terra e a permanência nela de maneira sustentável e equilibrada com os recursos naturais, além de diminuir a violência e a impunidade na zona rural.

[9] Grande parte da população vivia em cabanas à beira dos rios e igarapés e nas inúmeras ilhas do estuário do rio Amazonas, marginalizada, em condições miseráveis, usada como mão de obra em regime de semiescravidão pela economia da província

[10] Na época, a província do Grão-Pará incluía territórios que hoje pertencem aos estados de Roraima, Amapá, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso.

e de outros recursos ambientais, estimulando o aumento de olarias, pedreiras e serrarias, se tornando um município de referência para tais insumos. A intensidade da exploração de recursos naturais perdurou até a década de 90 com a ampliação da utilização do fruto do açaí nos mercados internos e externos, e com essa crescente demanda o fruto se torna para muitas famílias ribeirinhas a principal fonte de renda (IPEA, 2015).

Os sucessivos deslocamentos e migrações de diversos grupos sociais, motivados pelos episódios históricos, promoveram a formação de comunidades ribeirinhas na região insular de Abaetetuba, que viviam da várzea e dos recursos pesqueiros. Com a ascensão da extração do fruto do açaí, em especial associada ao manejo tradicional dessas populações, foi favorecido o estabelecimento dos projetos de assentamento na região das ilhas, uma vez que impulsionava a economia ribeirinha, outrora subordinada a relações desiguais de comércio com a cidade e dava a estas comunidades a garantia de seus territórios, os quais eram dependentes.

Trata-se de evidenciar que destes deslocamentos nascem diferentes fenômenos possessórios que tem em comum as sociodiversidades e particularidades da Amazônia. “As comunidades remanescentes de quilombos, ribeirinhos e seringueiros, por exemplo, desenvolveram ao longo da história um modelo próprio de apossamento da terra e dos recursos naturais, denominada por Benatti (2003) de posse agroecológica. A posse agroecológica se tornou, portanto, instrumento de luta dos povos da floresta que historicamente foram caracterizados como ocupantes, sem direitos a quaisquer títulos ou garantia legal do domínio, em condições de extrema vulnerabilidade no período de grandes tensões e olhares dos grandes latifundiários e políticas externas para a Amazônia. Em muitas hipóteses, os amazônidas eram vistos apenas como mão de obra barata” (OLIVEIRA e BENATTI, 2016).

No caso das comunidades ribeirinhas de Abaetetuba, a existência de interesses comuns compartilhados pelas comunidades de vizinhança se revelou central para engendrar formas de ação comunitária que foram estimuladas pela atuação da Igreja Católica a partir da década de 70, em especial a CPT Guajarina.

A organização dos trabalhadores rurais e dos demais atores do meio rural permitiu a emergência de identidades e de lutas que exigiram do Estado respostas aos movimentos reivindicatórios que se formavam. Assim, a atuação de sindicatos e outras formas associativas têm nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e CPT importantes fontes de estímulo e mediação, que contribuem para a participação destes grupos no cenário político. A formação de 57 CEB nas ilhas de Abaetetuba se constituiu à base social da mobilização e foi a partir delas que a população das ilhas e várzeas assume uma organização (IPEA, 2015).

As CEB são formadas pela reunião de pessoas que possuem a mesma fé e vivem em uma mesma região, partilhando uma história comum de carência e falta de acesso a direitos básicos. Geralmente reunida em função de proximidade territorial, a CEB se organiza em torno de paróquias, capelas, centro sociais ou associações comunitárias. Os encontros dos grupos de evangelização, novenas e catequese na região eram importantes momentos para

auxiliar na formação de bibliotecas e aumentar o conhecimento de religião e dos "problemas da vida". Os núcleos de catequese acabaram por consolidar diversas comunidades não só como grupo religioso, mas principalmente a partir de uma identidade que articula o indivíduo como pertencente a um grupo social, e este, por sua vez, relacionado a um determinado espaço geográfico - o território.

Das estratégias formuladas para a organização comunitária, merecem destaque as que iriam fazer parte da trajetória do movimento social ribeirinho de Abaetetuba, especificamente de "fazer denúncias e críticas através de jornais, cartazes, passeatas e abaixo-assinados" (CPT, 2006) Nesse sentido, a mobilização política mediada pela Igreja Católica foi o primeiro passo para organização comunitária entre os ribeirinhos, que extrapolava aquela circunscrita à região das ilhas, passando a reivindicar publicamente o acesso a políticas públicas (IPEA, 2015)

Com o intuito de romper essa lógica de exploração estabelecida na Amazônia ao longo dos anos, a partir da CF-88 os movimentos sociais começam a lutar por reforma agrária em novos moldes, pautados na posse coletiva da terra, e os Projetos Agroextrativistas nascem como proposta inovadora de reforma agrária, com base na inclusão social, desenvolvimento sustentável e democratização do acesso aos recursos naturais, no sentido de promover a emancipação dos povos e comunidades tradicionais através do fortalecimento coletivo e da autonomia.

Os projetos de reforma agrária pautados pela agenda ambiental foram um mecanismo encontrado pelo governo federal para tirar os ribeirinhos da invisibilidade, que a partir do reconhecimento tinham acesso a diversos direitos sociais vinculados ao Programa Nacional de Reforma Agrária (crédito de apoio, Pronaf, assistência técnica, programas de habitação, bolsa verde, luz para todos e sistemas de abastecimento de água). Por outro lado, favorecia a resolução dos conflitos fundiários, alavancava o desenvolvimento local, o combate à pobreza e melhora do controle ambiental das áreas.

No entanto, cabe evidenciar, como relatado por IPEA (2015), que a atual ampliação da utilização do fruto do açaí tem atraído o interesse de investidores nacionais e estrangeiros na comercialização, no beneficiamento e, mais recentemente, no cultivo. Ainda que incipiente, alguns pesquisadores verificam movimentos em direção à integração vertical da cadeia produtiva, o que significa, em outras palavras, a apropriação de todo o processo produtivo com vistas a aumentar a produtividade e evitar as oscilações de preço que hoje caracterizam seu mercado em virtude da sazonalidade característica da atividade extrativista dispersa e de pequena escala. São iniciativas voltadas, sobretudo, para criar uma economia de grande escala para a produção do açaí e que envolvem a apropriação de áreas com alta incidência do açaí nativo. Em 2015, 80% dos financiamentos fomentados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER) de Abaetetuba eram destinados para áreas de várzea, sendo a maioria voltada para o manejo e plantio do açaí (IPEA, 2015).

5.2 A Comunidade Rio Urubuéua Fátima

A comunidade Rio Urubuéua Fátima está inserida no PAE Ilha Caripetuba às margens do rio Urubuéua. Segundo dados da pesquisa realizada pelos professores Cosmo Cabral, João Sérgio e José Ribamar[11] com os alunos desta localidade, a comunidade nasce a partir do surgimento das primeiras famílias nas margens do rio e vindas de diferentes lugares. Uma das primeiras foram as famílias Batista, Serafim Lobo, Ribeiro, Gonçalves, Dias e Pinto da Rocha, proprietárias do primeiro engenho implantado no rio Urubuéua.

Hoje as famílias consideradas da comunidade Rio Urubuéua Fátima habitam uma área com limites aproximados dados por referências hídricas, onde territorializam um espaço que nem sempre segue as delimitações fundiárias. Exemplo disso é que a comunidade não se limita à margem direita do rio Urubuéua, dentro da ilha de Caripetuba, mas se expande à outra margem do rio, na ilha do Coqueiro, local que pertence a território juridicamente diferente. De todo modo, cabe aqui reforçar que esses limites são aproximados, não georreferenciados, e atendem um critério estritamente socioespacial. Dessa forma, importa mencionar que, resumidamente, a comunidade Rio Urubuéua Fátima ocupa parte de duas ilhas, Caripetuba e Coqueiro, separadas pelo rio Urubuéua, e com seus limites definidos por aproximação da seguinte forma: ao sul o rio Tauá; ao norte o rio Xinguzinho (ou Xingu); noroeste a baía do Marajó; oeste o rio da Prata; e leste uma linha seca até a margem do rio Xingu (*Figura 2*).

[11] Fonte Blog do Riba: https://ribaprasempre.blogspot.com/2010/09/rio-urubueua-fatima-historia-e-memoria.html

Figura 2 - Localização da comunidade Rio Urubuéua Fátima. Limites aproximados circunscritos pelos comunitários no mapeamento social.

A infraestrutura de terra firme é praticamente inexistente no local, sendo as casas construídas ao longo das margens e várzeas dos cursos hídricos (igarapés, rios e furos que serão discutidos no item de capital natural) e ocupadas atualmente por cerca de 350 famílias e 2.280 pessoas, segundo informação das lideranças. O 'centro' da comunidade flui na beira do rio Urubuéua, onde tem-se a sede do centro comunitário; a igreja católica em homenagem a Nossa Senhora de Fátima, padroeira da comunidade; o Bom Sucesso Futebol Clube, fundado em 1978; um campo de futebol que fica 1 km adentro da mata a partir das margens do rio; a escola municipal Nossa Senhora de Fátima; e a Igreja Evangélica. O rio é a única via de acesso, e as fontes de subsistência são o açaí e a pesca. A ***Figura 3*** apresenta o mapa elaborado pelos comunitários onde é possível ver esta espacialidade multidimensional dada por referências geográficas e simbólicas que delimitam a comunidade.

Figura 3 - Mapa elaborado pela comunidade Rio Urubuéua Fátima.

Legenda: No detalhe em vermelho a área fluida considerada a “comunidade”; No círculo em preto o “centro” da comunidade, onde se localiza a igreja, o centro comunitário, a escola municipal e mais recentemente a igreja evangélica.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

5.3 Os meios de subsistência sustentáveis

A seguir são caracterizados os ativos dos cinco capitais relacionados aos meios de subsistência sustentáveis da comunidade Rio Urubuéua Fátima.

5.3.1 Capital Humano

Neste item serão descritas as habilidades e conhecimentos, tangíveis e intangíveis, que permitem aos comunitários manter e reproduzir suas estratégias de subsistência física e cultural. Estes recursos são adquiridos por gerações e são importantes para manutenção do seu bem-estar e sua identidade. O capital humano é ao mesmo tempo um bem de meios de subsistência, ou seja, a matéria prima para chegar a resultados de meios de subsistência, e um fim em si.

5.3.1.1 Territorialidade da comunidade Rio Urubuéua Fátima

A comunidade Rio Urubuéua Fátima possui uma representação simbólica com o território que ocupa. Durante a elaboração do mapa pelos comunitários foi possível entender que seu espaço, identificado como comunidade, carrega as margens do rio em suas trajetórias históricas, organização social própria, e meios de produção e subsistência que tem aspectos culturais marcantes. Esta forma de entender seu espaço carrega o conceito de território, diferenciado e distinto da visão puramente geográfica e jurídica. A comunidade, com seus saberes locais, afirma seu direito à cultura e aos modos de vida tradicionais, reivindicando muito mais que uma mera porção de terra, e sim, um território. A territorialização foi um passo importante na luta pela garantia dos direitos de acesso e permanência nas terras. O território desta forma adquire um sentido multidimensional, onde os limites fluidos, caracterizados por marcos históricos e nomes dados a referenciais geográficos não o restringe a um único espaço.

Durante séculos, as populações ribeirinhas viveram e se constituíram como sujeitos sociais e históricos em uma relação muito peculiar com os rios, furos, igarapés que entrecortam toda a região. Os ribeirinhos desta forma não são uma classe social, mas pessoas inseridas em uma dinâmica social com características específicas (FRAXE, 2004) Nesse sentido, o rio é mais que um mero referencial de localização, pois se trata de elemento no qual e pelo qual se desenvolve a vida e o gênero de vida dos ribeirinhos em sua dimensão cotidiana. É por intermédio da relação com o rio e seus recursos que o ribeirinho produz o seu espaço e o territorializa. "(...) o rio aparece nas relações cotidianas como espelho do movimento, da troca, cujo ritmo em muito nos faz lembrar o tempo da natureza [...] constituído pelo ciclo das águas dos rios, das cheias e das secas" (SILVA e MALHEIRO, 2005).

Para compreender de forma geral a territorialidade de Urubuéua Fátima, esta equipe técnica solicitou aos comunitários que fosse apresentada a comunidade, de forma livre. A partir

desta premissa, os rios foram definidores das referências espaciais, limites fluidos predefinidos, onde coexistem espaços habitados e espaços de produção permanente, áreas importantes para identidade do território. O rio Urubuéua foi então revelado como norteador deste movimento pendular entre furos e igarapés, povoado pelas referências sociais, culturais e socioambientais em todas as suas dimensões. O espaço aquático é considerado um espaço de mediação, norteador das referências sociais e culturais na soma das suas diferentes dimensões. "A referência aos cursos d'água, obedece a uma classificação associada em grande medida às variações de largura e à possibilidade de acesso às outras localidades. O rio surge no topo desta classificação funcionando como principal referência de localização, sendo seguido dos furos, que em geral ligam dois outros rios" (COUTINHO, 2016)

O rio permite que se flua entre os espaços comunitários, fortalecendo os aspectos físicos, psicológicos e sociais. Os comunitários constroem uma forma própria de lidar com o espaço das águas quando dizem "a gente foi criado por este rio", reafirmando ainda que esse espaço é da natureza, mas é também espaço de cultura e referência a partir das diversas formas de convivência no tempo, de modo que qualquer modificação neste espaço é entendida como agressão à sua própria identidade.

Esta afirmação da identidade, que perpassa os diversos elementos e em especial as águas, representadas pelo rio Urubuéua, espaço que é testemunha de suas relações de afeto e das lembranças de um cotidiano perdido ou vivido, que pode testemunhar este seu lugar no mundo. Não menos óbvio que as moradias e espaços de produção se estabeleçam de frente para o rio, em uma configuração espacial de proteção e portal de acesso entre o mundo interior e exterior, onde se permite avistar quem chega e sai.

Neste contexto, importante compreender a pesca, atividade em que se mostram os conhecimentos comunitários acerca das dimensões sociais, biológicas e ecológicas. Apesar de ser uma das mais importantes atividades na Amazônia, espaço de alimento e renda, a pesca guarda aspectos simbólicos diferenciados quando avaliadas as territorialidades de cada grupo. É necessário compreender que questões culturais relacionadas à alimentação são distinções importantes entre diferentes grupos e definem o reconhecimento e o autorreconhecimento. Para Urubuéua, não só a pesca, representada por peixes e camarão na sua essência, mas também o açaí exemplificam bem esta questão.

As pesquisas de Canto (2009) enriquecem o saber sobre a vida ribeirinha ao compreender o trabalho como mediador da relação ribeirinho e natureza, trabalho este responsável não somente pela transformação do ambiente, mas também pela construção de uma relação indissociável entre eles. "O ribeirinho em geral desenvolve um modo de vida baseado no princípio da indissociabilidade água-terra-trabalho, formando uma espécie de amálgama. Por essa razão, não é possível a existência de um ribeirinho sem uma relação orgânica com o rio e/ou lago" (CANTO, 2009).

Em Urubuéua Fátima os ribeirinhos são conhecedores profundos dos recursos da várzea, e isso facilita seu cotidiano entremeado pelos rios e os espaços nas beiras. Este ambiente e a

grande disposição de recursos naturais, aliado às condições históricas que relegaram a essas populações o abandono, os forçaram a desenvolver sua criatividade como estratégia de sobrevivência (FERRERIRA, 2013)

Com isso, os ribeirinhos desenvolveram um grande leque de atividades produtivas que vão do extrativismo à pesca, sempre em função dos recursos disponíveis. Portanto, os ribeirinhos "constituem um modo de vida integrado (...) vivendo em função dos produtos da floresta, dos rios e das terras molhadas da várzea amazônica" (FRAXE, 2004).

5.3.1.2 Sistema religioso e visão de mundo

Nas comunidades ribeirinhas da região nota-se a presença sempre marcante da escola, instituição que, ao lado da igreja, confere ao grupo o status de comunidade, o que inicialmente indica a importância dessas instituições para as famílias. Na comunidade Rio Urubuéua Fátima não é diferente. A religião católica, tendo como elo o movimento das Comunidades Eclesiais de Base e Comissão Pastoral da Terra, ocupou um papel de grande importância neste território insular ribeirinho, que marcou todo o processo de mobilização das famílias e união para a regularização fundiária, como discutido no item 5.1., esse vínculo político e histórico explica, em grande medida, o número ainda majoritário de famílias que se autodeclaram católicas praticantes.

Ainda que hoje a religião evangélica esteja fortemente presente na região, desde a primeira igreja instalada nos anos 1950 no rio Sarapuquara (CPT, 2006), a influência do catolicismo desde a formação das CEB nas ilhas e várzeas acaba por orientar não só as opções de crença religiosa dos ribeirinhos de Abaetetuba, mas também permeia sua organização social e política. Essa influência se faz evidente no fato de que os 24 PAE instalados nas ilhas e várzeas do município receberam nomes de santos católicos.

A santa padroeira de Urubuéua é Nossa Senhora de Fátima, que nomeia a comunidade, e segundo os relatos dos comunitários, a padroeira vem do tempo das famílias fundadoras que também construíram em madeira a primeira capela da comunidade. O barracão comunitário também surgiu nesta época para a realização de festejos e logo depois foi doado à comunidade. Ainda hoje a comunidade faz a festa da padroeira, mas atualmente na nova igreja construída em alvenaria com os recursos arrecadados nas festas (***Figura*** 4).

Figura 4 - Igreja Nossa Senhora de Fátima.

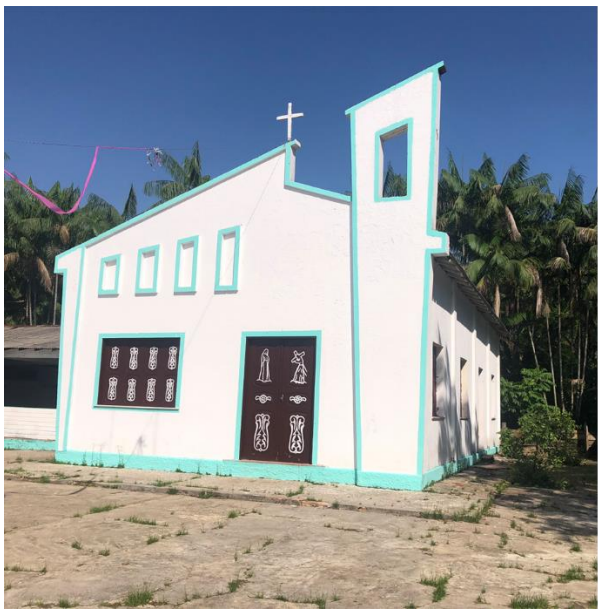


Foto: os autores, dezembro de 2022.

Segundo relatos a festa da padroeira era comemorada em três momentos durante o ano, em maio, em setembro e no natal. Porém havia um custo elevado para a realização de três eventos, o que resultou na concentração das comemorações em apenas um festejo atualmente, o qual ocorre no mês de novembro após a colheita do açaí, quando estão mais capitalizados para fazer uma festa "com fartura" onde todos da redondeza podem participar. Mais do que um rito religioso, as festas em Urubuéua reforçam os laços de aliança e solidariedade, o que é especialmente relevante em uma dinâmica espacial onde as casas se encontram esparsadas e isoladas nas beiras dos rios, igarapés e furos.

O domingo é reservado para as práticas religiosas e para ida aos cultos e missas nas igrejas evangélicas e católicas localizadas na comunidade. Segundo Coutinho (2016) "a Igreja Católica, inicialmente por meio das CEB por um lado silenciou as manifestações religiosas fortemente atreladas aos componentes étnicos e históricos de sociogênese ribeirinha e por outro, lançou as bases através do trabalho regular e cotidiano de evangelização, da organização política do grupo e sua mobilização para reivindicação de direito à terra".

No entanto, existem manifestações locais que permanecem, como o mito da cobra grande que foi relatado a esta equipe técnica, dentre outras histórias que povoam o entendimento ribeirinho e indicam sua visão de mundo. Em geral, as lendas, são na maioria ligadas com a presença pretérita dos indígenas na região e seguem assimiladas no repertório de alguns comunitários que as vivenciaram, fazendo com que se reproduzam através das gerações. A riqueza de mitos e lendas ribeirinhas, fortemente influenciadas pela cultura indígena é reconhecida por Maués (2005) em sua etnografia de uma comunidade pesqueira no Pará. Segundo explica Coutinho (2016), ao referenciar a pesquisa de Maués, na medida em que a

pesquisa avançava o autor percebia que a religiosidade manifestada no catolicismo popular revelava a incorporação de práticas de curandeirismo e xamanismo e que foram fortemente reprimidas pela Igreja Católica desde o século XVI, mas que foram ressignificadas e adaptadas no interior do próprio catolicismo.

Em relação à igreja evangélica, na comunidade foi construído um grande salão que segundo relatos do pastor responsável tem capacidade para em média mil pessoas das comunidades do entorno (***Figura 5***). Segundo dados da pesquisa realizada pelos professores Cosmo Cabral, João Sérgio e José Ribamar com os alunos locais, a religião evangélica na comunidade surgiu quando o Sr. Álvaro Rocha, residente do rio Assacu foi à Belém e ouviu falar do evangelho. "Primeiramente ele começou fazendo cultos na sua própria casa e falava do que Jesus fizera na sua vida. Muitas pessoas iam para os cultos apenas por curiosidade para ver como era que acontecia essa nova forma de religião e acabavam crendo no que Jesus fazia no decorrer do culto. Depois os cultos passaram a ser dirigidos em outras casas como a casa do Sr. Benedito da Trindade e assim a notícia foi se espalhando até que chegou no rio Urubuéua, o evangelho foi se expandindo então houve novamente a necessidade de construir um templo, chamado de Templo Central do Rio Urubuéua, vinculado a Assembleia de Deus"[12]. Os relatos dos comunitários a esta equipe em campo apontam haver uma convivência harmoniosa entre as duas religiões e muitas vezes todas as famílias frequentam as festas religiosas da padroeira da comunidade, porque nestas festas também se recolhem recursos para benfeitorias na comunidade.

Ainda hoje é possível afirmar que as formas de sobrevivência e resistência se manifestam ainda na ressignificação e manutenção, via catolicismo popular de elementos míticos e religiosos transmitidos pela oralidade. Hoje, o maior acesso à cidade e às tecnologias de comunicação contribuem para novas formas de o ribeirinho se ver e se posicionar no mundo, com um horizonte mais amplo que aquele vislumbrado pelo grupo nas últimas décadas.

[12] Fonte Blog do Riba: https://ribaprasempre.blogspot.com/2010/09/rio-urubueua-fatima-historia-e-memoria.html

Figura 5 - Igreja Evangélica da comunidade Rio Urubuéua Fátima em fase de finalização.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

5.3.1.3 Educação

Durante os levantamentos em campo foi possível averiguar que os comunitários, em especial os mais velhos, possuem um conhecimento minucioso da territorialidade. Durante a realização das plenárias e a elaboração dos mapas socioambientais ficou evidente o amplo conhecimento que detém acerca das áreas de ocorrências dos tipos de solos e suas qualidades; locais de ocorrência de espécies de peixes apreciados em função de características específicas das águas de determinados igarapés; tipos de iscas e métodos de pesca a serem utilizadas para determinadas espécies de peixes; áreas de ocorrências de produtos de extrativismo; diferentes formas de preparo de alimentos, dentre outros conhecimentos.

Ficou evidente também na convivência com as pessoas e na observação do cotidiano, que este conhecimento é transmitido através de gerações, geralmente relacionados aos grupos de parentesco, apreendidos a partir de experiências de pais para filhos. Esses processos são iniciados com a socialização das crianças neste espaço territorializado. A rotina das crianças é dividida entre a escola, a atividade doméstica ou de produção e as brincadeiras, nas quais apontam ter tempo limitado. Muito cedo as crianças são inseridas nas atividades de subsistência das famílias, como remar, que o menino aprende desde os seus três ou quatro anos e apanhar açaí. Os meninos costumam sair mais cedo de casa para acompanhar seus pais, enquanto as meninas ainda aprendem as atividades domésticas ao lado das mães. A

escola é considerada um lugar muito importante para pais e crianças, pois as famílias enxergam na educação uma forma de ascensão social. Segundo dados do Censo do IBGE (2010) na população de Abaetetuba entre as pessoas de 10 anos ou mais, 63% indicavam serem sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto.

Este cenário é o retrato de problemas associados ao acesso à estrutura escolar na região insular e às especificidades socioeconômicas das comunidades, subsidiando os relatos dos comunitários que apontam enfrentar muitos problemas para educar seus filhos na educação formal. As distâncias ainda se configuram como o maior desafio diário devido à ausência de estruturas escolares em todas as comunidades, agravado pelo fato de que as crianças precisam sair muito cedo de casa ou até não frequentar a escola por ausência de transporte escolar. Isso indica a fragilidade da permanência desses estudantes na escola, haja visto que para pagarem os custos relacionados ao deslocamento dependem da renda do açaí e muitas vezes existe certa evasão escolar, seja na entressafra por ausência de recursos para tal, seja na safra pela necessidade de os estudantes ajudarem na colheita e subsistência familiar.

5.3.1.4 Saúde

Quando dos levantamentos de campo, os comunitários indicaram que a falta de um posto de saúde na comunidade ou próximo é um problema vivenciado historicamente. A estrutura de atendimento que a comunidade utiliza será descrita no item referente ao capital físico mais adiante, mas na atualidade devido aos conhecimentos acerca dos remédios da mata serem cada vez menos reproduzidos pelas famílias, a dependência da estrutura de saúde do município ou estado é muito relevante. Associado a isso as famílias vivenciam uma situação de dependência da renda monetária oriunda da venda do açaí, o que tem incentivado as famílias a plantarem cada vez mais nas várzeas. Apesar da espécie ser nativa, a supressão de outras espécies se reflete na possível perda de recursos e consequentemente na reprodução dos conhecimentos a eles associados. Atualmente a maior parte das ervas medicinais, por exemplo, se restringem àquelas domesticadas e cultivadas nos quintais em pequenos jiraus, canteiros suspensos que funcionam como farmácias vivas no entorno das casas, onde podem recorrer em caso de “precisão”, como dizem.

O saber da utilidade das plantas foi sendo aprimorado e passado por gerações, em sua maioria durante conversas informais, não sendo registrado pelas comunidades. Na comunidade Rio Urubuéua Fátima foi realizado um estudo em 2017 com estudantes da UEPA[13] que através do relato de alguns comunitários registraram os conhecimentos acerca das plantas utilizadas pelas famílias da comunidade, que guardam saberes específicos de um território em contínuo processo de evolução. Remédios para doenças crônicas, intestinais, as diferentes formas de coleta, preparo e espécies estão entre os conhecimentos da comunidade. Porém, embora tenham sido observados os jiraus em algumas residências, não foi possível identificar espécies e formas de uso, o que pode ser reflexo ou do esvaziamento

[13] Fonte https://herbariomfs.uepa.br/biblioteca/os-chas-terapeuticos-de-rio-urubueua-de-fatima-abaetetuba-para/

das reuniões ou do desinteresse em falar sobre assunto, sendo que o foco do diálogo era a educação.

5.3.2 Capital Social

Neste item serão descritos os recursos sociais que permitem aos comunitários do Rio Urubuéua Fátima busquem seus objetivos de meios de subsistência. Relações de confiança, reciprocidade e intercâmbio, que facilitam a cooperação, unidades componentes das sociedades, redes de parentesco, regras e mecanismos de tomada de decisão, incluindo a existência de lideranças e governança social. Estes ativos são a base para a rede de segurança informal que existe entre pessoas na comunidade.

5.3.2.1 Organização social

Segundo Bastos (2019), até o fim dos anos 1980 era possível identificar nas comunidades insulares de Abaetetuba relações de caráter ancestral desenvolvida entre os ribeirinhos, agricultores e pescadores, caracterizados por um sistema de troca de diversos produtos alimentícios, pois o dinheiro era algo que não fazia parte da cultura comercial dos povos tradicionais da Amazônia. Assim as trocas se constituíram como uma forma de assegurar a aliança entre as famílias no local de moradia, repassando para os mais novos o sentimento de solidariedade e respeito pelas pessoas e pelo uso comum dos recursos naturais que eram de todos.

O modo de vida dos ribeirinhos é dado por dois elementos que se complementam, o “sítio” e a “casa”. O primeiro se refere ao terreno que é tradicionalmente ocupado por uma ou mais famílias, cujos limites foram estabelecidos ao longo do tempo e se relacionam em grande medida com as áreas historicamente cedidas pelos “proprietários” em troca do trabalho no corte da cana. No entorno das casas não há divisões físicas de terrenos, cercas ou muros, e se configura o regime possessório relacionado à família. Este espaço é regulado por normas morais e nele se vivencia de forma fluida características culturais. O sítio funciona como unidade familiar por excelência, se constituindo em um importante espaço de reprodução material, social e simbólica do grupo. É dele que são extraídos os meios para acolhida dos filhos que se casam e permanecem trabalhando na várzea, e por meio do qual são realizadas as trocas de trabalho, produtos e são mantidos os laços de solidariedade entre vizinhos (BASTOS, 2019).

Em geral, como relatado pelos comunitários, na maioria das vezes, quando os filhos se casam permanecem no mesmo sítio dos pais, construindo suas casas próximas, no geral da família do marido, compartilhando os bens, como geladeiras e equipamentos utilizados no açaizal. Muitas vezes as famílias extensas ocupam grandes regiões, como furos específicos ou igarapés. Entre os comunitários de Urubuéua esta realidade foi citada para o rio Xinguzinho, onde moram famílias que juridicamente pertencem ao quilombo Boa Vista, mas que são

parte atuante da comunidade Rio Urubuéua Fátima, em especial em temas relacionados aos serviços de educação por envolver as crianças daquela comunidade.

Na ausência de recursos financeiros ou espaço para a construção de uma casa, os filhos e sua família podem continuar residindo na casa dos pais, e a depender da quantidade de cômodos da casa, cada família ocupa um ou mais cômodos e isso inclui a separação dos móveis e eletrodomésticos em cada uma delas.

Na divisão do trabalho fica evidente as questões de gênero. O espaço doméstico é atribuído à mulher, que se responsabiliza pelo cuidado da família, a lavagem de roupa no rio, o cuidado da casa e do entorno etc. Os filhos do sexo masculino tendem a acompanhar e aprender com os pais a pesca e o manejo do açaí, além de conduzir as embarcações da família. Segundo as mulheres relataram, as atividades de subsistências são contempladas por homens e mulheres. Muitas mulheres em Urubuéua são pescadoras, principalmente de camarão com a utilização do matapi, petrecho de pesca muito utilizado na região que facilita a captura nas proximidades das casas e subsidia o alimento rápido para o almoço. Além disso, muitas mulheres são associadas à colônia de pesca e recebem seguro defeso como pescadoras artesanais (ver item 5.3.4 capital natural).

Na atualidade as mulheres vêm ocupando outros espaços sociais, desempenhando funções como professoras, diretoras de escola e cargos políticos em sindicatos e associações, e acabam contratando outras mulheres da comunidade para os afazeres domésticos. Por outro lado, os plantios de açaí dominando os sítios nas várzeas como fonte de renda primária das famílias promove a figura do peconheiro como uma categoria profissional cada vez mais valorizada, substituindo em certa medida o trabalho familiar devido à necessidade de obter uma produção comercial relevante para venda.

No entanto, o significado do sítio para o ribeirinho é muito mais que um simples local de moradia, o sítio é sinônimo de vida, pois é onde a família planta, colhe, pesca, cria, vende sua produção familiar e desenvolve seu modo de vida, de acordo com as condições ambientais. A cidade é para o ribeirinho apenas um centro de compras de mercadorias e de equipamentos para o trabalho produtivo e para muitas famílias local onde vendem sua produção de açaí (BASTOS, 2019).

Neste cenário, onde os sítios são o centro da relação da família e entre as famílias, espalhados pelas beiras de rios, igarapés e furos que são parte da sua territorialidade, aparece a figura central da comunidade, a igreja e o barracão comunitário, que configura este espaço como único na socialização, onde as famílias se encontram, reforçam as alianças, discutem temas importantes e se ajudam mutuamente. Em Rio Urubuéua Fátima os comunitários relataram que o centro comunitário se configura um espaço de reunião, seja em festejos religiosos, seja em atividades criadas para angariar fundos para um bem coletivo, como a reforma da igreja, do pátio e da estrutura de abastecimento de água potável das famílias. Neste espaço, a várzea do seu entorno é da comunidade e o açaí retirado desta área fica sob a responsabilidade da liderança católica que o extrai com objetivo de reverter a renda para as atividades coletivas da igreja e da comunidade.

5.3.2.2 Governança local

A organização sociopolítica local pode ser atribuída às características que marcaram historicamente as lutas sociais por direito na região. Lideranças ligadas à CPT, CEB, Sindicatos, Colônias de Pescadores (Z-14) e associações locais que se formaram durante o processo da garantia fundiária do território, se fundem numa organização comunitária de partes que se fundamentam para acessar políticas públicas territoriais na várzea.

Na constituição dos elementos simbólicos que compõem o mundo social da várzea, os ribeirinhos "Articulam uma combinação entre este conhecimento peculiar, ao mesmo tempo geográfico e ambiental, e uma ação política formulada em termos de identidade, indissociável de fatores econômicos" (ALMEIDA, 2013).

IPEA (2015) coloca que "Existe uma multiplicidade de identidades inerentes à realidade ribeirinha. Ao mesmo tempo que alguém é ribeirinho, pode ser também pescador, agricultor, quilombola, indígena, extrativista etc. Sua autoidentificação e as formas que se organiza territorialmente se darão quando for reivindicar seus direitos ou o acesso a políticas públicas. Assim, irá se identificar como pescador ao se filiar a uma colônia de pescadores para pleitear o seguro-defeso, por exemplo. Ou se apresentará como trabalhador rural ao se filiar a um sindicato e solicitar um benefício previdenciário. Assumirá sua condição quilombola, se for o caso, ao reivindicar o reconhecimento de seu território. Da mesma maneira, pode assumir-se como ribeirinho ao requerer a posse da terra que usa em uma ilha ou área de várzea junto à SPU. A princípio, a assunção de uma identidade não ocorrerá em detrimento de outra, a menos que as condições jurídicas emanadas pelo Estado restrinjam essas possibilidades".

Desta forma cabe evidenciar que não se trata de uma governança única onde se congrega os diversos atores. São os diversos atores que congregados auxiliam nos temas relacionados à comunidade e estabelecem uma gestão única a depender dos assuntos a serem articulados. Quando perguntados sobre como se organizam quando o tema se relaciona à educação, compreendem que é um assunto de interesse da escola e das famílias, não só de Rio Urubuéua Fátima, mas de todas as famílias das comunidades que usam sua infraestrutura escolar. Desta forma, é esta governança interna específica que congrega diversos atores que representam instituições e que articulam as famílias para resolverem problemas relacionados à coletividade.

Em Rio Urubuéua Fátima foi colocado que em relação às reuniões para um processo de consulta devem ser acionadas: a liderança Católica, que organiza os trabalhos da igreja e cuida das áreas coletivas da congregação em prol da comunidade; a liderança Evangélica, que dialoga com as famílias evangélicas; a secretaria local vinculada à Colônia de Pesca; a representante do sindicato do Açaí (Sindicato dos Trabalhadores rurais); o representante da ARQUIA (Associação dos Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba); professores locais e diretora da escola municipal da comunidade; e as famílias, que devem ser avisadas para participação.

Todos estes atores são parte das famílias que se articulam em rede para resolver problemas relacionado à comunidade, enquanto conceito de sociabilidade dada pelo espaço e infraestruturas utilizadas. Neste ponto se estabelece um desafio relevante para o processo de engajamento das partes interessadas que deve ser considerado pelo mutuário quando das reuniões do processo de consulta para o Programa em tela. Esta articulação deve ser feita com tempo para alinhamento de agendas locais e presença de todos os interessados.

Segundo os comunitários de Urubuéua as outras comunidades se articulam da mesma forma e esta governança perpassa todas as comunidades da ilha. Quando em campo as comunidades citadas para estarem presentes neste processo, e que usam a infraestrutura de educação de Urubuéua são: comunidade quilombola de Assacu e Costa do Assacu, onde alunos vem para cursar o SOME; comunidade quilombola de Boa Vista, região do furo Xinguzinho, onde os alunos cursam o SOME e o ensino fundamental; comunidade Vila do Coqueiro, da Ilha do Coqueiro, onde parte dos alunos cursam o SOME e fundamental; e comunidade Carecas e Ginipaúba, também com alunos do SOME e fundamental.

Cabe neste cenário identificar que as associações e ou organização parceiras são, no relato dos comunitários, ligadas às associações de classe evidenciadas nas lideranças locais e, portanto, são parte fundante da governança local que apoia os diferentes atores das cadeias produtivas institucionalizadas no território.

5.3.3 Capital Físico

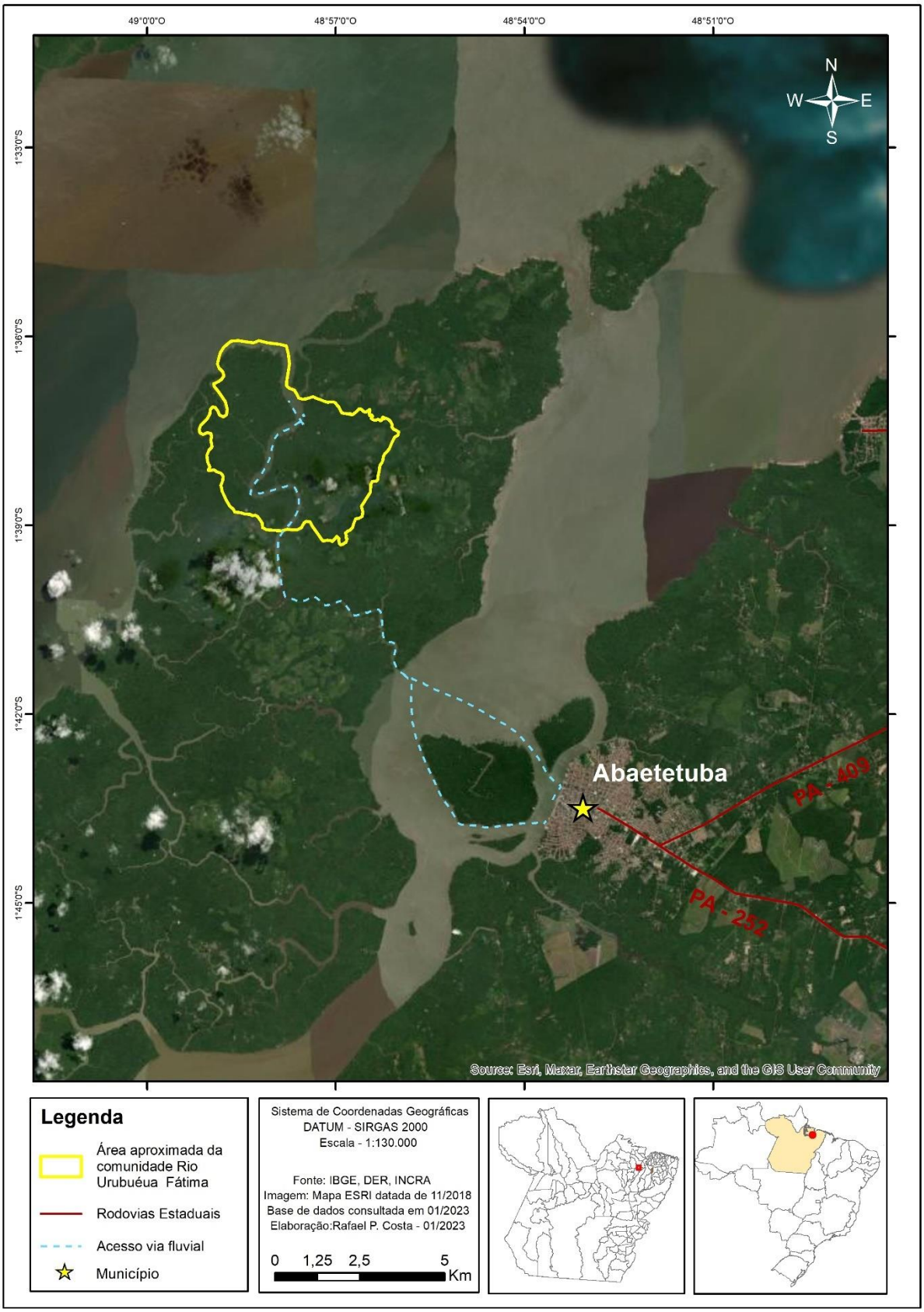
O capital físico se propõe a analisar a qualidade, cobertura, infraestrutura associada, fragilidades e oportunidades de acesso aos serviços de uma comunidade, sendo eles: (i) Serviços públicos: abastecimento de água, saneamento, sistemas de gestão de resíduos (coleta, tratamento e descarte), fornecimento de energia e meios de comunicação; (ii) Serviços sociais: saúde, educação, habitação; e (iii) Infraestrutura de Transporte: estradas, transporte público, transporte privado e transporte fluvial. Dessa forma, o capital físico busca contextualizar o suporte estrutural, público e privado, que as famílias da comunidade sob análise possuem para se relacionarem com o ambiente onde estão inseridas. Nesse sentido, é realizada uma breve caracterização da existência ou não de infraestruturas de suporte e acesso aos serviços básicos com base em dados secundários e primários.

5.3.3.1 Acessos e deslocamentos

A comunidade se distribui em ambas as margens do rio Urubuéua, sendo que a maioria das estruturas públicas de uso comunitário, como a escola municipal, barracão comunitário, sede do clube de futebol e igrejas, tanto a evangélica como a católica, fica localizada na margem direita, pertencente à Ilha de Caripetuba. Outras diversas casas e estruturas, como o alojamento dos professores do SOME e a secretaria da colônia de pesca, que fica na casa da representante local, ficam na margem esquerda, pertencente à ilha do Coqueiro. Importante destacar essa espacialidade uma vez que tanto as estruturas públicas como as casas dos

moradores estão dispersas no território insular, o que resulta em único acesso possível, o fluvial (***Figura 6***). Isso acontece tanto entre as residências de Urubuéua Fátima, como entre todas as outras comunidades e também entre elas e o município de Abaetetuba. Para se deslocar à sede municipal, o trajeto possui aproximadamente 18km, sendo 12 km no território insular e 6km na baía do rio Capim, sendo esse trajeto final mais perigoso e que exige maior atenção e experiência do piloto em virtude dos banzeiros, que são águas mais agitadas, muitas vezes com ondas, que ocorrem em períodos principalmente de maré enchente.

Figura 6 - Mapa de acessos ao município de Abaetetuba e seu território insular, em específico o centro da comunidade Rio Urubuéua Fátima.



A maioria das famílias possui uma pequena embarcação para os deslocamentos, geralmente um barco de madeira a remo ou com um motor do tipo rabeta, que se caracteriza por sua baixa potência e haste de longa extensão até a hélice de propulsão, o que facilita o deslocamento em cursos d'água mais rasos. As famílias conseguem se deslocar com essas embarcações até a sede municipal de Abaetetuba, entretanto o mais comum é utilizar o serviço do "freteiro", embarcação particular de maior porte com capacidade para transportar grandes volumes, e que realiza o trajeto entre as comunidades distribuídas ao longo das margens das ilhas e a cidade de Abaetetuba, geralmente saindo no período da manhã e retornando no início da tarde (*Figura 7*). As famílias se utilizam desse transporte para levar sua produção até a cidade ou trazerem as compras que lá realizam (*Figura 8*). O custo da passagem varia muito de comunidade para comunidade, tanto devido às diferentes distâncias entre elas e Abaetetuba como à quantidade de volumes a ser transportada.

Figura 7 - Diferentes tipos de embarcações presentes na comunidade. Detalhe da canoa a remo, canoa a motor rabeta e freteiro.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Figura 8 - Aglomerado de embarcações de freteiros, canoas de madeira e pessoas ~~em~~ no porto na sede municipal de Abaetetuba.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

5.3.3.2 Espacialidade e moradia

É possível dizer que a comunidade Rio Urubuéua Fátima tem espacialmente duas categorias de áreas por assim dizer, o centro e as casas. Como já discutido, o centro se refere um local na margem direita do rio Urubuéua que concentra as principais estruturas de uso coletivo e acesso a serviços, como a Igreja católica com o barracão comunitário, a sede do Bom Sucesso Futebol Clube (time de futebol da comunidade), uma mercearia, a escola municipal e a Igreja evangélica (***Figura 9*** e ***Figura 10***).

Figura 9 - Centro da comunidade Rio Urubuéua Fátima.

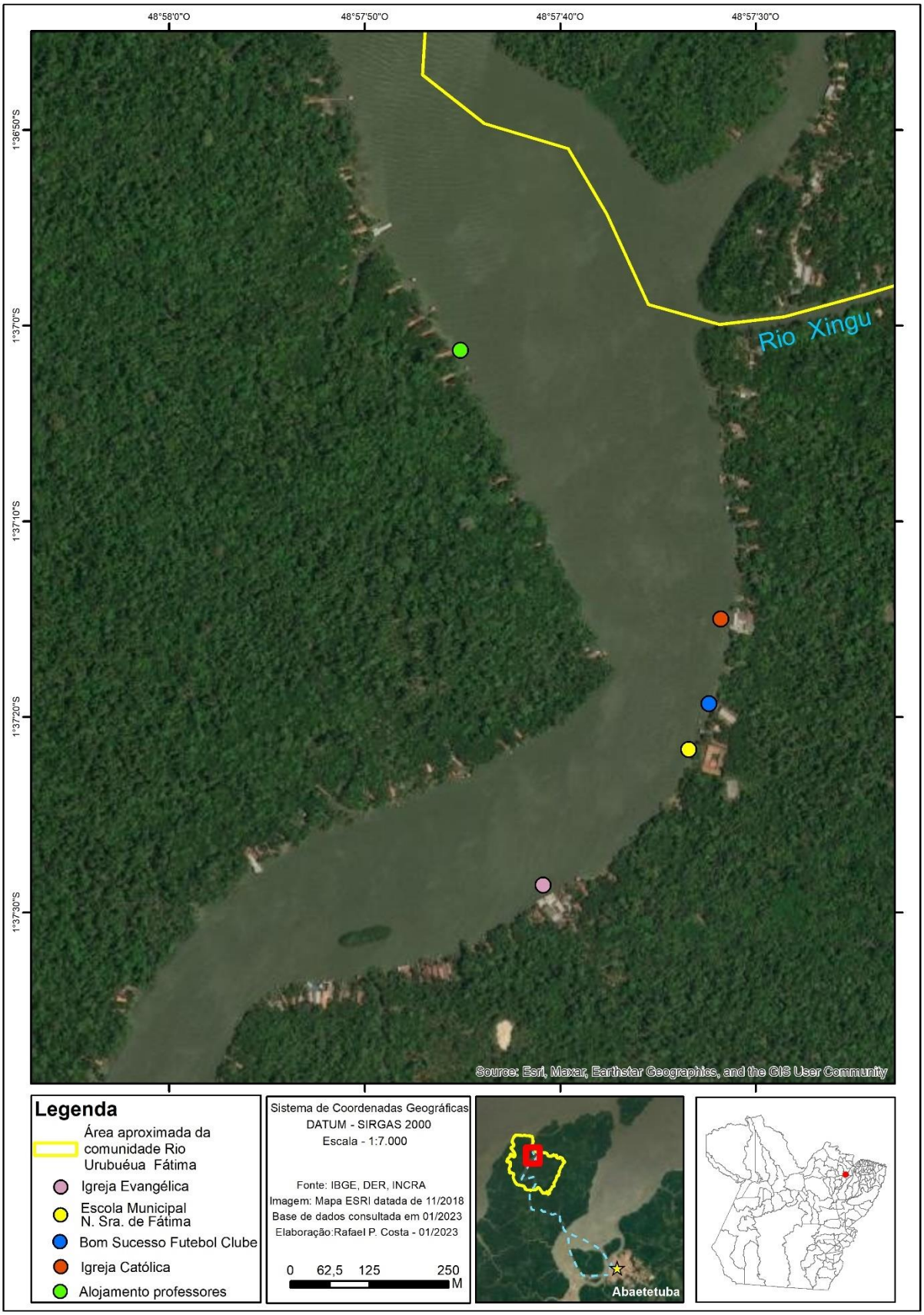


Figura 10 - Centro da comunidade Rio Urubuéua Fátima.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Já as casas se distribuem de forma dispersa ao longo das margens dos cursos d'água que formam a comunidade (ver item 5.3.4 capital natural). Em geral, as construções são feitas em sistema de palafitas, ou estaca como alguns denominam, e no fundo e laterais do terreno, onde existe tanto área de várzea como de terra firme, ficam os locais de uso das famílias, especialmente o açaizal.

Quanto aos padrões construtivos, a forma predominante é a construção com tábuas de madeira e telhas de barro, dado o intenso calor que predomina na região e o maior conforto térmico deste material. Existem poucas construções de alvenaria e geralmente são as de uso comunitário como a escola, igrejas e barracão comunitário. Os recursos utilizados para construção das casas dizem algo sobre a vida econômica da comunidade e também da divisão que nela ocorre. Há famílias com poder aquisitivo menor, vivendo quase que exclusivamente da produção do açaí, e outro grupo com poder aquisitivo um pouco maior, normalmente com algum membro da família assalariado em algum cargo público, como os professores, por exemplo. Em paralelo, algumas poucas famílias possuem empresa e embarcações de grande porte no ramo da pesca profissional que possuem poder aquisitivo ainda maior (*Figura 11*).

Figura 11 - Padrões construtivos locais. Á esquerda casas em alvenaria e à direita casas em madeira.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Dada a distância até o centro de Abaetetuba e a complicada e cara logística de transporte de materiais de construção nas embarcações, existe na região um comércio específico que os locais chamam de estância (*Figura 12*). Nas proximidades de Urubuéua existem duas estâncias no rio Paramajó, caminho entre a comunidade e o município, que comercializam materiais de construção e respectivas entregas nas comunidades, sendo que a madeira é o principal produto vendido nesses comércios.

Figura 12 - Estância próxima à comunidade Rio Urubuéua Fátima.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

5.3.3.3 Abastecimento e Saneamento

A escola municipal Nossa Senhora de Fátima possui dois sistemas de abastecimento de água em suas dependências. Um poço de água subterrânea e um sistema de cisterna. O poço funciona com bomba movida a motor a diesel, entretanto durante a visita desta equipe técnica o motor estava quebrado e não estava funcionando. O sistema de cisterna capta água pluvial (***Figura 13***) e foi implantado na escola através de um projeto da prefeitura municipal de Abaetetuba com o Ministério de Desenvolvimento Social e outros parceiros. A prefeitura[14] informa que o projeto atende 62% das escolas situadas nas zonas ribeirinhas e 45% das instituições de ensino localizadas nas regiões de terra firme de Abaetetuba, atendendo mais de quatro mil alunos da rede municipal e contribuindo para a redução do número de doenças e consequentemente da evasão escolar.

Figura 13 - Sistema de captação de águas pluviais (cisternas) da escola municipal Nossa Senhora de Fátima.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Para a comunidade de forma geral existe um único sistema de abastecimento de água potável que atende a todos. Esse sistema está localizado ao lado do barracão comunitário e

[14] Fonte https://www.abaetetuba.pa.gov.br/informa.php?id=48

igreja católica e foi implantado através do projeto Solução Alternativa de Tratamento de Água com Zeólita (SALTA-z) da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA[15]), que utiliza tecnologia social como uma solução para pequenas comunidades que não possuem acesso à água potável e onde a água bruta disponível apresenta teores de ferro, manganês ou turbidez elevados. Além do sistema, existe a capacitação de técnicos municipais e operadores locais para realizarem o tratamento da água e o controle das instalações. No caso de Urubuéua esta manutenção é de responsabilidade da liderança católica e de comunitário que mora na casa lindeira ao barracão comunitário.

Com um único sistema de abastecimento de água potável disponível, a comunidade realiza deslocamentos constantes até o barracão comunitário para captar e transportar a água para consumo em suas residências. Para que a manutenção do sistema seja realizada de forma adequada e, especialmente, para pagar a gasolina do motor que movimenta a bomba, foi determinada uma taxa de R$ 10,00 mensais para cada família que utiliza o poço. Entretanto, segundo os próprios comunitários, poucas famílias realizam o pagamento desta taxa acordada, sendo grande parte do combustível custeado com o fundo da igreja, oriundo da venda do açaí de seu terreno (*Figura 14*). Quanto ao sistema de saneamento, a escola possui fossa séptica construída, mas as demais casas se valem das fossas negras, com o banheiro sendo majoritariamente construído do lado de fora da moradia. Cabe lembrar que essas fossas não são isoladas e, portanto, ocorre a infiltração dos dejetos no solo e consecutivamente acabam chegando aos corpos d'água.

Figura 14 - Sistema de captação de água subterrânea ao lado do barracão comunitário. Em detalhe a placa de pedido de colaboração para custear o combustível e o açaizal da igreja ao fundo.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

[15] Fonte https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-apoio-para-implantacao-da-solucao-alternativa-de-tratamento-de-agua-com-zeolita-salta-z>

5.3.3.4 Gestão de Resíduos (coleta, tratamento e descarte)

A questão da gestão de resíduos sólidos é um problema crônico e antigo nos municípios do Brasil como um todo, em especial nas comunidades que não estão nos centros urbanos. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída em agosto de 2010 pela lei nº 12.305/2010, trouxe significativo avanço das legislações que versam a respeito (ROVERSI, 2013). Após muitos anos de esforços no sentido de elaborar diretrizes que pudessem gerenciar adequadamente os resíduos sólidos no país, a PNRS veio trazer, de forma moderna e participativa, uma organização para o tratamento dos resíduos sólidos, estimulando a reciclagem e o desenvolvimento sustentável, e também traz três pontos principais: (i) fechamentos dos lixões até 2014; (ii) somente resíduos sólidos não recicláveis podem ir para os aterros sanitários; e (iii) elaboração, por parte dos municípios, do plano de resíduos sólidos municipal.

Como em diferentes esferas político administrativas, as legislações são bem redigidas e se encaixam nos anseios da sociedade, cada vez mais conscientes de seus deveres para com o meio ambiente, porém não são aplicadas a contento e existe pouca ou nenhuma fiscalização e respectivas penalizações para os que não cumprem a PNRS. Especialmente quando são consideradas as áreas rurais e ribeirinhas dos municípios brasileiros, onde praticamente não existe coleta de lixo, os resíduos possuem as piores destinações possíveis e acabam sendo queimados ou despejados na natureza, não raro às margens de cursos d'água.

Na comunidade Rio Urubuéua Fátima não é diferente, não existe coleta de lixo pelo poder público e cada família dá a destinação que melhor lhe convém. Segundo os relatos, a maioria das famílias queimam ou enterram o lixo industrializado e o lixo orgânico costumam destinar aos animais domésticos (cachorro e gato) ou jogar diretamente no rio.

5.3.3.5 Infraestrutura de Saúde

O acesso à saúde básica da comunidade Rio Urubuéua Fátima é precário. A comunidade conta com Agente Comunitário de Saúde (ACS) que auxilia no monitoramento de pacientes com doenças crônicas (como diabetes e pressão alta) e agendamento de consultas, porém a infraestrutura utilizada fica na sede municipal, pois não contam com um posto de saúde fixo no local. Os consideráveis deslocamentos dependem das condições da maré; condições financeiras da família, pois precisam ter a embarcação e o dinheiro para o combustível; e ainda dificilmente ocorrem no período noturno, devido ao maior perigo de acidentes. Ainda que a família chegue à cidade com o paciente, esse terá de pagar um outro transporte, geralmente moto táxi, até chegar à UBS ou hospital municipal local e será atendido junto com os demais moradores da cidade.

Este cenário se repete para as demais comunidades insulares do município, o que levou a Secretaria Estadual de Saúde do Pará, em parceria com o Ministério de Saúde, a desenvolverem a Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF) com recursos federais para atender os municípios com expressivo número de comunidades ribeirinhas. O serviço começou a ser

ofertado nas comunidades de Abaetetuba a partir de 2018[16] e traz facilidade de acesso aos serviços básicos de saúde através de um cronograma de atendimento. Segundo os comunitários de Urubuéua de Fátima, a embarcação vem a comunidade a cada três meses, fica aportada no trapiche da Igreja Católica e permanece de dois a três dias para realizar os atendimentos. A UBSF possui uma equipe de profissionais[17] que contém um médico, duas enfermeiras, três técnicos de enfermagem, um dentista, um auxiliar de saúde bucal, um agente administrativo, equipe de apoio e equipe náutica (composta por seis tripulantes). Os serviços realizados na embarcação são: consulta médica, consulta de enfermagem, odontologia, pré-natal, vacinas, exame de preventivo, aferição de pressão arterial, glicemia, entrega de medicamentos, curativos e suturas.

Para os casos de maior complexidade, são realizados os encaminhamentos burocráticos necessários e o paciente tem o seu atendimento continuado nos hospitais localizados na sede municipal de Abaetetuba. Para os casos ainda mais graves, os pacientes são transferidos para a rede de atendimento em Belém.

Um posto de saúde começou a ser construído na parte dos fundos da escola municipal com mão de obra local e recursos do município, entretanto segundo os comunitários a obra era uma promessa de campanha de um então candidato à reeleição à prefeitura. Como o candidato não conseguiu se reeleger, a obra foi abandonada (***Figura 15***) e nenhuma outra gestão municipal deu continuidade ao projeto.

Figura 15 - Obra abandonada do posto de saúde na comunidade.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

[16] Fonte https://agenciapara.com.br/noticia/5202/unidade-basica-de-saude-fluvial-e-inaugurada-em-abaetetuba
[17] Fonte https://www.abaetetuba.pa.gov.br/informa.php?id=147

5.3.3.6 Infraestrutura escolar

Atualmente a Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba é a responsável pela gestão do Ensino Fundamental I (alunos do 1º ao 5º ano) na escola Nossa Senhora de Fátima. A escola é construída em alvenaria e já passou por uma reforma de ampliação. Atualmente possui 10 salas de aula, uma sala para secretaria, uma sala para diretoria, laboratório de informática (sem uso), biblioteca, cozinha, refeitório, banheiro adaptado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, banheiro com chuveiro, sistema de água encanada a partir de um poço e respectiva caixa d´água de armazenamento e bomba movida a motor a diesel (quebrado), além de um sistema de captação de água pluvial com armazenamento em cisternas. A parte antiga da escola, menor e construída de frente para o rio, está sofrendo com o processo de erosão das margens do curso d'água e possui diversas rachaduras. A parte nova, feita posteriormente em 2013, foi construída em forma de "U" e, dessa forma, privilegiou um pátio interno, com área coberta para o livre trânsito dos alunos entre as dependências da escola (***Figura 16***).

Figura 16 - Escola municipal Nossa Senhora de Fátima e estruturas associadas.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

A Seduc do Pará, devido à ausência do Ensino Médio Regular na região das ilhas de Abaetetuba, está presente com o Sistema Modular de Ensino (SOME), responsável pelo Ensino Fundamental II (alunos do 6º ao 9º ano) e Ensino Médio na região. O SOME trabalha em parceria com as prefeituras municipais, através de convênios, onde os professores e alunos utilizam o espaço físico das escolas municipais. A Seduc é responsável pela gestão e contratação dos professores, alimentação escolar e outros recursos pedagógicos. O SOME na

comunidade Rio Urubuéua Fátima funciona nos períodos matutino e vespertino e atende os alunos de Urubuéua Fátima e das demais comunidades do entorno, incluindo comunidades quilombolas. No total, segundo a diretoria da escola, são 206 alunos matriculados, entre Ensino Fundamental II e Ensino Médio no SOME de Urubuéua.

O SOME funciona com programas curriculares que são oferecidas em 04 módulos, cada um formado por bloco de disciplinas, com duração de 50 dias letivos. Ao final do ano letivo, que corresponde a 200 dias, o aluno conclui uma série, sempre obedecendo às exigências curriculares legais.

A comunidade conta com uma casa cedida para o alojamento dos professores do SOME, que permanecem no local durante o módulo letivo de 50 dias. Essa casa (*Figura 17*) era de um senhor que se mudou para a cidade e a deixou vaga e fica localizada na margem oposta da escola distante aproximadamente 800 metros, o que implica na dependência do transporte escolar também para os professores.

Figura 17 - Casa dos professores na margem esquerda do rio Urubuéua.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Por se tratar de uma escola Polo, onde alunos de outras comunidades do entorno vão estudar, a comunidade possui um constante fluxo de estudantes. O município oferta o transporte escolar fluvial (***Figura 18***), com repasse de verba da Seduc para os alunos do SOME, sendo que os pilotos das embarcações são chamados de freteiros e são das comunidades ribeirinhas do entorno. Segundo relato do Sr. Antônio, freteiro dos alunos há mais de 30 anos na comunidade, eles recebem o combustível para o transporte e aproximadamente R$1.500,00 reais de salário por mês cheio (quando tem aulas todos os dias da semana), mas a Seduc sempre desconta os pontos facultativos, diminuindo o salário, o que ele não acha justo, pois além do combustível existe a necessidade de manutenção do motor e da embarcação propriamente dita, que não é paga pelo secretaria de educação e sai do bolso dos proprietários. Para acesso aos estudos de nível superior, os ribeirinhos precisam se deslocar para outros municípios, principalmente Belém.

Figura 18 - Embarcações do transporte escolar.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

5.3.3.7 Infraestrutura de Energia

As residências e demais estruturas públicas da comunidade Rio Urubuéua Fátima não são atendidas pela rede de energia elétrica da companhia de distribuição Equatorial Energia do Pará. Por se tratar de uma comunidade insular, isso implica em um demorado processo de licenciamento e logística de infraestrutura para instalação de torres e postes e essa forma de acesso ao serviço parece estar longe de ser alcançada, apesar da expectativa dos ribeirinhos. A forma mais utilizada pelos comunitários ainda é o gerador de energia elétrica a motor, tanto a gasolina como a diesel, como é o caso inclusive da escola municipal Nossa Senhora de Fátima. Entretanto, mais recentemente o sistema fotovoltaico tem aparecido com mais frequência nas residências, ainda que se trate de um sistema com um valor de aquisição um pouco elevado, os ribeirinhos que possuem melhores condições financeiras estão investindo nas placas solares como alternativa (***Figura 19***), frente inclusive ao aumento exponencial do valor dos combustíveis nos últimos anos.

Figura 19 - Placa solar para geração de energia em residência ribeirinha.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

5.3.3.8 Infraestrutura de comunicação

Apesar da distância entre a comunidade e o centro urbano de Abaetetuba não ser grande do ponto de vista de transmissão, menos de 20km, não existe sinal de telefonia móvel. Algumas residências possuem uma espécie de telefone rural, onde se faz necessária a instalação de uma antena com altura que ultrapasse as árvores para melhorar a qualidade e alcance do sinal. Nesse sentido, a única forma de comunicação possível no local é a internet, através de aplicativos de mensagens gratuitos, entretanto nem todas as famílias possuem condições financeiras de custear uma rede de internet via satélite em sua residência. A escola municipal dispõe de um sistema de internet via satélite exclusivo que é utilizado pelos professores e funcionários.

5.3.4 Capital Natural

O capital natural se refere à disponibilidade de recursos naturais na territorialidade (ou áreas disponíveis para uso) de uma comunidade. Diz respeito também à qualidade desses recursos, ao acesso a eles, efeitos de possível impactos negativos sobre eles etc. Em outras palavras, o capital natural é um estoque de recursos naturais a partir do qual os fluxos de recursos úteis para os meios de subsistência se derivam.

Nesse sentido, é realizada uma breve caracterização da utilização desses recursos considerando principalmente seus meios de subsistência e atividades produtivas. Cabe ainda ressaltar que o foco deste estudo, tendo em vista seu objetivo e o tipo de obra a ser executada, foi entender a utilização dos chamados "bens de consumo" ou produtos que podem ser extraídos dos ecossistemas conforme (HASSAN *et al.*, 2005), sem com isso anular outros fatores importantes que porventura não tenham sido mencionados por eles.

Nesse contexto é possível afirmar que dentre os bens de consumo mais importantes para a comunidade estão: o fornecimento de água, o extrativismo (madeireiro e não madeireiro), as roças, a pesca e a caça.

5.3.4.1 Fornecimento de água

A comunidade está situada inteiramente no bioma Amazônico, na área insular do município de Abaetetuba. De Acordo com SEMA (2012) esse complexo de ilhas está localizado na Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia, mais especificamente na Sub-região (SBRH) ou Unidade Hidrográfica de Planejamento (UPLAN) Tocantins, conforme Resolução 04/2008 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Pará. Esse complexo de ilhas se situa na foz do Tocantins com o rio Pará e abriga um grande número de igarapés, rios e os chamados furos, que juntos desembocam na baía do Marajó, já na costa Atlântica.

Segundo os comunitários, os principais (mas não únicos) cursos hídricos são o Tauá, o Xingu e Xinguzinho, o da Prata, o Ginipauba, o dos Carecas e a baía do Marajó. Esse sistema é abastecido e mantido, seguindo a classificação de IBGE (2002), por um clima equatorial quente e úmido, com apenas dois meses secos e precipitação anual que frequentemente se próxima de 2400 mm, sendo que o período de chuvas mais intensas se estabelece entre janeiro e junho e as temperaturas médias no ano são superiores a 18°C, se mantendo com frequência em torno dos 27°C.

Os levantamentos de dados primários realizados em campo permitiram identificar a existência de dois tipos de fontes de águas naturais disponíveis aos comunitários: água subterrânea proveniente de poço e águas superficiais dos cursos hídricos já mencionados. Porém, cada uma dessas fontes é utilizada para fins específicos, sendo que de modo geral é possível definir que: (i) a água subterrânea é utilizada para consumo humano, seja para preparar alimentos seja para beber, e é captada no poço da igreja Católica (ver item 5.3.3 capital físico); e (ii) a água superficial é utilizada para os demais usos domésticos, seja para tomar banho, seja para lavar roupa e é oriunda dos diversos cursos hídricos da comunidade,

a depender do que for mais próximo de cada residência. Além desses, a água superficial também representa a única forma de deslocamento dos comunitários para acessar as demais comunidades e a cidade de Abaetetuba, através da navegação; e também importante fonte de recursos através da pesca, que será discutida em contexto específico mais adiante neste item de capital natural.

Figura 20 - Diferentes usos da água superficial. Detalhe da lavagem de roupa e banho nos igarapés locais.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

5.3.4.2 Extrativismo e Culturas Agrícolas

Com base na classificação de cobertura vegetal do IBGE (2008), a comunidade Rio Urubuéua Fátima está situada na região fitoecológica de Floresta Ombrófila Densa (ou Floresta Pluvial Tropical), que se caracteriza notadamente por ausência de período biologicamente seco durante o ano e é predominante em locais com alta pluviosidade e clima quente, como ocorre na maior parte do estado do Pará por exemplo, sendo as diferenças em sua estrutura e composição observadas mais em função das variações de solo e relevo/altitude presentes em cada localidade. A comunidade se situa em unidade de relevo conhecida como Planícies fluviomarinhas (IBGE, 2006), predominantemente plano e onde a fitofisionomia se apresenta majoritariamente como Floresta Aluvial.

Em função dessas características, a vegetação das margens dos rios sofre mais influência do regime de marés, dada a proximidade com o sistema costeiro do Atlântico na baía do Marajó, enquanto o interior da floresta, é menos afetado pelo regime diário e está mais ligado à sazonalidade das chuvas amazônicas. Nesse contexto, a atividade do extrativismo se refere às espécies vegetais silvestres, presentes e disponíveis nas matas da comunidade e

utilizadas por ela de diferentes formas, sendo que os principais usos identificados nos relatos em campo foram de matéria prima para construção (madeira e palha), lenha, culturas agrícolas e alimentação. Embora a única forma de deslocamento seja através da navegação, os comunitários não relataram a construção de canoas ou madeiras específicas para isso, porém isso pode estar associado ao fato de que a equipe técnica permaneceu pouco tempo em campo, não sendo possível discutir todos os temas à exaustão. Portanto esse uso, embora não tenha surgido nos diálogos, não pode ser descartado.

Com relação às construções, embora a maioria das residências seja coberta com telhas de barro, os comunitários citaram o uso da palha do ubuçu, do miriti e do açaí para cobertura das casas, principalmente nas cozinhas externas onde utilizam madeira como lenha. A maior parte das casas é construída em madeira (ver item 5.3.3 capital físico), sendo que as espécies mais citadas para este fim são ucuúba, andiroba, janaúba, breu, macucu, andirá, jatobá, tauari, embaúba e quaruba, que retiram das matas da comunidade.

Também se verificou que a madeira é tanto comprada quanto vendida nas estâncias (***Figura 21***), que são uma espécie de loja de material de construção localizadas principalmente no rio Paramajó[18]. O custo de compra nas estâncias gira em torno de R$ 240,00 a dúzia de tábuas (variando conforme a espécie da madeira). Já para tirar tábuas, seja para vender seja para construir, nem todos possuem motosserra, então precisam pagar a diária do operador da máquina no valor de R$ 200,00, mais R$ 50,00 referente ao combustível e óleo, e em um dia é possível tirar entre cinco e seis dúzias de tábuas.

Por fim, cabe aqui destacar um uso conservacionista associado ao mangueiro (como chamam os mangues branco e vermelho) e aos aningais (concentração de aninga do Pará, seja em ilhas seja nas margens). Os comunitários evitam o corte dessas espécies por entenderem que são elas que protegem a floresta e as construções do avanço e força da maré.

[18] O Paramajó é um furo que dá acesso à comunidade mas não se localiza dentro dela. Ele conecta a baía do rio Capim ao rio Urubueua.

Figura 21 - Estâncias próximas à comunidade Rio Urubuéua Fátima.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Figura 22 - Mangueiro (em cima) e aningal (abaixo) protegendo a terra firme das marés.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

No que diz respeito à alimentação, é comum a coleta de frutos nas matas da comunidade, sendo que as principais são o ingá, uchi, bacaba, miriti (buriti) e açaí. O consumo do miriti se dá mais no inverno, em forma de mingau, quando o açaí diminui ou cessa a produção de frutos. Apesar disso, o uso mais frequente se estabelece nas áreas de várzea, o que se dá em função de que as atividades produtivas na comunidade giram basicamente em torno da pesca (discutida mais adiante) e da venda do açaí, e os açaizais se localizam nas áreas de várzeas.

Os relatos confluem para os ciclos econômicos da região, sendo que os mais distantes no tempo se referem à época em que tinham engenhos de cana-de-açúcar na região. Depois da cana veio a olaria e a roça, para fabricar farinha e abastecer o crescente mercado regional. Porém, os comunitários argumentam que é necessária uma grande área para plantio da mandioca em quantidade suficiente para produzir farinha em escala rentável; além da carga de trabalho muito maior para cuidar da plantação e produzir a farinha em si; e do preço praticado nos mercados locais; de modo que essa atividade deixou de ser viável e dificilmente é praticada. Atualmente, poucas famílias se dedicam ao plantio na região, sendo a maioria moradora das áreas quilombolas.

Neste cenário, o açaí ganhou espaço, tanto por ser nativo e abundante na região, quanto por demandar menos trabalho e cuidados quando são plantados e cultivados, se tornando uma fonte de renda muito mais rentável que a farinha de mandioca. Nos dias de hoje, as famílias cultivam seus açaizais nas várzeas de seus terrenos (***Figura 23***), nativos e plantados. Naturalmente o açaizeiro dá fruto no verão, mas como a renda das famílias depende dessa produção algumas já manejam seus cultivos retirando o palmito de parte do açaizal ao final da safra de verão, já no início do inverno, para que essas palmeiras cortadas rebrotem neste inverno e assim elas vão frutificar um ano depois, no inverno seguinte. Dessa forma conseguem manter a produção e a rentabilidade do açaí ao longo de todo o ano, o que é especialmente importante porque no inverno é o período de defeso da pesca interna (discutida mais adiante) e precisam manter a renda familiar. Por fim, o cacho do açaí é coletado pelo peconheiro[19], que recebe R$ 10,00 por rasa retirada. As rasas são cestos com capacidade para aproximadamente 15kg do fruto, vendido em Abaetetuba por R$ 40,00. Portanto, cada família tem uma renda de R$ 30,00 por rasa e o valor total depende de quantos açaizeiros ela possui em seu terreno (***Figura 24***).

[19] Pessoa contratada para subir no açaizeiro e coletar os cachos da fruta.

Figura 23 - Açaizais nas várzeas dos terrenos familiares. Essa paisagem predomina na região.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Figura 24 - Comércio de açaí em Abaetetuba e rasas utilizadas para coleta e unidade de medida.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Essa atividade é tão praticada e rentável na região que até a igreja católica tem o seu açaizal (*Figura 25*), que é comunitário e cuidado pelo zelador do prédio da igreja. Nas safras do açaí eles contratam o peconheiro para coletar no açaizal da igreja e vendem na cidade de Abaetetuba, sendo a renda revertida para a igreja. É essa renda que permite realizar a manutenção do prédio da igreja, sua praça, seu trapiche etc., mas também a compra de combustível para ligar o motor que gera energia, incluindo para a bomba que retira água subterrânea do poço. Além disso, parte da renda também é utilizada para a realização de eventos da igreja, e, portanto, comunitários, como festas e reuniões (conforme discutido no capital humano). Por fim, o açaí também resguarda tamanha importância cultural que a festa de Nossa Senhora de Fátima (santa que dá nome à comunidade) foi transferida para o fim da colheita da safra de verão do açaí em novembro.

Figura 25 - Açaizal no fundo da igreja católica.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

5.3.4.3 Caça e Pesca

Quando se trata de consumo de proteína animal, os comunitários são categóricos em afirmar que a caça praticamente não existe na região. Algumas poucas pessoas caçam espécies mais comuns como paca, cutia e eventualmente um tatu, sempre com uso de espingarda, porém essa prática é muito rara. Da mesma forma, poucas famílias possuem animais de criação, geralmente galinhas e porcos, mas em pequenas quantidades para consumo da família e eventualmente vendem dentro da comunidade. O principal consumo de proteína animal se dá, de fato, através da pesca.

A pesca figura entre as atividades humanas mais importantes e representativas da Amazônia (SANTOS e SANTOS, 2005) e nesse contexto cabe evidenciar que a riqueza da ictiofauna brasileira ainda é incerta, mas estima-se que toda a Amazônia tenha entre 2.200 (OBERDOFF

et al., 2019) a 3.500 (MITTERMEIER *et al*., 2003) espécies de peixes. Rêgo (1999) coloca que as práticas produtivas e os hábitos das comunidades amazônicas possuem grande relação com a natureza e seus ciclos naturais. Especialmente a pesca, que em ambientes amazônicos é diretamente influenciada pelo ciclo hidrológico regional (JUNK e WELCOMME, 1989; BATISTA *et al*., 2004), e no caso da comunidade Rio Urubuéua Fátima, também pelos ciclos de marés (FILHO, 2005; ROSÁRIO *et al*, 2016).

A dinâmica da atividade pesqueira desta comunidade apresenta diferenças principalmente em função das características ambientais dos locais de pesca, que determinam os aparatos de captura a serem utilizados. Esses saberes são reproduzidos dos mais velhos aos mais novos, mas também por observação e experimentação, que se desenvolvem por anos até que consigam viver e sobreviver dos recursos que a natureza fornece. O domínio desse conhecimento é o que permite saber onde encontrar as espécies de peixes apreciadas para consumo e venda.

Nesse sentido importa salientar que existem dois padrões locais de pesca da comunidade, a pesca do "norte" (ou pesca salgada) e a pesca interna (ou pesca artesanal). A primeira é praticada no oceano, em mar aberto, por isso é chamada de "norte" ou "salgada", e é feita com embarcações de grande porte (***Figura 26***), com câmara fria e capacidade de estoque em toneladas. Os barcos têm capacidade de estoque diferentes e isso determina quanto tempo conseguem permanecer no mar, mas para ficar embarcada a equipe conta com estrutura de dormitório, cozinha e banheiro (***Figura 27***). A comunidade possui pelo menos três donos de barcos que juntos contratam em torno de 60 pessoas, sendo que os pescadores contratados recebem em média R$ 2.000,00 por viagem de 30 dias embarcados. Além das pessoas embarcadas, a pesca do norte também gera trabalho e renda para as pessoas responsáveis pela manutenção dos barcos quando atracados.

Figura 26 - Embarcações de grande porte que realizam a pesca "do norte".

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Figura 27 - Estrutura interna das embarcações de grande porte.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Essa pesca é uma atividade muito difícil, praticada somente por homens, mas os navios possuem maquinários para lançar e recolher as malhadeiras, que geralmente tem malhas maiores para captura de peixes de porte maior (*Figura 28*). Dentre as espécies mais pescadas nesse tipo de atividade estão a gurijuba, xaréu, peixe serra, cação, corvina e principalmente a pescada amarela. A venda do pescado se dá nas cidades de Vigia (PA) e Belém (PA), porém além da carne relataram a venda do grude, nome popularmente dado à bexiga natatória seca. A espécie mais relevante é a pescada amarela, pois a cada quatro peixes conseguem 1kg de grude, vendido às empresas chinesas de exportação pelo valor de R$ 3.900,00. Em países como a China, alguns europeus e até nos Estados Unidos esse grude é utilizado para fabricação de cola de alta performance, cosméticos e como iguaria gastronômica. Dessa forma, a pesca do norte é uma importante fonte de renda tanto para os donos das embarcações quanto para alguns comunitários, estando inserida em uma economia regional que abastece o mercado interno e externo de peixe.

Figura 28 - Estrutura de lançamento e recolhimento e malhadeiras utilizadas na pesca "salgada".

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Diferente dessa, tem-se a pesca interna, ou artesanal, praticada por crianças, homens e mulheres nos rios, furos e igarapés do interior e proximidades da comunidade. Em geral as mulheres e crianças pescam mais nos cursos d'água mais próximos às suas residências, mas os homens pescam também na baía do Marajó. Esse tipo de pesca é realizada tanto para consumo quanto para venda nos mercados de Abaetetuba, e é praticada com malhadeiras de malhas menores, espinhel, linha de mão e armadilhas (matapi) (*Figura 29* e *Figura 30*). O matapi é uma espécie de covo onde colocam uma isca, geralmente feita com farinha de babaçu que compram na cidade, e capturam pequenos peixes que servem de isca, mas

principalmente o camarão. Dentre as espécies mais pescadas na comunidade estão o mapará, a branquinha, a pescada branca e o camarão, mas na baía do Marajó também pescam bastante piraíba.

A pesca para consumo acontece diariamente ao longo do ano, porém a pesca para venda respeita o período de defeso para garantir a reprodução e o estoque dos pescados. Nesse sentido importa destacar que como a pesca do norte não tem defeso, essa atividade acaba sendo mais rentável para quem está envolvido. Porém, poucos tem os barcos e poucos (no cômputo total da comunidade) trabalham embarcados, razão pela qual a maior parte dos pescadores de Urubueua Fátima são associados da Colônia de Pesca Z-14 de Abaetetuba. Atualmente são 390 associados, entre homens e mulheres, que recebem o seguro defeso (um salário-mínimo por mês) entre novembro e março, período em que o açaí passa a ser a principal fonte de renda das famílias.

Figura 29 - Redes do tipo malhadeira utilizadas na pesca interna.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Figura 30 - Armadilhas do tipo matapi utilizadas na pesca interna de camarão. Detalhe dos embrulhos de folhas contendo iscas de farinha de babaçu.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

5.3.5 Capital Financeiro

De acordo com as informações repassadas pelos comunitários, as principais fontes de renda para as famílias são os programas sociais de transferência de renda, aposentadorias, salários de servidores públicos, principalmente da educação. Em menor escala, mas também importante, tem-se também os salários de pescadores contratados com registro em carteira de trabalho ou pagamentos por viagens embarcadas em pesca do “norte”, pela venda de peixe dos pescadores artesanais e extrativismo do açaí.

O maior volume e constância em termos de recursos aportados e número absoluto de famílias atendidas se refere aos programas sociais de transferência de renda para aquelas em situação de pobreza ou de extrema pobreza do governo federal. Tanto o Bolsa Família (que teve seu nome alterado em 2021 e 2022 para Auxílio Brasil) quanto o Auxílio Emergencial, que foi criado durante a fase de isolamento social imposto pela Pandemia da Covid-19, são programas de assistência social nos quais se enquadram como beneficiárias a maioria das famílias da comunidade Rio Urubuéua Fátima e adjacências. Esses programas possuem, de acordo com as especificidades de cada família, valores diferenciados de benefício, bem como a data de pagamento se faz de forma distribuída, de acordo com o último dígito do NIS (Número de Identificação Social), geralmente nos últimos 10 dias de cada mês. Em seguida tem-se outra importante fonte de recursos para as famílias que são as aposentadorias pagas pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) aos idosos e pensionistas.

Uma atividade que além de constante, conta com prestígio dentro da comunidade, se refere aos ribeirinhos com cargos assalariados e que prestam serviços na área de educação, quer

seja como professores e cargos administrativos, ou como merendeiras, serventes e freteiros (transporte escolar). Muitos jovens estão buscando formação universitária para ocupar esses cargos exercidos nas comunidades e, ao mesmo tempo, estarem próximos aos seus familiares e exercerem uma atividade remunerada e muito reconhecida pela sua importância dentro da comunidade.

De forma geral, as diversas fontes de renda mencionadas, possuem calendários de pagamentos distribuídos ao longo do mês, o que favorece a distribuição do fluxo de ribeirinhos que se deslocam para a cidade de Abaetetuba para receber o benefício, ou seja, o deslocamento dos comunitários para a cidade não se concentra em um único período do mês, dessa forma as comunidades não ficam "esvaziadas" durante nenhum dia específico.

Existem outras fontes de renda na comunidade, mas apresentam uma menor importância por serem esporádicas ou sazonais, mas aportam recursos importantes para as famílias que as praticam. Nesse contexto citam-se os salários ou viagens pagas pela pesca do "norte" que variam em torno de R$ 2.000,00, além das poucas famílias donas deste negócio que recebem lucros altos, segundo informações de uma dessas famílias. Além disso, tem-se a pesca artesanal, que apesar da renda oriunda da venda de peixes na cidade poder flutuar bastante ao longo do ano, garante ao menos quatro meses de seguro defeso (um salário-mínimo por mês) para os quase 400 associados, entre homens e mulheres, da Colônia de Pesca Z-14.

Por último, mas não menos importante, existe a renda proveniente da venda do açaí. Segundo o relato dos comunitários, até os anos 2000, os açaizais da região eram explorados mais para consumo de subsistência, com pouca venda para o mercado regional. Entretanto após a grande difusão e valorização do produto no mercado nacional e internacional, após os anos 2000, o produto passou a ser mais valorizado e explorado de forma comercial. Atualmente a rasa do açaí, medida padrão utilizada, contém 15 kg do produto in natura e é comercializada na cidade por R$ 40,00 reais. A partir da valorização da venda do açaí, uma profissão que ganhou destaque na região foi a de peconheiro, profissional especializado em retirar os cachos do fruto. Segundo os relatos, o peconheiro é pago pela quantidade de rasas que consegue extrair, recebendo em média R$ 10,00 reais por rasa de açaí, ou seja, 25% da produção. Essa profissão se tornou muito valorizada e concorrida nas ilhas e várzeas de Abaetetuba.

6. ANÁLISE DE VULNERABILIDADE E EXPECTATIVAS POPULACIONAIS

Neste item será abordada a situação da comunidade na área do projeto de acordo com seus níveis de vulnerabilidade socioeconômica, socioambiental e cultural. Para isso são considerados os meios de subsistência descritos acima para identificar os níveis de vulnerabilidade a que estão expostos.

Vulnerabilidade é uma condição determinada por fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais, que aumentam a suscetibilidade da comunidade aos impactos positivos ou negativos do Programa. As aspirações, percepção e atitudes dentro das comunidades em relação ao Programa, em especial a construção/reforma de infraestrutura escolar também foram relevantes informações para a análise.

6.1 Vulnerabilidade Capital Humano

Povos e Comunidades Tradicionais são entendidos como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição." (Art. 3º do Decreto 6.040, de 7/2/07).

Para Acselrad (2010), "Tradicional, afirma-se, é o modo de ocupação do território e não o tempo dessa ocupação". Considerando esta máxima cabe evidenciar que o Estado reconhece, através de mecanismos jurídicos, as variadas formas de resistência dos ribeirinhos na transformação do presente, perpetuando a herança de seus ancestrais através do uso dos recursos naturais, especialmente na várzea. Nesse contexto, o ecossistema da várzea, imbricado com as suas mais diversas formas de organização sociopolítica, condiciona o uso comum dos recursos naturais de formas dinamizadas, mas sustentáveis preservando sociobiodiversidade da exploração predatória dos recursos naturais.

No entanto, conforme IPEA (2015) cabe considerar que as dinâmicas atuais de produção têm colocado em vulnerabilidade tais sociobiodiversidades, que assoladas pela ausência de mecanismos sustentáveis de geração de renda colocam novamente como questão central a disputa pelo controle, domínio e apropriação do território. A ampliação da produção do açaí na região, alavancadas pelo crescente interesse nacional e internacional, tem sustentado uma verticalização da cadeia produtiva.

Estudiosos tem indicado que o avanço da economia de mercado sobre a cadeia do açaí implica dois riscos para a economia ribeirinha. Segunda Silva e Freitas (2020), o aumento na demanda pelo fruto traz alterações de múltiplas dimensões na vida dos ribeirinhos, de cunho ambiental, alimentar, econômico, social. Esse contexto é condicionado por inúmeros processos sociais, reveladores de como a vida dos ribeirinhos está sendo constituída a partir dos diferentes usos do fruto de açaí, que atualmente tem se tornado a principal fonte de renda para muitas comunidades ribeirinhas. A tendência de crescimento do mercado do

fruto tem direcionado à intensificação produtiva, ao crescimento da área de produção e à baixa diversificação da economia ribeirinha.

Quando em campo, alguns comunitários relataram que ultimamente vem retirando áreas de mata, reconhecidamente onde se estabelecem seus complexos conhecimentos tradicionais, para o plantio do açaí. O açaí de várzea nativo que faz parte da paisagem ribeirinha geracional, ganha reforços em áreas de fundo, sendo misturados a plantios de terra firme para abastecer o mercado.

A vulnerabilidade associada a este cenário afeta dimensões relevantes da cultura ribeirinha. A primeira se relaciona à dependência das famílias de uma economia de mercado, onde a queda de preços pode pôr em colapso uma economia que, combinada com o trabalho autônomo ribeirinho, como verificado em Urubuéua Fátima, tem configurado uma melhoria da qualidade de vida das famílias e muitas vezes sua única fonte de renda. Desta forma os relatos da comunidade são o enfrentamento de entressafras associadas a grandes momentos de dificuldade financeira, ficando para sua subsistência os recursos pesqueiros e frutas de quintal, haja visto que na comunidade Rio Urubuéua Fátima as famílias dizem não cultivar roçados de terra firme, nem para subsistência, comprando farinha e outros produtos das comunidades do entorno, especialmente os quilombolas ou da cidade. Desta forma têm ficado dependentes dos programas de repasse de renda do Estado. Por outro lado, elas vêm perdendo em diversidade de produção, o que está diretamente ligado a sua segurança alimentar e conhecimentos tradicionais associados, o que pode afetar uma condição intrínseca à cultura ribeirinha no manejo das várzeas.

6.2 Vulnerabilidade Capital Social

A cultura ribeirinha é sustentada pelas relações de parentesco e vizinhança, onde se formam alianças e se pratica uma economia solidária de troca, muito pautada pelo uso comum dos recursos naturais de sua territorialidade. Nesta nova economia de mercado, dada pelo domínio do açaí, as famílias extensas permanecem como detentoras do uso possessório de seus quintais, mas vem se perdendo na diversidade de práticas ancestrais que sustentam a coletividade, pautada pela reprodução de conhecimentos tradicionais associados ao uso comum dos recursos naturais de seu território.

As organizações de classe sustentam sua função de promover a coesão social neste território de múltiplas sociobiodiversidades, mas além de suas obrigações de classe, muito relacionadas aos direitos dos sujeitos sociais dados pela garantia fundiária e a autodeterminação, permanecem com o desafio atual de conciliar os saberes e as práticas ancestrais coletivas, de forma que se encontre o equilíbrio necessário para garantir a autonomia social e o modo de vida da população ribeirinha.

6.3 Vulnerabilidade Capital Físico

A vulnerabilidade deste ativo está relacionada à qualidade e atual estado de conservação das infraestruturas de suporte e as oportunidades de acesso aos serviços básicos que uma comunidade necessita para seu pleno desenvolvimento. De forma geral a principal vulnerabilidade sobre os ativos do capital físico no contexto de execução do Programa_Componente 1 para a comunidade Rio Urubuéua Fátima se faz presente na instabilidade e baixa qualidade dos serviços ofertados, em especial água e saneamento, coleta de lixo, saúde, energia e comunicação.

O sistema de abastecimento de água potável para consumo é precário e insuficiente, uma vez que existe apenas através do poço da igreja Católica. É necessário deslocamento quase diário para a captação dessa água com as embarcações particulares e respectivo custo elevado do combustível, além do custo do combustível para ligar o motor que alimenta a bomba do sistema.

Na região existem poucos estudos sobre os parâmetros da qualidade da água dos igarapés e rios das comunidades ribeirinhas. Um dos poucos estudos realizados e mais atualizado, com campanha de coleta de dados datada de 2018 é o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para instalação do Terminal Uso Privado (TUP) da Cargill na ilha do Xingu e seus resultados demonstram que os corpos d'água da região apresentam valores de nitrogênio amoniacal em excesso (AMBIENTARE, 2018) em cinco locais. Os valores de coliformes termotolerantes foram excedidos em três locais amostrados, incluindo um na ilha de Caripetuba e que pode estar relacionado à ausência de saneamento adequeado (discutido no item 5.3.3 capital físico). Apesar de os índices de qualidade da água (IQA) calculados nos pontos amostrados obtiveram valores entre "bom" a "médio", merecem destaque as concentrações elevadas de alumínio, acima do limite estabelecido pela Resolução CONAMA 357/2005 para águas doces classe 2, em praticamente todos os pontos amostrados.

Em relatório técnico elaborado para avaliar a qualidade da água após o naufrágio do navio Haydar em outubro de 2015 em Barcarena, onde morreram afogadas mais de cinco mil cabeças de gado[20], foram coletadas amostras em diversos pontos localizados próximo às margens continentais de Barcarena e Abaetetuba, assim como em pontos localizados no rio Xingu e igarapé São José (ilha de Caripetuba). De forma geral, foram detectadas concentrações de nutrientes, oxigênio dissolvido, coliformes termotolerantes e cianobactérias em discordância ao preconizado pela Resolução CONAMA 357/2005 para águas da classe 2 na maior parte dos pontos amostrados, atribuídas ao despejo de esgoto clandestino e às atividades industriais desenvolvidas na região (AMBIENTARE, 2018).

[20]Fonte https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/10/naufragio-de-navio-com-5-mil-bois-vivos-em-barcarena-completa-um-ano.html

Grosso modo, Ambientare (2018) alerta para uma sinergia de eventos que contribuem para a piora sistemática da qualidade da água superficial na região insular de Abaetetuba, o que em outras palavras significa que na ausência da água subterrânea oriunda do poço da igreja, não existe alternativa de consumo de água de qualidade e tratada para a comunidade Rio Urubuéua Fátima. Além disso, a gestão dos resíduos sólidos é ausente ou ineficaz na comunidade, contribuindo também para poluição seja da água, seja do solo e até do ar através da queima de lixo. Tudo isso associado à ausência local de atendimento de saúde e na cidade um sistema ineficaz e superlotado que pode contribuir para aumento de doenças na comunidade.

Adicionalmente, o fornecimento de energia elétrica é, em sua maioria, dependente de motores movidos a combustíveis fósseis e custeados pelos próprios comunitários. Não existe fornecimento e distribuição de energia elétrica pública na região das ilhas. Algumas poucas famílias que possuem maior poder aquisitivo estão adquirindo sistemas fotovoltaicos para suas residências. Porém as principais vulnerabilidades relacionadas à energia são o motor para captação de água subterrânea e comunicação já falha na comunidade. Como não existe acesso à rede de telefonia móvel e o acesso à internet é limitado à menor parte das famílias, a comunidade fica vulnerável no que diz respeito principalmente ao auxílio de emergências e rede de proteção de direitos.

Por se tratarem de recursos essenciais para a realização da obra, é de extrema importância que durante a fase de consulta e planejamento da construção da escola sejam consideradas formas independentes de fornecimento de energia elétrica e água para o canteiro de obras.

6.4 Vulnerabilidade Capital Natural

Considerando o tipo e o porte da obra a ser executada; considerando que já existe um comércio local estabelecido de madeira; considerando que a caça pragmaticamente não é praticada e quase não faz parte da cultura comunitária; considerando que a pesca já é praticada em escala comercial e já figura entre as principais atividades geradores de renda na comunidade e na região como um todo; as principais vulnerabilidades sobre este capital incidem sobre as atividades de extrativismo do açaizal da igreja católica e fornecimento de água subterrânea.

Conforme discutido no item de capital natural, quase todos os terrenos, privados e comunitários, possuem açaizais nativos ou plantados em suas várzeas. A igreja católica não é diferente e possui um açaizal, considerado comunitário pois a renda oriunda da venda dessa produção é revertida para a comunidade através da igreja, seja para sua manutenção, seja para compra de combustível para ligar a bomba do poço, seja para realização de eventos na comunidade.

Isso é especialmente relevante uma vez que a área sugerida e indicada pela comunidade para construção da escola é a da igreja, em seu açaizal no fundo do terreno. Isso tem pelos menos três implicações significativas: com a construção da escola nesse terreno haverá

perda de parte importante da produção de açaí neste local, o que resultará na diminuição da geração de renda e, consequentemente, diminuição da renda disponível para (i) manutenção das estruturas da igreja; (ii) realização dos eventos comunitários; e (iii) compra de combustível do motor para fornecimento de água subterrânea.

Além disso, como um agravante, a área sugerida pelos comunitários é caracterizada por várzea, o que fatalmente acarretará um problema já existente na escola municipal, que é o alagamento do pátio da escola e eventualmente até das salas de aula em momentos de maré alta, principalmente as de inverno que se associam a fortes chuvas.

6.5 Vulnerabilidade Capital Financeiro

A vulnerabilidade quanto a este ativo está relacionada à inconstância e às poucas possibilidades de acesso às fontes de recursos monetários externos que a comunidade possui. As necessidades de aquisição de alimentos e produtos de consumo das famílias são contempladas a partir de fontes externas de recursos financeiros, essencialmente os programas sociais, aposentadorias e salários de cargos públicos. A depender da época do ano, a renda advinda da venda do açaí, da pescaria artesanal e respectivo seguro defeso, contribuem também para a renda das famílias ribeirinhas.

Ainda assim, este recurso externo não atende a todas as famílias da comunidade e a diferença de renda se apresenta de outras formas dentro das comunidades, como nos diferentes padrões construtivos das casas, onde as famílias com acesso à renda possuem casas de alvenaria, enquanto outras de madeira, bem como as diferentes formas de acesso à rede de internet (comunicação) e bens materiais diversos como motor gerador de energia elétrica, embarcação, televisores, celulares e geladeiras.

Assim, deve-se considerar que as famílias são dependentes dos recursos monetários provenientes dos demais ativos, em especial, do Capital Natural no que for concernente a pesca e extração do açaí, e qualquer impacto negativo que afete os recursos existentes no território, pode colocar os comunitários numa situação de insegurança alimentar, pois as famílias não terão recursos suficientes para suprir os custos com alimentação, que atualmente conseguem suprir com as atividades de pesca e extrativismo.

Cabe ainda evidenciar que a vulnerabilidade financeira afeta a capacidade de ser convertido em outros tipos de capital, como novas habilidades e conhecimentos e ou outros canais de acesso a saúde, por exemplo, refletindo a dependência dos recursos e estrutura oferecidos pelo Estado.

7. RISCOS RELACIONADOS AO PROGRAMA_COMPONENTE 1

Entende-se risco como os eventos previstos ou imprevistos que possam afetar a comunidade e/ou recursos e processos que ela é dependente, bem como os riscos de que o Programa não consiga atingir seus objetivos. Riscos podem ser negativos e positivos e são evidenciados em termos das consequências dos fatos (impacto) e da significância deste para o receptor.

Estes riscos sociais mal dimensionados têm grande chance de causar violação de direitos e conflitos no futuro, e as consequências se revertem em alterações relevantes no modo de vida da comunidade, além de custos financeiros e reputacionais às instituições envolvidas (BID e mutuário).

Neste item será descrita inicialmente a metodologia relacionada à avaliação dos riscos atribuídos à construção da infraestrutura escolar na comunidade Rio Urubuéua Fátima, seguida de uma matriz com os riscos potenciais identificados e seus atributos para, na sequência, fazer uma objetiva descrição de cada um deles, evidenciando desta forma uma integração aos conteúdos abordados neste relatório.

Neste contexto cabe um alinhamento relevante sobre a avaliação sociocultural em tela e a execução do Programa_Componente 1 na comunidade Rio Urubuéua Fátima. Como não foi indicado pela Seduc o espaço exato onde se pretende executar a construção da infraestrutura escolar, o mutuário deve estar atento aos riscos aqui apontados em relação ao local da construção, bem como à avaliação preliminar e expectativas dos comunitários, que ao relatarem danos a estrutura da escola municipal construída na comunidade, tem notório saber sobre quesitos importantes a serem respeitados na nova edificação. Neste cenário a equipe considerou como válido o local indicado pela comunidade como de possível locação da infraestrutura escolar estadual, haja visto que tal espaço se configura, segundo expectativas dos comunitários, como local coletivo, sem posse familiar produtiva, livre de impedimentos em relação ao acesso ao rio mas com distância adequada do rio Urubuéua, o que evitaria danos relacionados a eventos climáticos futuros.

Por fim cabe evidenciar que será necessário averiguar a necessidade de diálogo do mutuário com o INCRA para promover a cessão de direitos do espaço a ser construído. A comunidade não soube informar se o PAE Ilha Caripetuba possui o Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAUS ou se ele já foi convertido em Concessão de Direito Real de Uso -CDRU.

7.1 Metodologia de Avaliação

Para cada potencial risco foram determinados seus atributos descritos com base em indicadores qualitativo, a saber: i) natureza, ii) temporalidade, iii) probabilidade; iv) magnitude, conforme o *Quadro 1*. O Resultado final da avaliação do risco é dado por sua significância, fruto da relação probabilidade x magnitude conforme *Quadro 2*.

Quadro 1 - Atributos dos riscos relacionados à execução do programa.

Atributo	Descrição	Categoria
Natureza	o modo como o risco afeta o receptor.	Negativo
		Positivo
Temporalidade	Caracterização do risco social em relação a fase da obra	Planejamento
		Instalação
		operação
Probabilidade	Caracterização do risco em relação à possibilidade de ocorrência, tendo em vista a vulnerabilidade a qual a comunidade está exposta e a pressão que a obra pode colocar sobre ela	Improvável
		Provável
		certo
Magnitude	Quantidade de capitais (meios de subsistência) afetados pelo risco	Pequena (afeta 1 ou 2 capitais)
		Moderada (afeta 3 ou 4 capitais)
		Crítica (afeta 5 capitais)

Quadro 2 - Matriz de significância dos riscos relacionados à execução do programa.

Probabilidade de Ocorrência	Magnitude		
	Pequena	Moderada	Crítica
Improvável	Baixa	Baixa	Média
Provável	Baixa	Média	Alta
Certo	Média	Alta	Alta

7.2 Avaliação dos Riscos Potenciais

Foram identificados sete riscos potenciais, sendo seis de natureza negativa e um de natureza positiva. A maioria deles é prevista para ocorrer durante a fase de instalação da obra, três são de ocorrência provável, três de ocorrência certa e apenas um improvável. Com relação à magnitude, dois riscos têm potencial de afetar até dois capitais (Pequena), quatro tem potencial de afetar entre três e quatro capitais (Moderada), e apenas um risco com potencial para afetar todos os capitais (Crítica). Por fim, dois riscos têm significância baixa, três tem significância média e dois tem significância alta, conforme ***Tabela 1***.

Cabe neste contexto, de forma geral, afirmar que uma obra de infraestrutura comunitária, no caso em tela uma escola, do ponto de vista dos impactos estritamente ambientais da obra, atendidas as boas práticas de segurança e gestão ambiental, o evento não apresenta relevância alta. Porém sob o aspecto social, o evento ganha uma significância maior, tendo em vista que as famílias não têm alternativa de acesso a serviços de infraestrutura e as questões socioculturais, mesmo sendo afetadas em pequena escala, podem comprometer a rede de segurança comunitária que sustenta a coletividade, base do sustento sociocultural da comunidade, o que resultou em significância média para a maior parte dos riscos identificados. Cumpridas as prerrogativas de direito e executado um bom processo de consulta associado às medidas, que devem ser dialogadas com a comunidade para protagonismo no seu monitoramento, todos os riscos sociais, ainda que improváveis, podem ocorrer, mas com baixa significância.

Tabela 1 - Matriz de avaliação dos riscos da execução do Programa_Componente 1.

Risco	Natureza	Temporalidade	Probabilidade	Magnitude	Significância
Potencializar o grau de participação e garantir o processo de consulta livre, prévia e informada	Positiva	Planejamento, Instalação e Operação	Provável	Moderada	Média
Risco de desrespeito às salvaguardas relacionadas às adequações culturais do projeto arquitetônico	Negativa	Planejamento	Certo	Pequena	Média
Risco de perda de espaços de socialização da comunidade	Negativa	Instalação	Certo	Moderada	Alta
Risco de introdução de doenças	Negativa	Instalação	Improvável	Moderada	Baixa
Risco de conflitos na articulação interna entre as comunidades	Negativa	Planejamento, Instalação e Operação	Provável	Pequena	Baixa
Risco de desabastecimento de água da comunidade	Negativa	Instalação	Provável	Moderada	Media
Risco de perda de capital natural em função de supressão de vegetação	Negativa	Instalação e Operação	Certa	Crítica	Alta

7.2.1 Potencializar o grau de participação e garantir o processo de consulta livre, prévia e informada

Este risco foi considerado positivo e está relacionado às poucas, ou nulas, iniciativas de Estado que cumprem com as prerrogativas de direito, em especial a Consulta e Participação Informada (CPI) e o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) em relação a atividades que podem afetar o modo de vida da comunidade ribeirinha e seu território. Cabe evidenciar que as comunidades estão bastante assustadas com a implantação do empreendimento da Cargill, um terminal portuário privado na Ilha do Xingu, nas proximidades do PAE Ilha de Caripetuba onde se localiza a comunidade em tela. A falta de consulta livre, prévia e informada tem sido um novo momento de luta social pela integridade ambiental dos recursos e reprodução do modo de vida dos ribeirinhos. Outros empreendimentos regionais já causam impactos ambientais relevantes aos seus recursos, em especial à qualidade das águas e, portanto, ao modo de vida destas comunidades, e todo "estranho" que chega é motivo de desconfiança e insegurança em relação ao futuro.

Desta forma, propiciar um processo formal de consulta livre, prévia e informada é estimular aprendizados a ambas as partes e estimular a participação ativa dos ribeirinhos nas reflexões sobre sua autodeterminação nos processos que os afetam, mesmo que estejam relacionados à infraestrutura que trará benefícios sociais.

Este risco é de natureza positiva, tendo em vista que a aplicação de salvaguardas afeta positivamente a vida das comunidades, como também no aprendizado do mutuário, ocorre em todas as etapas da obra, evitando que o diálogo só ocorra no início do processo, o que propicia o diálogo contínuo e a resolução de conflitos quando eles ocorrem antes de ganharem maior significância, de ocorrência provável, haja visto a obrigatoriedade do cumprimento das políticas de salvaguardas do BID, de magnitude moderada afetando positivamente os capitais humano, social e físico e de significância média a alta, considerando os aspectos indiretos que podem afetar de forma sinérgica a comunidade após a entrega da infraestrutura. A medida sendo executada, ou seja, o processo de consulta sendo livre, prévio, informado e monitorado em todos os seus aspectos, em especial no adequado perfil adaptativo, a ocorrência do risco positivo é certa de significância altamente positiva.

7.2.2 Risco de desrespeito às salvaguardas relacionadas às adequações culturais do projeto arquitetônico

Este risco está associado ao descumprimento das salvaguardas em relação ao diálogo aberto sobre possíveis adequações ao projeto arquitetônico para atender suas especificidades culturais e expectativas na utilização da edificação. O que tem acontecido no Brasil são projetos que seguem um padrão construtivo associado a modelos de escolas rurais, que não guardam, em nenhum aspecto, identidade e diálogo da arquitetura com o lugar onde ele se insere, ao contrário, guardam a identidade do governo sobre suas obras, marcando a paisagem das comunidades. O resultado encontrado são estruturas que não correspondem

às condições ambientais e não dialogam com a identidade das comunidades. É preciso refletir sobre as mudanças apontadas pela Constituição Federal de 1988, na garantia do direito das comunidades tradicionais aos territórios ocupados, bem como a uma educação que respeite a diversidade sociocultural e ambiental do país.

Ainda que as escolas nas comunidades ribeirinhas sigam padrões mínimos de adaptação aos beiradões da Amazônia, estão longe de dialogar com os conhecimentos socioculturais das comunidades acerca de processos construtivos e matérias primas locais mais eficientes do ponto de vista da durabilidade. Neste sentido, não cabe a este processo de avaliação orientar o mutuário a elaborar projetos arquitetônicos onde a comunidade participe ativamente do desenho da escola, ainda que existam orientações do MEC para que seja dessa forma. Mas na condição de compreender as restrições orçamentárias e de tempo, e principalmente a necessidade urgente apontada pela comunidade para implantação de estrutura que atenda o ensino médio e fundamental na região, cabe apontar que as expectativas dos comunitários em relação a este diálogo tem como princípio a durabilidade da edificação, que considerado os aspectos dos conhecimentos locais reflete seu modo de vida e a corresponsabilidade na gestão. Cabe também evidenciar neste contexto a necessidade apontada pelas comunidades de pensar na acessibilidade das estruturas escolares na região ribeirinha. Nenhuma edificação escolar dialoga com os desafios da educação inclusiva, em especial na dimensão dos espaços físicos. Esta é uma demanda da comunidade para que o deficiente físico tenha o direito respeitado à inclusão escolar na região.

Neste cenário, além da vontade da comunidade, a vontade política também está presente nas soluções arquitetônicas. Cada estrutura reflete as possibilidades de diálogo e negociação que se colocam nas intervenções arquitetônicas. As características da arquitetura escolar revelam as expectativas das comunidades ribeirinhas, mas também do mutuário de visibilizar, valorizar, acolher e fortalecer a comunidade. Este risco tem natureza negativa, pois abarca o não atendimento as políticas de salvaguarda, é presente de forma prioritária na etapa de planejamento, onde devem ser estimulados os diálogos sobre adequações ao projeto, é de ocorrência certa, haja visto que a Seduc em áreas rurais utiliza modelo padrão do FNDE com a identidade do governo do estado, tem magnitude pequena, afetando o capital humano e de significância média.

A condução sistemática do processo de CPI e o CLPI pode permitir que o risco seja improvável em relação ao diálogo sobre tais adequações, no entanto não existem garantias dos resultados efetivos deste processo que demanda vontade dos atores envolvidos, portanto a significância continua baixa, ainda presente.

7.2.3 Risco de perda de espaços de socialização da comunidade

Este risco está associado a possíveis impactos ao espaço coletivo direcionado a momentos comunitários. Como citado neste relatório, a comunidade Rio Urubuéua Fátima possui um único espaço coletivo, onde se encontra a igreja católica e o centro comunitário, considerado o centro da comunidade, o que a legitima. Este espaço é utilizado para os festejos e atividades importantes para manutenção dos laços de parentesco e alianças forjadas na territorialidade. No entanto este espaço é o único possível de se construir tal infraestrutura, segundo pontuaram os comunitários, uma vez que atende os quesitos considerados relevantes para o grupo, como local coletivo, sem posse familiar produtiva, livre de impedimentos em relação ao acesso ao rio mas com distância adequada do rio Urubuéua, o que evitaria danos relacionados a eventos climáticos futuros.

Desta forma considerando que o canteiro de obras inevitavelmente ficará nesta localidade, é preciso considerar o melhor lugar e aproveitamento do espaço para o material e maquinários a serem utilizados na obra e seu correto isolamento, considerando que a comunidade, mesmo durante a implantação da infraestrutura, frequentará os eventos religiosos aos domingos e suas festas e festejos comunitários, o que pode levar a acidentes com crianças no pátio, ou perda de locais importantes para socialização comunitária e até perda de espaços utilizados para dispor barracas de vendas de produtos e alimentos que vendem para angariar fundos comunitários.

Este risco tem natureza negativa, pois abarca o não atendimento as políticas de salvaguarda, é presente de forma prioritária na etapa de implantação, onde devem ser estimulados os diálogos sobre a melhor adequação do espaço coletivo em relação a obra, é de ocorrência certa, haja visto que do ponto de vista comunitário este é o melhor local para construção da escola, tem magnitude moderada por afetar três capitais de subsistência e significância alta considerando que este é o único espaço de uso coletivo da comunidade. A condução sistemática do processo de engajamento das partes interessadas e de consulta na etapa de planejamento e implantação da obra pode atender as diferentes expectativas e definir qual a melhor medida para evitar impactos, tornando o risco ainda provável, pois para comunidade não existe outro local possível para obra, e com significância média.

7.2.4 Risco de introdução de doenças

Esse risco está mais associado à Covid-19, pois embora a maior parte da comunidade tenha o esquema vacinal completo e o último óbito ter sido registrado no município em junho de 2022, a cidade apresentou uma alta no número de casos em dezembro de 2022 e possui taxa de letalidade acima da média nacional (CAPES, 2023). Além disso, esse risco também não pode ser descartado em função de novas variantes que possam gerar novos surtos, como vem ocorrendo ciclicamente desde o início da pandemia. Também há que se atentar para doenças transmitidas por vetores, como malária, leishmaniose e dengue, dentre outras.

Considerando a situação sanitária atual do país e da região, esse risco foi considerado de natureza negativa, possível de ocorrer na fase de instalação, mas de ocorrência improvável, com magnitude moderada por afetar três capitais (Humano, Social e Físico) e significância baixa.

A comunidade Rio Urubuéua Fátima elencou algumas medidas que poderiam ser adotadas para evitar esse risco, quais sejam: contratação de mão de obra da comunidade, tendo em vista que eles têm qualificação para tal, e elaboração de protocolo de segurança sanitária com exigência de esquema vacinal completo para os trabalhadores que vierem de fora. De qualquer forma, recomenda-se que durante a consulta na fase de planejamento esse diálogo avance e essas e outras medidas sejam discutidas e adotadas.

Em um segundo cenário, mesmo se as medidas forem adotadas de forma efetiva, ainda assim o risco permanece com a mesma classificação, pois ainda que se diminua a chance, não é possível garantir que nenhuma doença seja introduzida na comunidade com a vinda de pessoas de fora.

7.2.5 Risco de conflitos na articulação interna entre as comunidades

Este risco está associado a possíveis conflitos na comunidade e entre comunidades relacionados a falta de participação efetiva dos representantes e lideranças no processo de consulta. Quando em campo esta equipe vivenciou os desafios de articular diferentes agendas de representantes comunitários e famílias, tendo em vista as diferentes funções que estão associados, as distâncias entre as casas e os deslocamentos fluviais dependentes de transporte.

A dificuldade imposta por estes quesitos deve considerar para esta comunidade um tempo maior de articulação que leve em conta a realidade local. Muitas vezes estes representantes são acessados pelos seus filhos que levam da escola bilhetes sobre possíveis reuniões. Poucos são os comunitários que podem pagar uma conexão de internet privada o que limita bastante o uso de aplicativos de mensagens. Desta forma será imprescindível que o mutuário se dedique a articular uma agenda coletiva, que consiga congregar dia e horário para compor a maioria das partes interessadas, permitindo que um quórum mínimo seja definido por eles nos processos de consulta. De forma complementar caberá ao mutuário o deslocamento dos comunitários o que pode em certa medida diminuir os riscos relacionados a falta de transporte e ou combustível para o deslocamento ao local das reuniões.

Este risco tem natureza negativa, pois abarca o não atendimento as políticas de salvaguarda e engajamento das partes interessadas em processos de consulta, é presente em todas as etapas da obra, é de ocorrência provável, haja visto que esta equipe técnica vivenciou tais desafios para o levantamento de informações, tem magnitude pequena por afetar o capital social e significância baixa considerando que é possível superá-lo. A dedicação inicial do mutuário na condução do processo de engajamento das partes interessadas pode definir a

melhor forma para articular os comunitários, tornando o risco improvável e com significância baixa.

7.2.7 Risco de desabastecimento de água da comunidade

Esse risco está associado à falta de água para consumo da comunidade em função do aumento da demanda existente durante a etapa de obras. Como já relatado no capital físico, a estrutura de abastecimento de água potável da comunidade Rio Urubuéua Fátima é dependente de um único poço coletivo, construído na igreja Católica, para onde as pessoas se deslocam de barco para pegar água potável que será utilizada nas suas casas. Ainda que não tenha sido relatado pelos comunitários nenhum período de seca do poço, existe uma alta demanda, sendo usada inclusive pela escola municipal desde a falha de seu sistema de captação. Associada a esta demanda por água, o sistema é movido a gerador, cujo combustível é custeado pela comunidade para a bomba e a energia no local (centro comunitário e igreja). Assim, todo o sistema existente de água é dependente de combustível e caso utilizado pela obra corre o risco de sofrer um stress hídrico, ou uma sobrecarga dos componentes, como bomba e respectivo motor gerador. É premente que se busque uma solução para a obra que não cause impactos nos recursos da comunidade. Ressalta-se que existe inclusive o risco em relação ao próprio Programa_Componente 1 ser paralisado, afinal a obra será impactada diretamente com a falta de água e energia no local. Dessa forma, esse risco foi classificado como de natureza negativa, previsto para ocorrer na fase de instalação da obra, de ocorrência provável, magnitude moderada por afetar quatro capitais (Humano, Social, Natural e Físico) e significância média.

Assim, durante a fase de consulta e planejamento da obra recomenda-se que sejam consideradas e discutidas medidas que visem a melhoria e sustentabilidade do sistema de captação de água para a comunidade e consecutivamente para a obra, podendo ser articulado um sistema à base de energia solar, o que traria benefícios à comunidade ou uma estrutura independente para obra que contemple sua posterior etapa de operação. Ainda deve-se levar em consideração as melhores práticas e legislação vigente da construção civil no que se relaciona ao não desperdício e economia de água no canteiro de obras, bem como a possibilidade de uso de tecnologias sustentáveis como placa solar por exemplo, para manter o sistema em funcionamento durante a fase de operação da escola. Em um segundo cenário, se as medidas sugeridas forem adotadas de forma efetiva, esse risco segue classificado como negativo, mas de ocorrência improvável e magnitude moderada, diminuindo a significância para baixa.

7.2.8 Risco de perda de capital natural em função de supressão de vegetação

Esse risco se relaciona em especial com a perda de renda comunitária pela supressão de parte importante do açaizal da igreja, o que afetaria a manutenção de seu prédio e demais estruturas associadas e a realização de eventos comunitários. Esse risco foi considerado de

natureza negativa, previsto para ocorrer nas fases de instalação e de operação, de ocorrência certa, com magnitude crítica por afetar todos os capitais (Humano, Social, Físico, Natural e Financeiro) e significância alta.

Assim, durante a fase de consulta e planejamento da obra recomenda-se que sejam consideradas e discutidas alternativas locacionais para a construção da escola, por exemplo, no mesmo local indicado pela comunidade mas em terra firme, um pouco atrás do açaizal, pois apesar de ficar um pouco mais distante do rio, não haveria necessidade de supressão do açaizal. No mais a distância seria relevante tendo em vista eventos climáticos adversos, como grandes cheias. Apesar disso, mesmo com a necessidade de supressão da vegetação em área de terra firme (devendo-se considerar a necessidade de licenciamento ambiental simplificado), nos foi relato pelos comunitários que a perda de renda estaria associada ao açaizal e não a área de mata. Isso resulta na não afetação do capital financeiro e do capital físico, uma vez que os recursos adquiridos com a venda do açaí da igreja para a manutenção das estruturas físicas da igreja e a compra do combustível para o motor da bomba d'água não seriam afetados. Dessa forma, em um segundo cenário, se as medidas adotadas forem efetivas, esse risco segue classificado como negativo, mas de ocorrência improvável e magnitude moderada (afetando apenas os capitais humano, social e natural), rebaixando a significância para a categoria baixa.

8. PLANO DE AÇÃO SOCIOCULTURAL

8.1 Medidas de Mitigação e monitoramento

Como descrito no Capítulo 7, os riscos se relacionam majoritariamente à afetação de atividades imprescindíveis à subsistência e reprodução de valores culturais da comunidade, bem como evidenciam uma significância média, o que pode afetar seu modo de vida de forma cotidiana, na relação estabelecida com o território. Os riscos se relacionam também às vulnerabilidades já vivenciadas dos capitais, que se somam ao potencial de afetação dos recursos existentes. Desta forma, medidas relacionadas a mitigar as chances de os riscos ocorrerem devem ser executadas desde a fase do planejamento até a entrega da obra, em diálogo sistematizado pelo Plano de Consulta para identificar problemas, dialogar sobre soluções e monitorar das ações.

Os riscos, quando avaliados antes da implantação das medidas, tinham a significância majoritariamente média. Porém, a reavaliação após a implantação das medidas indicou significância baixa para quase todos os riscos, com exceção de dois: Potencializar o grau de participação e garantir o processo de consulta livre, prévia e informada, que tem natureza positiva e significância alta; e o Risco de perda de espaços de socialização da comunidade, pois esse é certo, haja visto que a comunidade não possui outro local de socialização comunitária, porém previsto para ocorrer apenas durante a obra, conforme exposto na *Tabela 2*.

Tabela 2 - Matriz de medidas de mitigação dos riscos relacionados à execução do Programa_Componente 1.

Risco identificado	Sugestão de Medida	Pós Medida	
		Probabilidade	Significância
Potencializar o grau de participação (CPI) e garantir o processo de consulta livre, prévia e informada (CLPI)	- Realizar um processo de consulta continuado, que seja iniciado com tempo adequado, de forma prévia a cada etapa da obra, registrando a decisões alinhadas sobre as medidas para monitoramento.	**Certo**	**Alta** Devido aos diálogos constantes, as queixas são capturadas no início e permanecem no nível local gerando resultados positivos.
Risco de desrespeito às salvaguardas relacionadas às adequações culturais do projeto arquitetônico	- Implementar o Plano de Consulta continuado, que seja iniciado com tempo adequado, de forma prévia a etapa de planejamento da obra, estimulando reflexões e negociações sobre adequações culturais e conhecimentos locais sobre materiais a serem utilizadas na obra; - O mutuário em diálogo com as partes interessadas deve pensar em soluções de acessibilidade da escola, em especial no trapiche do rio a estrutura escolar.	**Improvável**	Baixa Devido aos diálogos constantes, as sugestões são negociadas no início e tem chances de gerar resultados positivos para as partes em respeito as salvaguardas.
Risco de perda de espaços de socialização da comunidade	- Implementar o Plano de Consulta continuado, que seja iniciado com tempo adequado, de forma prévia a etapa de planejamento da obra; - Refletir de forma participativa sobre as melhores soluções sobre disposição de canteiro de obra e isolamento do local da obra.	**Provável**	**Média** Devido aos diálogos constantes, as sugestões são negociadas no início e tem chances de gerar resultados positivos para as partes em respeito as salvaguardas.
Risco de introdução de doenças	- Exigência de um Protocolo Sanitário para trabalhadores externos- (comprovante de vacinação atualizado, com esquema vacinal completo para Covid-19, acompanhado de atestado médico de saúde).	**Improvável**	**Baixa** Devido aos diálogos constantes, as sugestões são negociadas no início e tem chances de gerar resultados positivos para as partes em respeito as salvaguardas.
Risco de conflitos na articulação interna entre as comunidades	- Implementar o Plano de Consulta continuado, que seja iniciado com tempo adequado e seja feito um esforço extra na articulação comunitária para o engajamento das partes interessadas, com deslocamento dos representantes da comunidade e das outras comunidades de responsabilidade do mutuário durante as etapas de consulta.	**Improvável**	**Baixa** Consulta as partes interessadas oferecem uma fonte importante de validação das decisões, aprimora a qualidade das medidas e permite que as pessoas compreendam seus direitos e responsabilidades em relação ao Programa.

Risco identificado	Sugestão de Medida	Pós Medida	
		Probabilidade	Significância
Risco de desabastecimento de água da comunidade	- Melhoria no sistema de geração da energia elétrica e captação de água subterrânea da comunidade, substituindo o gerador por placa solar; - O mutuário deve identificar uma forma de obter água e energia de maneira independentepara a obra, pensando na operação da escola.	**Improvável**	**Baixa** As oportunidades identificadas nas medidas devem ter como objetivo gerar benefícios ao beneficiário, incluindo melhorar seu padrão de vida, e promover a sustentabilidade a longo prazo dos recursos essenciais.
Risco de perda de capital natural em função de supressão de vegetação	- Dialogar com a comunidade nas etapas de consulta e planejamento sobre alternativas locacionais da obra, considerando o mesmo local mas atrás do açaizal, já em terra firme.	**Improvável**	**Baixa** Consulta às partes interessadas oferece uma fonte importante de validação das decisões, aprimora a qualidade das medidas e permite que as pessoas compreendam seus direitos e responsabilidades em relação ao Programa.

Relevante considerar que as medidas aqui sugeridas não foram dialogadas de forma sistemática com a comunidade Rio Urubuéua Fátima e são apenas recomendações e/ou diretrizes desta equipe técnica a partir da reflexão com as famílias e lideranças comunitárias presentes nos levantamentos de campo. Desta forma, todos os riscos aqui considerados devem ser novamente abordados com os comunitários na implementação do Plano de Consulta, considerando as etapas de planejamento, instalação e operação da obra.

As medidas sugeridas pretendem garantir que a comunidade receba benefícios sociais e estruturais culturalmente adequados, incluindo medidas que contribuam na capacidade e competência organizacional do mutuário.

Este plano de ação baseia-se nas vulnerabilidades socioculturais identificadas na comunidade e devem estar em total consonância com o PDAS 7 Povos Indígenas do BID, incluindo:

1. Implementar as medidas em conformidade com os diálogos e decisões estabelecidas no processo de consulta, que deve ser executado de forma prévia a todas as etapas da obra, sendo incluídas etapas de avaliação de queixas entre elas;
2. Implementar medidas socioculturalmente adequadas e sustentáveis;
3. Respeitar, os saberes tradicionais, o patrimônio cultural, o patrimônio natural, o capital social;
4. Adaptar, guardadas as especificidades de garantia da entrega da obra, serviços e outras atividades para facilitar o acesso a benefícios pelos comunitários, incluindo tratamento equitativo na possibilidade de contratação de qualquer serviço e, sempre que possível, procedimentos e critérios adequados e programas de capacitação para esta garantia;
5. Elaborar medidas e/ou atividades complementares através de um processo de negociação de boa-fé com a comunidade afetada e dialogado previamente no processo de consulta;
6. Onde os riscos são inevitáveis o mutuário minimizará esses impactos de uma maneira culturalmente apropriada, proporcional à natureza e escala de tais impactos e à vulnerabilidade da comunidade;
7. Onde alternativas foram exploradas e impactos adversos são inevitáveis, as ações propostas pelo mutuário devem ser desenvolvidas de forma participativa com a comunidade afetada e exige do mutuário capacidade profissional especializada e exclusiva;
8. As oportunidades identificadas nas medidas devem ter como objetivo abordar as metas e preferências da comunidade, incluindo melhorar seu padrão de vida de uma maneira culturalmente apropriada, e promover a sustentabilidade a longo prazo dos recursos naturais dos quais dependem e podem ter relação direta com a obra, em especial os materiais a serem utilizados e as estruturas de abastecimento,

saneamento e energia;

9. Recomenda-se ao mutuário a adoção de penalidades à empreiteira, no caso de não atendimento dos requisitos deste PDAS 7 e das decisões definidas no processo de consulta, ou seja, na situação de configuração de não-conformidades significativas;
10. O mutuário deve colaborar e estimular todos os prestadores de serviço e órgãos governamentais e de classe envolvidos, para alcançar resultados consistentes com os objetivos do PDAS 7 sobre os povos indígenas e comunidades tradicionais.

Em relação ao monitoramento das medidas, deve ser definida junto aos beneficiários, os comunitários da comunidade Rio Urubuéua Fátima e das comunidades do entorno envolvidas no processo de consulta, atividades participativas para o monitoramento das medidas definidas no processo. Para isso durante a execução do Plano de Consulta deve ser identificado a possibilidade de que as lideranças e/ou outras pessoas definidas pelos comunitários, possam acompanhar as medidas de forma culturalmente adequadas, utilizando fotos e outros mecanismos que os beneficiários acharem adequados, bem como identificando prazos e indicadores comunitários para avaliação das medidas ao longo do processo de implantação da obra.

- Monitorar e medir a eficácia do programa de gerenciamento do mutuário e o cumprimento de quaisquer obrigações legais, exigências regulatórias relacionadas e decisões alinhadas no Plano de Consulta;
- Registrar informações e indicadores comunitários para monitorar o desempenho e estabelecer controles operacionais relevantes junto à comunidade;
- Planejar avaliações regulares e culturalmente adequadas da eficácia das medidas, com base na coleta e análise de dados relevantes e avaliação dos indicadores comunitários de forma participativa.

9. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As comunidades ribeirinhas devido às vulnerabilidades expostas neste documento passam por um processo frágil em relação a sua fonte de renda, segurança alimentar e acesso a serviços básicos como água potável. As prerrogativas de direitos relacionados a elas devem ser incluídas no Programa_Componente 1 a partir da implementação do Plano de Consulta continuado, mesmo que o mutuário não tenha experiência na sua execução, esta é uma oportunidade para aprendizados mútuos. Considera-se relevante aumentar a capacidade organizacional do mutuário contratando um profissional com experiência na realização deste processo e engajamento das partes.

A obra na perspectiva de suas dimensões e riscos estritamente ambientais é perfeitamente viável, guardadas as considerações relacionadas à implantação das medidas mitigadoras direcionadas às condições de vulnerabilidade e à correta gestão ambiental e social da obra, em respeito às reflexões dialogadas com os ribeirinhos na etapa de pré-consulta executada por esta equipe técnica e descritas neste documento.

Na sua dimensão social, os riscos identificados podem ser mitigados para reduzir seus impactos, considerando sempre as decisões que serão alinhadas no Plano de Consulta e guiadas pela avaliação em tela. Em especial esta equipe considera altamente relevante que o mutuário redobre os esforços no engajamento das partes interessadas, o que seria uma ação bastante adequada a salvaguardar os riscos mais relevantes da avaliação, como os relacionados ao local da obra e a participação efetiva da comunidade no processo de engajamento.

Por fim sugere-se que as medidas aqui propostas e dialogadas com os comunitários para reduzir impactos seja dialogada de forma sistemática no processo de consulta e registradas para monitoramento, e devem ser incorporadas no correspondente Plano de Gestão Ambiental e Social do Programa_Componente 1.

10. REFERÊNCIAS CONSULTADAS

ACSELRAD, H. (org.). Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. – Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. 2010.

ALMEIDA, A. W. B. Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social / Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, Emmanuel de Almeida Farias Junior.:Manaus: UEA Edicoes, 2013.

AMBIENTARE. Estudo de Impacto Ambiental do Terminal Portuário de Uso Privado – TUP Abaetetuba – Ambientare Soluções em Meio Ambiente, novembro 2018.

ANDERSON, S. D. Engenhos na várzea: uma análise de declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia. In: LENA, P.; OLIVEIRA, A. E. de. (Org.). Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

BASTOS, N. R. Territórios em resistência no mundo social da várzea: A cartografia social de ribeirinhos e quilombolas da Ilha Xingu/Abaetetuba / Nelson Ramos Bastos. —XVII, 197 f. : il. Color, 2019.

BATISTA, V. S.; ISAAC, V. J.; VIANA, J. P. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: RUFFINO, M. L. (Org.). A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira. Manaus: IBAMA/ProVárzea, p. 63-152. 2004.

BENATTI, J. H. Posse agroecológica e manejo florestal. Curitiba: Juruá. 2003

CANTO, O. Ribeirinhos do Mapuá. In: MOTA, G. et. al. Caminhos e lugares da Amazônia: ciência, natureza e territórios. Belém: GAPTA/UFPA, p. 225-236, 2009.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Programa de Combate a Epidemias Modelagem matemática da disseminação geográfica da Covid-19. Wesley Cota (org.), 2023.

CARDOSO, M. B. C.; SILVA, M. C. G.; PEREIRA, M. S. V.; CARVALHO, J. F. Sistema Municipal de Educação no Território das Águas e Terras de Abaetetuba/PA. Artigo apresentado no IX Jornada de Políticas Públicas. UFMA, São Luis-Maranhão-Brasil. 2018.

CORRÊA, S. R. M. Currículos e saberes: caminhos para uma educação do campo multicultural na Amazônia. In: HAJE, S. M. (org.). Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará. Belém: Gutemberg. (2005).

COUTINHO, M. V. Ilhas e várzeas de histórias, conflitos e identidades: trajetórias sociais e políticas dos Ribeirinhos de Abaetetuba /Marcius Vinicius Coutinho, 2016.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. Cartilha Memória e Revitalização Identitária: ribeirinhos e ribeirinhas das Ilhas de Abaetetuba. CPT Região Guajarina: Ananindeua-PA, 2006.

ELLIS, F. Rural livelihoods and diversity in developing countries: Evidence and policy implications. Natural Resource Perspectives, n. 40, p. 1-7, 1999.

FERREIRA, L. S. G. Gênero de vida ribeirinho na amazônia: reprodução socioespacial na região das ilhas de Abaetetuba-PA / Luzivan dos Santos Gonçalves Ferreira. - 2013.

FILHO, P. W. M. S. Costa de manguezais de macromarés da Amazônia: cenários morfológicos: mapeamento e quantificação de áreas usando dados de sensores remotos. Revista Brasileira de Geofísica, 23(4): 427-435, 2005.

FRAXE, T. J. P. Cultura Cabocla-Ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo: Annablume, 2004.

GALLOIS, D. T. (coord.). Sociedades indígenas e suas fronteiras na região sudeste das Guianas. São Paulo, NHII-USP, 2004.

HASSAN, R.M.; SCHOLES, R.; ASH, N. Ecosystems and Human Well-Being: current state and trends. Washington: Island Press, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Abaetetuba. Censo Demográfico 2010. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/abaetetuba/panorama> Acesso em janeiro de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapa de Clima do Brasil. Escala 1:5.000.000. Rio de Janeiro: IBGE. 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapa de Unidades de Relevo do Brasil. Escala 1:5.000.000. IBGE. 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapa de Vegetação do estado do Pará. Escala 1:1.800.000. IBGE. 2008.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo Técnico do estado do Pará: Censo Escolar da Educação Básica 2021. Brasília, DF: Inep, 2022.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Relatório Territorial de Belém e de Abaetetuba. Observatório da Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia. Rio de Janeiro, 2015

JUNK, W. K. e WELCOMME, R. L. Management of floodplains. In. B. C. Patten (ed.). Wetlands and shallow continental water bodies. SPB Academic Publishing, The Hague, v.1, Netherlands, 1989.

MAUÉS, R. H. “Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião”. Estudos avançados, v. 19, n. 53, pp. 259-274, 2005.

OBERDORFF, T., DIAS, M.S., JÉZÉQUEL, C., ALBERT, J.S., ARANTES, C.C., BIGORNE, R., CARVAJAL-VALLEROS, F.M., WEVER, A., FREDERICO, R. G., HIDALGO, M., HUGUENY, B., LEPRIEUR, F., MALDONADO, M., MALDONADO-OCAMPO, J., MARTENS, K., ORTEGA, H., SARMIENTO, J., TEDESCO, P.A., TORRENTE-VILARA, G., WINEMILLER, K.O., & ZUANON, J. Unexpected fish diversity gradients in the Amazon basin. Science Advances, 5: 1-9. 2019.

OLIVEIRA, J. A. e BENATTI, J. H. Reconhecimento do direito à terra em projetos agroextrativistas: desafios e conquistas. II Seminário Governança de Terras e Desenvolvimento Econômico (1.: 2016: Campinas, SP) Coletânea de Artigos, 4 a 5 de agosto de 2016, Campinas, SP – Campinas: Unicamp. IE, 2016.

ROSÁRIO, R. P.; ROLLNIC, M.; SANTOS, A. S. Contribution to understanding the surface seawater intrusion in the Pará River estuary during low discharge. Proceedings of the 17th Physics of Estuaries and Coastal Seas Conference, Porto de Galinhas, Pernambuco, Brazil, 2014.

ROVERSI, C. A. Destinação dos resíduos sólidos no meio rural. Monografia de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 49f., 2013.

SANTOS, G. M. e SANTOS, A. C. M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. Estud. Av., 19(54): 165-182. 2005. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000200010

SCOONES, I. Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis. IDS working paper, Brighton, n. 72., p. 1-22, 1998.

SEMA. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Política de Recursos Hídricos do Estado do Pará. Belém, 2012.

SILVA, M. A. P. e MALHEIRO, B. C. P. Faces ribeirinhas na orla fluvial de Belém: espaços de (sobre)vivência na diferença. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C. da; SILVA, M. A. P. da. Belém: cidade e o rio na Amazônia. Belém: Edufpa, 2005.

SILVA, S. M. e FREITAS, A. F. Mudanças nos meios de vida dos ribeirinhos a partir da ressignificação econômica do açaí (*Euterpe Oleracea mart.*): um estudo em Igarapé-Miri, Pará. Periódicos UFPA. 2021. Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/viewFile/9063/7536> Acessado em janeiro de 2023.

ANEXO I

Plano de Consulta

Comunidade Rio Urubuéua Fátima

Programa de Ampliação e Modernização da Infraestrutura e Oferta Educacional para Garantir o Direito de Aprender no Estado do Pará (BR-L1548)

ANEXO I

PLANO DE CONSULTA

Comunidade Rio Urubuéua Fátima

Município de referência – Abaetetuba (PA)

Janeiro 2023

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO _____ 4

2. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE PARTES INTERESSADAS _____ 8

3. ENGAJAMENTO DA COMUNIDADE URUBUEUA FÁTIMA_____ 12

3.1 Desenho de Engajamento: Princípios e Abordagem _____ 14

3.1.1 Princípio 1: Respeitar as características socioculturais dos ribeirinhos _____ 14

3.1.2 Princípio 2: Considerar os representantes das comunidades do entorno como partes legítimas do processo._____ 14

3.1.3 Princípio 3: Considerar o deslocamento das partes interessadas_____ 15

3.1.4 Princípio 4: Considerar aspectos de idade e gênero _____ 15

3.1.5 Princípio 5: Reconhecer os direitos e o conhecimento dos ribeirinhos _____ 16

3.1.6 Princípio 6: Criar um processo de aprendizagem mútua _____ 16

3.1.7 Princípio 7: Garantir transparência e comunicação dos resultados _____ 16

3.1.8 Princípio 8: Construir sobre sistemas existentes _____ 17

3.1.9 Princípio 9: Proporcionar oportunidades para reclamação e denúncias – Mecanismo de Reparação de Queixa (MRQ) _____ 17

3.2 Aproximação e nível de participação _____ 18

3.2.1 Atividades de engajamento_____ 19

4. MODELO DE FACILITAÇÃO/MEDIAÇÃO _____ 23

4.1 Facilitação de Reunião_____ 24

4.2 Abordagem Participativa _____ 25

5. IMPLEMENTAÇÃO _____ 27

5.1 Engajamento inicial _____ 28

5.2 Recursos humanos e materiais_____ 28

6. MECANISMO DE REPARAÇÃO DE QUEIXAS (MRQ) _____ 30

6.1 Objetivo _____ 31

6.2 A construção do mecanismo de forma participativa _____ 32

6.2.1 Etapa 1: receber e reconhecer uma reclamação _____ 32

6.2.2 Etapa 2: avaliar, atribuir responsabilidade e investigar _____ 32

6.2.3 Etapa 3: consultar e implementar a resolução _____ 33

7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO _____ 34

Aviso: As fotos utilizadas neste documento foram tiradas pela equipe técnica com consentimento da comunidade.

1. INTRODUÇÃO

Esse Plano de Consulta faz parte da Avaliação Sociocultural (CSA em inglês) elaborada por consultoria independente para um empréstimo solicitado pela Secretaria de Educação do Estado do Pará a ser financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O objetivo é atender o Componente 1 do Programa BR-L1548 - Cobertura e Qualidade da Infraestrutura de Educação, a ser implementado nas comunidades indígenas e tradicionais indicadas e representadas por uma amostra. Desta forma este documento é parte da avaliação elaborada e deve ser executado em consonância com as questões apontadas.

A consulta transparente e significativa às principais partes interessadas é um elemento imprescindível tanto do processo decisório prévio e bem fundamentado, quanto da boa governança do Programa. No Brasil, o processo de consulta relacionado ao planejamento, aprovação e implementação de projetos que possam afetar povos indígenas e comunidades tradicionais é uma exigência legal. Além disso, o BID, como instituição financeira internacional, adota políticas e procedimentos para incorporar a consulta às partes interessadas, em especial quando se trata de povos indígenas e comunidades tradicionais, que devem ser cumpridas, monitoradas e registradas como parte importante dos documentos formais do contrato com o mutuário, conforme indica o Padrão de Desempenho Ambiental e Social 7 (PDAS 7) Povos Indígenas.

Nos programas financiados pelo BID, a consulta às partes interessadas é responsabilidade do mutuário. O BID tem a responsabilidade de assegurar que ele mantenha conformidade com as políticas e requisitos pertinentes ao longo de todo o ciclo do Programa, além de funções complementares às do mutuário, que são: explicar, assessorar, prestar assistência e verificar.

Entre os principais objetivos e benefícios da implementação do Plano de Consulta às partes interessadas destacam-se:

- Registra os pontos de vista e percepções das pessoas afetadas pelo Programa e oferece uma forma de levar em consideração suas opiniões e preocupações como contribuições para aprimorar o planejamento e a implementação do Programa, evitando ou reduzindo seus impactos adversos e ampliando os benefícios;
- Permite que as partes envolvidas compreendam seus direitos e responsabilidades em relação ao Programa;
- Transparência e participação das partes interessadas contribuem para aumentar a confiança, a aceitação do Programa e a apropriação local, que são essenciais para a sustentabilidade dos projetos e seus resultados no desenvolvimento, neste caso nos serviços de educação.

Neste contexto, de forma complementar, cabe evidenciar que muitas vezes o mutuário apresenta preocupação de que o processo de consulta possa atrasar o planejamento e a implementação do Programa, apontando aumento de custos, evidenciando tensões pré-existentes e/ou gerando expectativas desproporcionais à capacidade organizacional. Essas preocupações são válidas, mas evitar a interação participativa com as partes interessadas não elimina esses problemas. Pelo contrário, isso pode exacerbá-los e fomentar suspeitas

que geram conflitos, judicializações e até paralisação do Programa. O BID considera que a boa consulta às partes interessadas não é uma simples obrigatoriedade, mas também agrega valor real ao Programa e contribui para uma sociedade mais justa, que respeita os diferentes modos de vida. Como contribuição geral ao processo de consulta, esta equipe sugere:

a) Assegurar que a preparação e o processo de consulta às partes interessadas comecem o mais cedo possível no ciclo do Programa e não se limite a reuniões decisórias de meio período. A consulta às partes interessadas requer participação, o que demanda tempo adequado de escuta e negociação. Se o processo começar muito tardiamente, não haverá tempo suficiente para realizar as consultas de forma eficiente, o que essencialmente implica na consideração legítima das opiniões e preocupações dos comunitário vinculadas às decisões relacionadas ao Programa, planejamento e implementação e medidas de mitigação de riscos. O momento das consultas e todo o processo precisam ser cuidadosamente mapeados e o cronograma deve coincidir com os requisitos de divulgação, aprovação e outros marcos do Programa. Um erro frequente é encarar a consulta como um item separado e não relacionado com outros elementos de planejamento do projeto, como adaptações culturais da arquitetura por exemplo, e considerá-la apenas um procedimento informativo;

b) Os atrasos e custos podem ser reduzidos se houver clareza em relação aos requisitos e boas práticas e assegurando que a comunidade e o mutuário, responsável pela consulta, disponha das competências e recursos necessários para gerir o processo. Não raro, os atrasos são causados por planejamento ou implementação deficiente do processo de consulta, em que a carência de competências ou a escuta insuficiente das considerações ambientais ou socioculturais no processo decisório podem levar a erros dispendiosos;

c) O princípio da proporcionalidade deve nortear o grau de esforço implementado no processo de consulta. No caso do Programa BR-L1548 em tela, definido como categoria B[1], o risco é moderado e deve contar com um diálogo de duas vias com as partes interessadas afetadas e não simplesmente divulgação de informação. Como descrito no documento de avaliação sociocultural, além dos programas de Gestão Ambiental e Social obrigatórios para o componente de obras, tendo em vista os aspectos legais, normativas e políticas ambientais do BID, a análise da amostra representativa com povos indígenas e comunidades tradicionais indica diretrizes de medidas específicas, dadas as especificidades socioculturais, socioambientais e prerrogativas de direitos das comunidades e devem ser respeitadas e dialogadas no processo decisório junto às comunidades.

[1] Programas que apresentam impactos ambientais e/ou sociais potenciais e riscos que são menos adversos do que os de uma categoria A e que são geralmente limitados ao local do projeto, em grande parte reversíveis e podem ser mitigados através de medidas disponíveis e viáveis de serem implementadas no ciclo do programa.

Por fim, destaca-se que este documento busca ser um guia para implementação do Plano de Consulta junto aos ribeirinhos da comunidade Rio Urubuéua Fátima e comunidades do entorno que utilizam o serviço de educação, e destaca as principais informações que devem ser consideradas para o planejamento do mutuário e etapas que devem ser seguidas para sua implementação. Espera-se com isso contemplar itens importantes que não podem faltar e que são parte dos requisitos obrigatórios para um processo efetivo. Como trata-se de um plano direcionado para a comunidade Rio Urubuéua Fátima, localidade visitada pela equipe técnica em etapa considerada de pré-consulta, ou diagnóstico sociocultural, ele sistematiza informações importantes que foram dialogadas em campo, relacionadas ao modo de vida da comunidade e suas principais vulnerabilidades, e aponta diretrizes dialogadas com as famílias, em especial as medidas sugeridas para reduzir riscos, mas que de forma alguma devem ser consideradas únicas e definitivas, pois devem ser abordadas com os comunitários no processo de diálogo e nos momentos decisórios quando da implementação do processo de consulta livre, prévia e informada (CLPI) pelo mutuário.

2. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE PARTES INTERESSADAS

A identificação das partes interessadas requer a compreensão básica sobre a natureza do Programa e do contexto local. Um dos principais objetivos da análise das partes interessadas é identificar com clareza aqueles que podem ser afetados negativamente pelos riscos/impactos do Programa ou injustamente excluídos de seus benefícios. Pessoas, grupos, organizações, entes federativos, pessoas chave etc., a avaliação prévia indica quem são as partes interessadas que devem ser engajadas no Plano de Consulta.

Em diálogo com os ribeirinhos da comunidade foi possível identificar um pequeno grupo de partes interessadas que deve ser engajado para o processo de consulta por se relacionar de alguma forma com o programa de infraestrutura escolar a ser implementado na comunidade. Na ***Tabela 1*** seguem sistematizadas as partes interessadas, sua área de atuação, interesses e/ou contribuição ao processo. Cabe evidenciar que na primeira etapa do Plano de consulta podem ser alinhadas as fases de participação de cada parte interessada, não sendo obrigatório a participação em todas as etapas. Cabe em diálogo esta definição e interesse dos ribeirinhos e mutuário a participação em momentos decisórios.

Tabela 1 - Identificação das partes interessadas.

Partes Interessadas	Informações Adicionais	Área de Atuação	Potenciais Preocupações ou Contribuições com o Programa
Famílias da comunidade Rio Urubuéua Fátima	Famílias que não são ligadas a instituições e governança, mas são parte da comunidade Rio Urubuéua Fátima. Deve ser institucionalizado um quórum mínimo para as reuniões.	Famílias que compõe a comunidade e são articuladas pelas outras partes interessadas do processo.	Interesse nas reflexões acerca da obra em suas diferentes etapas. Gostariam de contribuir no projeto arquitetônico e na operação da escola, em especial a questão do transporte escolar e processo de mitigação de impactos e no monitoramento das decisões.
Liderança Católica (Jacó) e Liderança Evangélica	Lideranças que organizam ações religiosas e coletivas na comunidade e são importantes articuladores na comunidade.	A liderança católica é responsável pelo espaço comunitário indicado para construção da obra, onde se encontra a igreja, o centro comunitário e o poço de água potável coletivo.	Interesse nas reflexões acerca da obra em suas diferentes etapas, em especial gostaria de contribuir na etapa de planejamento e implantação, quando a obra pode causar impactos no açaizal comunitário e nas atividades do espaço coletivo da comunidade – festas, missas e acesso a água potável.
Sra. Marizete, atual secretária vinculada a colônia de pesca	Liderança responsável pela articulação dos interesses dos pescadores artesanais da comunidade e entorno direto.	A secretaria conhece e articula os pescadores em prol de pautas da classe e é uma importante articuladora entre as famílias.	As preocupações são relacionadas a articular as famílias para participação no processo de consulta da implantação e operação da escola. Muitos pescadores que possuem barcos são contratados para fazer o transporte escolar.

Partes Interessadas	Informações Adicionais	Área de Atuação	Potenciais Preocupações ou Contribuições com o Programa
Sr. Célio, representante atual da ARQUIA (Associação dos Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba)	A associação representa as famílias dos territórios quilombolas na região insular. As comunidades quilombolas que utilizam o serviço escolar de Urubuéua Fátima são: comunidade quilombola de Assacu e Costa do Assacu, Comunidade Quilombola de Boa Vista (famílias do furo Xinguzinho).	Atua nas questões que afetam as comunidades quilombolas da região insular.	Interesse na infraestrutura escolar e nas etapas da obra - implantação e operação. Gostaria de contribuir no processo de consulta para evitar riscos na circulação das pessoas especialmente as crianças que frequentam a área, contribuir no projeto e na etapa de operação da escola, especialmente nas questões de transporte escolar.
Sra. Viviane, atual representante local do Sindicato do Açaí (Sindicato dos trabalhadores rurais)	Liderança responsável pela articulação dos interesses dos extrativistas de açaí da comunidade e entorno direto.	A representante conhece e articula os extrativistas em prol de pautas da classe e é uma importante articuladora entre as famílias.	A representante pode auxiliar na articulação das famílias para participação no processo de consulta e contribuir nas reflexões sobre a medida relacionada a escolha do local da obra, para evitar perdas de área de açaizal comunitário.
Secretaria Municipal de Educação (Semec) de Abaetetuba	Secretaria responsável pelo ensino fundamental I na comunidade Rio Urubuéua Fátima e pelo prédio da escola municipal onde hoje funciona o fundamental II e SOME. Considerar a coordenadora da educação no campo, diretora da escola local e professores que são da comunidade.	A escola municipal é o único equipamento público da comunidade que articula encontros e a comunicação com as famílias dos alunos. A diretora da escola e funcionários são articuladores valiosos da comunidade.	A participação da Semec não é vinculante no processo. Sua participação institucional é relevante devido a articulação com a gestão municipal. A escola municipal é um espaço importante de articulação comunitária, devido presença diária de alunos e funcionários da comunidade. No mais, sua participação gera aprendizado sobre a aplicação da consulta livre, prévia e informada, um direito das comunidades que trabalham.

3.ENGAJAMENTO DA COMUNIDADE RIO URUBUÉUA FÁTIMA

O objetivo geral do engajamento da comunidade Rio Urubuéua Fátima e representantes das comunidades do entorno direto no Programa proposto é garantir a aceitação[2] e efetiva inclusão[3] dos grupos que compõem a comunidade e utilizam o serviço de educação, além de terem participação, interesse e direitos relacionados à execução do Programa e aqueles que serão afetados positiva ou negativamente pelo projeto. O principal objetivo deste plano é apresentar uma estratégia de engajamento para as partes interessadas no processo de consulta do Programa.

O engajamento pode ser pensado por etapas do Programa, que de forma geral pode ser Pré-Planejamento, Planejamento, Instalação e Operação[4]. Cada uma dessas etapas pode ser subdividida em diferentes atividades de troca de informações, diálogo, reflexões e processos decisórios, seguindo um cronograma previamente dialogado e dotada de registros escritos e visuais. Além desse objetivo geral, o engajamento pretende cumprir objetivos específicos, que seguem elencados a seguir:

a) Transparência. Quando as partes interessadas souberem o que se espera deles em cada etapa do Plano de Consulta, terão mais confiança no Programa a ser executado (legitimidade). Como o projeto de infraestrutura ainda está em fase de pré-projeto, é importante fornecer informações adequadas e com tempo suficiente em cada etapa, captando contribuições e reclamações. No geral, a etapa de planejamento pode requerer mais tempo no que diz respeito à avaliação do local da obra e sobre o projeto arquitetônico.

b) Capacitação. O engajamento das partes interessadas deve aumentar a capacidade de garantir que todos possam participar, especialmente jovens, mulheres e idosos. Para isso, a cada etapa é importante evidenciar o conteúdo didático da atividade permitindo que fique claro que o objetivo é o pleno entendimento de todos.

c) Responsabilidade. Engajar a comunidade em todas as etapas do Programa para melhorar a apropriação e a corresponsabilização, em especial nos momentos decisórios. Cabe evidenciar que decisões podem ser revistas, principalmente no que tange às medidas, devendo essas ser reavaliadas ao longo de todo o processo. Mas quando estão relacionadas a processos estruturais deve ser evidenciado seu caráter definitivo e ser proposto maior tempo de reflexão, caso pertinente.

d) Consentimento livre, prévio e informado. Este consentimento será dado engajando ativamente os comunitários interessados no planejamento, concepção, implantação e operação do projeto.

[2] Inclusão aceitável: as partes interessadas concordam com o processo e o método de engajamento das partes interessadas.
[3] Inclusão efetiva: as partes interessadas entendem o projeto proposto e podem dar uma contribuição valiosa de acordo com um papel definido.
[4] O cronograma do mutuário deve contemplar uma etapa prévia ao planejamento, onde o local da obra e diálogos sobre o projeto arquitetônico será definido, considerar esta etapa no Plano de Consulta junto a comunidade. Estas atividades levam mais tempo de diálogo.

3.1 Desenho de Engajamento: Princípios e Abordagem

Um plano de engajamento das partes interessadas bem desenhado adere a vários princípios que devem estar alinhados com todos os responsáveis e envolvidos no Programa e no processo de consulta da parte do mutuário. Esses princípios derivam de leis e normas nacionais e internacionais relevantes, do PDAS 7 Povos Indígenas do BID e da situação atual da comunidade Rio Urubuéua Fátima e comunidades do entorno. Os princípios são discutidos a seguir.

3.1.1 Princípio 1: Respeitar as características socioculturais dos ribeirinhos

Os ribeirinhos da comunidade têm governança comunitária e modo de vida dependente dos recursos naturais disponíveis no seu território, que são a base sociocultural da sua visão de mundo e de seus sistemas produtivos. Devido ao processo em tela, considerar como partes interessadas representantes das comunidades próximas, que utilizam os serviços e equipamentos públicos de educação, como legítimos na participação dos processos de consulta. Ainda, é importante lembrar que eles mantêm relações de aliança e de parentesco, as quais são fundamentais para coesão do grupo e arranjos produtivos da região.

Assim, é preciso alinhar a forma mais adequada para os momentos de tomada de decisão durante o processo, o que inclui: (i) as pessoas/grupos escolhidos para participar do processo. Esta questão é importante de ser alinhada no início do processo, para que as pessoas ou grupos estejam sempre presentes e possam tomar decisão e o façam de forma legítima. É preciso dialogar sobre as atividades já desempenhadas por esta pessoa e da disponibilidade de sua presença; (ii) o tempo necessário para a tomada de decisões. Decisões sem aderência e participação podem ser prejudiciais e pressionar o grupo pode gerar conflitos, sendo um risco para o Programa. Recomenda-se evidenciar a possibilidade de dialogar sobre um prazo para o retorno nestes momentos mais críticos e contribuir com mais informações, escritas e visuais, sobre o tema para discutirem entre as famílias; e (iii) o processo pelo qual as decisões são tomadas. A governança das comunidades é articulada através das associações de classe e lideranças religiosas, e a depender do tema, muitos são os mecanismos de decisão, como consenso ou voto por maioria. Alinhar este formato é importante e apesar da necessidade de aceitar o que for definido, recomenda-se expor a necessidade de se contemplar neste momento a opinião de pessoas que representam os diferentes aspectos de gênero e de idade.

3.1.2 Princípio 2: Considerar os representantes das comunidades do entorno como partes legítimas do processo.

A obra será implantada na comunidade Rio Urubuéua Fátima, mas as comunidades do entorno utilizam os serviços de educação e, portanto, as famílias circulam na comunidade,

seja na escola municipal, festas no centro comunitário e igreja católica. Apesar dos riscos afetarem de forma desigual estes dois grupos, ambos precisam se sentir parte relevante no processo. Quando algum processo decisório evidenciar estas diferenças, recomenda-se auxiliar[5] para minimizá-las contribuindo para que o processo contemple os dois grupos nas decisões e reflexões. É preciso compreender que as comunidades do entorno podem se considerar desfavorecidas por não terem a infraestrutura construída em sua comunidade. Caso estas diferenças guiem o processo, não haverá interesse na participação dos membros das outras comunidades, o que pode deflagar impactos não esperados pelo Programa. Reverter este quadro será uma prioridade para evitar os impactos negativos sobre coesão social das comunidades.

3.1.3 Princípio 3: Considerar o deslocamento das partes interessadas

Deve-se fazer um esforço extra e dispor de recursos e/ou meios para garantir presença dos representantes da comunidade e das outras comunidades nas reuniões no processo de consulta. O deslocamento na região é um fator desagregador. Quando for elaborado um cronograma prévio de atividades com os envolvidos, deve-se garantir que eles estarão presentes, incluindo a garantia de articulação prévia e do deslocamento. O processo de consulta e o Programa, haja visto sua operação, não devem discriminar grupos ou comunidades de partes interessadas devido à dificuldade de articulação e deslocamento. Estes grupos são afetados pela obra e também pela operação da infraestrutura escolar, e tem dúvidas que precisam ser ouvidas e incorporadas ao processo de consulta e decisões.

3.1.4 Princípio 4: Considerar aspectos de idade e gênero

A implementação da infraestrutura escolar, em especial durante sua etapa de implantação, pode afetar homens, mulheres e jovens de formas diferentes, especialmente porque eles têm expectativas diferentes. Na comunidade as mulheres assumem grande parte das funções de articulação comunitária, sendo lideranças nas associações de classe na região. Todos desejam contribuir sobre a obra e possíveis medidas para os riscos, o que é valioso no processo de mitigação e operação. O Programa, deve considerar as diferenças de participação relacionadas a: (i) as inseguranças de homens e mulheres de diferentes idades; e (ii) papel que desejam desempenhar na gestão e monitoramento das medidas.

[5] Este tema será abordado neste documento, mas é importante que seja instituída uma pessoa do mutuário como referência pela mediação e contato com a comunidade ao longo do processo, que pode contar com a ajuda de colegas e outras pessoas responsáveis que estarão presentes também fazendo contribuições. Outra pessoa importante será a responsável pelos registros do processo, haja visto que serão solicitadas evidências do cumprimento pelo BID.

3.1.5 Princípio 5: Reconhecer os direitos e o conhecimento dos ribeirinhos

O mutuário, em todas as fases do processo de consulta e de implementação do Programa na comunidade, deve conhecer e garantir os direitos fundamentais das comunidades ribeirinhas em especial o direito de tirar suas dúvidas, garantindo que as informações repassadas sejam adequadas e acessíveis, e de opinar, tendo como norteador sua autodeterminação[6]. Em virtude desse direito o Programa e as medidas devem ser dialogados respeitando as lideranças locais e seus conhecimentos e expectativas em relação a processos construtivos e matéria prima a ser utilizada na obra visando sua sustentabilidade e durabilidade. Cabe evidenciar que na comunidade nos foi relatada a presença de jovens com deficiência física que são impossibilitados de frequentar a escola municipal devido a falta de acessibilidade do trapiche que liga o rio a estrutura escolar. A educação deve ser inclusiva, e isso se reflete no projeto arquitetônico, professores e jovens têm o direito de serem ouvidos e contribuir nos aspectos construtivos da infraestrutura escolar.

3.1.6 Princípio 6: Criar um processo de aprendizagem mútua

Os envolvidos diretamente no processo de consulta e nas atividades de engenharia do componente de infraestrutura do Programa devem se esforçar para compreender as inseguranças e os riscos aos quais os ribeirinhos estão sujeitos com a obra a ser executa em local de uso coletivo e presença de trabalhadores externos. Muitas vezes as referências externas tendem a minimizar os problemas elencados e por vezes os ribeirinhos podem se sentir inseguros em apontar problemas onde o mutuário não enxerga, o que reflete a insegurança da comunidade com a possiblidade de que não seja construída a escola.

Esta questão deve ser de máxima atenção. Muitas vezes a comunidade, por precisar muito do serviço, acaba não participando do processo de reflexão sobre possíveis problemas. As pessoas envolvidas devem estimular tal reflexão e reforçar que o Plano de Consulta não tem o objetivo de validar a realização da obra, mas sim permitir que ela seja feita da melhor forma possível em respeito ao modo de vida e inseguranças dos comunitários. Ouvir e aprender uns com os outros será fundamental no Programa e a aprendizagem mútua estimula um processo de avaliação e feedback contínuos. Isso retorna para o mutuário no sucesso do Programa, e na gestão do serviço ofertado após a obra concluída.

3.1.7 Princípio 7: Garantir transparência e comunicação dos resultados

O processo de consulta e as informações sobre a obra devem ser claras e acessíveis a todas as partes interessadas. As partes interessadas devem ser continuamente informadas sobre qual objetivo deste processo e o que é esperado delas. Esta questão é relevante quando forem previstas reuniões com grande espaço de tempo entre elas. A cada reunião deve ser

[6] A autodeterminação é o princípio que garante as comunidades tradicionais o direito de se autogovernar, realizar suas escolhas sem intervenção externa, exercendo o direito de determinar seu desenvolvimento socioeconômico dentro de seu território, respeitadas as regras que regem o sistema de uso dos Projetos Agroextrativistas.

informado o objetivo, retomar as etapas executadas, os resultados alcançados, a atual etapa e os objetivos daquela reunião. Estimular acordos e reforçá-los, disponibilizar alimentação e transporte e providenciar a cada finalização um processo de avaliação, onde todos possam se expressar em relação ao que acharam da reunião e o que vem entendendo do processo são práticas recomendadas. Estas avaliações serão indicadores sobre o processo geral, para compreender o grau de entendimento e as questões que precisam ser reforçadas ou revistas. Isso significa não apenas o único componente em que o stakeholder se engaja, por exemplo, mas também todos os outros componentes do projeto.

3.1.8 Princípio 8: Construir sobre sistemas existentes

O projeto deve se basear em estruturas sociais existentes para engajamento das partes interessadas. Os professores e funcionários da escola municipal são respeitados internamente, já se articulam para diversas atividades e compõem uma rede junto com alunos. Estes indivíduos podem ser chave para informar, facilitar discussões e estimular a contribuição das partes interessadas. Esses grupos/indivíduos devem ser identificados nas reuniões de consulta e deverão ser acessados estrategicamente para promover o engajamento.

3.1.9 Princípio 9: Proporcionar oportunidades para reclamação e denúncias – Mecanismo de Reparação de Queixa (MRQ)

O projeto deve criar oportunidades para que os ribeirinhos, considerados seus aspectos de gênero e idade, possam fazer reclamações e denúncias, anônimas ou não, e que seja efetivo, adequado culturalmente e que tenha um espaço específico reservado ao retorno pelo mutuário de respostas às reclamações e denúncias. Muitas denúncias requerem reparação e/ou medidas específicas e imediatas e elas devem ser efetivas em respeito às salvaguardas e ao processo de participação e confiança que está sendo estimulado. Denúncias relacionadas à má conduta de trabalhadores, por exemplo, no geral não são realizadas por receio que o Programa seja cancelado.

O mutuário deve estimular o uso de mecanismos de denúncia e reclamação e reforçar que este mecanismo não tem o objetivo de paralisar a obra, mas sim permitir que ela seja executada com respeito ao modo de vida e inseguranças dos comunitários. As equipes do Programa, do Plano de Consulta e de engenharia, precisam estar preparadas para ouvir as queixas das pessoas sem se colocar na defensiva, sem levantar dúvidas e dar retorno adequado. O mecanismo de Reparação de Queixas (MRQ) no nível da obra constitui uma parte formal[7] e importante da prevenção e gerenciamento do risco ambiental e social e deve ser desenhado com as partes interessadas, sendo uma das atividades programadas na etapa de planejamento.

[7] Em alguns momentos o BID solicitará um relatório sobre as reclamações e denúncias, bem como a descrição do retorno dado pelo mutuário as comunidades ribeirinhas.

Neste quesito é imprescindível expor aos comunitários (partes interessadas) que se algo não foi respondido ou resolvido de forma adequada, eles podem acessar as instituições de defesa para fazer uma denúncia, quais sejam: Ministério Público Estadual (MPE). Esta transparência no diálogo dá segurança e promove um laço de confiança no Programa.

3.2 Aproximação e nível de participação

O ponto de partida do esforço de engajamento das partes dentro do processo de consulta é a fase de planejamento da obra proposta. Esta etapa envolve questões importantes relacionadas ao alinhamento de propósito do Plano de Consulta, a forma de participação das partes interessadas, cronograma adequado à realidade da comunidade, diálogo sobre o projeto arquitetônico, escolha e avaliação do local da obra e medidas que interfiram no planejamento da obra, como alojamento de trabalhadores, canteiro de obras, medidas de isolamento da área etc. Todas as atividades que devem ser previstas para etapa de implantação da obra. Em geral essa é a etapa que dura mais tempo, no entanto o engajamento das partes ocorrerá em todas as fases do projeto - planejamento, construção, operação - até que o projeto esteja totalmente operacional.

Cabe evidenciar que na comunidade em tela deve existir uma etapa de pré-planejamento associada a escolha do local, medidas relacionadas a reduzir impactos e projeto arquitetônico, isso deve ser considerado uma etapa de consulta. A participação deve ser contemplada em diferentes níveis, devendo ocorrer em toda e cada etapa, seguindo um contínuo:

a) O primeiro nível é **o compartilhamento de informações** e permite que as partes interessadas conheçam o Programa e se mantenham informadas sobre as etapas previstas, cronograma, número de pessoas envolvidas etc. Essa ação implica transferência de informações unidirecionais: do projeto para os comunitários. Com isso se dá oportunidade de dialogar internamente e de forma prévia e informada sobre o projeto, pois estão fazendo perguntas ao mutuário para processar informações e contribuir, nas próximas etapas, com as reflexões sobre riscos e medidas.
b) O segundo nível inclui **consulta**. As consultas são momentos decisórios que serão previstos nas diversas fases de cada etapa. Nestas etapas, o mutuário, a partir de informações prévias sobre o Programa, os riscos identificados, medidas sugeridas na avaliação sociocultural, e diálogo estabelecido de forma prévia sobre o projeto, sugere medidas e/ou propõe alguma ação e ouve o retorno das partes interessadas. Essa ação implica transferência bidirecional de informações: o projeto oferecerá opções e ouvirá as partes até que haja uma decisão. Destaca-se que esta etapa toma mais tempo e não necessariamente, a depender do tema, deve ser decidida na mesma reunião. Atentar para os princípios descritos no item anterior para este nível de participação.

c) O terceiro nível inclui **o diálogo**, o que inclui as partes interessadas em diálogo contínuo com o Programa. Neste nível de participação, o mutuário deve criar uma rotina sobre o andamento do Programa e medidas e estimular que as partes se envolvam por meio de diálogos, reflexões, questionamentos, denúncias etc. Caso os diálogos entrem em colapso, é uma evidência de que algum erro e/ou falha foi cometida e a sugestão é fazer uma avaliação global e/ou a apresentação de uma reclamação formal através do mecanismo de reparação de queixas.

Abaixo seguem detalhadas as atividades sugeridas para os diferentes níveis de engajamento das partes interessadas.

3.2.1 Atividades de engajamento

3.2.1.1 Compartilhamento de Informações

O compartilhamento de informações é o ponto de partida do esforço de engajamento das partes interessadas. O objetivo é fornecer informações adequadas sobre o Programa. Este processo unilateral pretende introduzir o Programa na comunidade e em específico, evidenciar o que é um processo de consulta que atua de forma paralela à obra. Cabe evidenciar que os ribeirinhos não têm experiência com processos de consulta, portanto nunca foram chamados a participar e opinar em projetos que podem afetar seu cotidiano, mesmo de forma positiva.

Neste contexto vale evidenciar que o mutuário deve fornecer as informações sem exaltar a importância da obra para comunidade, nem fazer julgamentos sobre os riscos previstos e a possibilidade ou não de continuidade da obra. Juízo de valor, como descrito, não faz parte dos princípios a serem adotados nos planos de consulta. O objetivo das atividades de engajamento é que as partes interessadas possam obter informações relevantes e detalhadas sobre o Programa que será implementado na comunidade.

As seguintes atividades são propostas para compartilhar informações com as partes interessadas:

a) Formalização do início do processo com as partes interessadas.

Nesta etapa deve-se considerar formalizar o início do processo às partes interessadas para que as pessoas, grupos e instituições possam se programar e entender o que está sendo proposto. Sugere-se formalizar informações básicas sobre o Programa, o início do processo de consulta e indicar que será marcada uma primeira reunião de informação na comunidade.

- ✓ Ofício direcionado às lideranças e representantes de classe. Esta comunicação formal é importante para registrar o início do processo, dar a devida importância ao processo de consulta e consultar a comunidade sobre a melhor data da primeira reunião, que deve durar no mínimo o dia inteiro. Neste ofício considerar a importante presença dos representantes da ARQUIA e famílias. Após o ofício, esta equipe sugere que seja feita

uma articulação presencial, devido às dificuldades de articulação das partes interessadas..

- ✓ Ofício à Secretaria de Educação do município de Abaetetuba, direcionado a coordenação das escolas rurais. Este ofício deve ser direcionado a convidar a Secretaria para participar da primeira reunião do processo de consulta, com a data já definida pelos comunitários, e deve descrever minimamente do que se trata o processo e os envolvidos. Lembrar que o órgão deve ter tempo de solicitar deslocamento e deve-se considerar estes prazos no cronograma da equipe.

b) Reuniões de Informações

A primeira reunião tem o objetivo de compartilhar informações, tirar dúvidas e informar as partes sobre cronograma, etapas da obra, trabalhadores previstos e evidenciar que será desenvolvido um Plano de Consulta com as partes interessadas para diálogo sobre as etapas, possíveis riscos e medidas. Nesta reunião, que deve durar no mínimo um dia inteiro, pretende-se explicar na primeira parte o que é o Plano de Consulta e como ele estará integrado à obra. Na segunda parte deve-se dialogar sobre o local da obra e a planta do projeto e de preferência deixá-la com os comunitários para que possam conversar acerca de proposições que possam fazer ao projeto arquitetônico, o que é garantido na etapa de planejamento. Esta ação nesta etapa estimula a participação e evidencia o caráter participativo e consultivo do Programa. Deve-se também considerar a alimentação dos participantes nas reuniões como responsabilidade do mutuário.

Lembra-se que reuniões com duração de no mínimo um dia inteiro e no máximo dois são o melhor formato para compartilhar informações, haja vista as funções das lideranças e famílias na comunidade.

Deve ser evitado informações relevantes via mensagem de aplicativo. Esta comunicação só deve ser utilizada para confirmação de datas e informações específicas. Esta comunicação centraliza informação e coloca a responsabilidade sobre uma só pessoa.

Reuniões serão marcadas ao longo do processo, nas diferentes etapas, e servem para fornecer informações direcionadas a etapa e fase do Programa. Reuniões específicas para partilhar Informações sobre o Programa, riscos identificados, medidas consideradas pertinentes e cronograma para monitoramento avaliação da obra e medidas, durante a etapa de implantação, são consideradas relevantes para maior tempo de troca de informação entre mutuário e as partes.

Por fim, deve ser considerado uma etapa anterior ao planejamento, que necessite a escolha e definição adequada do local da obra, deve ser fortemente evitado que qualquer atividade seja feita sem o conhecimento e a anuência dos comunitários.

c) Material visual a ser elaborado

O recurso visual é uma relevante ferramenta para explicar processos e socializar a informação. Só a fala muitas vezes confunde e cai no esquecimento, em especial quando são muitas e diversificadas informações. Durante as reuniões pode e deve ser feito uso do Flip Chart, mapas e desenhos para evidenciar a explicação. Nesse sentido, pode ser solicitado o apoio de professores e jovens, caso entenda necessário. Após as reuniões, toda a informação que for considerada relevante de ser refletida entre os comunitários sugere-se deixar material na comunidade.

3.2.1.2 Consulta

Durante as reuniões de consulta, ou seja, reuniões marcadas com o objetivo decisório, para obter o consentimento e seguir para a próxima etapa ou atividade proposta, as partes interessadas apresentarão suas considerações, pontos de vista e dúvidas. As reuniões de consulta podem ocorrer em qualquer etapa em diferentes fases e devem seguir o mesmo formato das reuniões de informação, com exceção de que o conteúdo é diferente. O recomendado é que tudo que precisa ser decidido para o bom andamento do cronograma e planejamento do mutuário, deve ser concentrado na etapa anterior ao planejamento e também na etapa de planejamento, deixando a etapa de implantação do Programa para execução das medidas, monitoramento e avaliação. Nem sempre as etapas de consulta chegam a um consentimento em pouco tempo, dependerá das etapas anteriores. Deve ser previsto tempo no cronograma do mutuário para estas pausas (que podem durar horas ou dias) para se chegar a um consentimento sobre certo assunto.

Os conteúdos que devem ser tratados nesta etapa, de forma geral são: (i) o local da obra (ii) O projeto arquitetônico da escola, considerando a contribuição dos comunitários no material e questões de acessibilidade; (iii) possível contratação de mão de obra local e medidas direcionadas aos trabalhadores externos (protocolo sanitário, alojamento); (iv) medidas associadas a cada risco social; (v) avaliação ao fim de cada etapa, para obter consentimento de seguir com o Programa; (vi) reuniões para tratar de medidas de reparação de queixas e denúncias; (vii) acordos sobre a operação da infraestrutura, como transporte escolar, gestão do prédio e outras definições, sendo que tudo deve ser documentado.

A cada reunião de consulta, deve ser previamente definido o tema e como será dado consentimento de todos, pois opiniões contrárias podem permanecer firmes até o fim da reunião. Alinhar o formato pode ser relevante para momentos cruciais do cronograma da obra.

3.2.1.3 Diálogo

Nas fases de implantação (construção) da obra o mutuário deve manter diálogo constante com as partes interessadas ou representantes selecionados por estas. Nesta etapa deve ser definido um cronograma de reuniões de avaliação e monitoramento (da obra e das medidas) com tempo curto entre elas, com o objetivo de que problemas sejam capturadas no início e permanecem no nível local gerando resultados positivos e não causem novos impactos e/ou aumentem a significância dos identificados na avaliação sociocultural. Medidas podem causar impactos, devido a este fato medidas devem ter caráter adaptativo e devem ser revistas e monitoradas com este fim, mudarem ou se adaptarem em algum aspecto para evitar e/ou minimizar os impactos.

4. MODELO DE FACILITAÇÃO/MEDIAÇÃO

4.1 Facilitação de Reunião

Normalmente cada grupo tem um modelo de governança onde as decisões são tomadas em diferentes formatos, a depender do tema que está sendo discutido e a depender das oposições marcadas pelo grupo. Este processo deve ser respeitado pois faz parte das estratégias de coesão do grupo e das alianças forjadas historicamente na região.

O projeto deve incluir os seguintes aspectos para ser eficaz e cumprir as normas de consulta:

a) Seleção de um facilitador/mediador de reunião que deve ter as seguintes características:

- ✓ Compreender a história e realidade dos ribeirinhos na região;
- ✓ Entender a situação local e as experiências pretéritas para usar conceitos e exemplos que podem facilitar em momentos de falta de entendimento. Neste caso pode também solicitar na reunião que eles tragam exemplos de situações similares;
- ✓ Apoiar a discussão horizontal, valorizando a fala e contribuição de todos, e estimular a participação de homens, mulheres, jovens e idosos;
- ✓ Ter paciência para escutar e sensibilidade para captar de forma objetiva o que o interlocutor traz de contribuição ao que está sendo discutido;
- ✓ Evitar palavras de difícil compreensão a todos e quando elas forem necessárias explicar didaticamente e de forma objetiva seu significado;
- ✓ Usar de meios gráficos para apoiar as negociações, como desenhos e indicadores gráficos com o apoio do flip chart;
- ✓ Ter sensibilidade para entender momentos de pausa da reunião, momentos em que os comunitários precisem conversar entre eles e momentos em que é necessário decidir caminhos. Propor o encaminhamento e deixar os participantes decidirem a melhor opção para o momento;
- ✓ Caso pertinente, um bom jogo, dinâmica ou atividade lúdica ajuda as pessoas a se animarem e participarem de forma mais ativa nas reuniões. Lembra-se que este formato “eu falo e vocês sentados escutam” não estimula a participação e dá sono.

b) Observar e estimular que as reuniões, em especial nos momentos de consulta, contemplem uma quantidade representativa de homens, mulheres, jovens, idosos e lideranças. Estimular o diálogo sobre quórum mínimo das reuniões, pois isso é uma estratégia para evitar esvaziamentos e/ou que as reuniões, em especial as de consulta, fiquem centralizadas somente em algumas pessoas. Lembra-se que medidas são efetivas quando existe informação e responsabilidade de todos, e consentimentos são válidos quando respeitam as salvaguardas e tem a representatividade de todas as partes interessadas;

c) Horário e local do encontro:
As reuniões também devem ser agendadas em horário apropriados que permitam a participação de todos. Caso alguns grupos, em especial representantes das outras comunidades não participem, são necessárias consultas separadas para solicitar suas opiniões sobre o tema discutido;

d) Comunicado:
A reunião deve ser formalmente anunciada de forma apropriada e prévia, no mínimo uma semana antes e de preferência presencial por parte do mutuário dada a dificuldade local de articulação das partes interessadas. Deve-se procurar saber calendários de reuniões externas, encontros e outras atividades já programadas pelas lideranças que não permitiria a participação;

e) Tempo adequado:
Como já descrito, a tomada de decisão coletiva pode levar um bom tempo, a depender do tema. O projeto deve dar aos comunitários tempo suficiente para deliberar questões entre todos os grupos de interesse;

f) Relatório/registro da reunião: Os responsáveis devem elaborar a cada reunião um relatório com as seguintes informações, no mínimo: (i)temas discutidos; (ii) lista de preocupações levantadas para os temas discutidos; (iii) lista de decisões tomadas durante a reunião; e (iv) lista de participantes, com informação da comunidade de origem, sexo e idade.

4.2 Abordagem Participativa

A abordagem geral da facilitação é uma *abordagem participativa*, a qual permite que: todos participem, não apenas alguns; as pessoas permitem ao outro o espaço para pensar e falar, mesmo que ele demore ou reproduza a mesma fala de outra pessoa; pontos de vista opostos podem coexistir, e devem ser valorizados; as pessoas podem respeitar o ponto de vista um do outro, mesmo quando eles não concordam com elas.

O facilitador se concentrará em mover as partes interessadas de baixo nível de comprometimento com o processo para altos níveis de comprometimento. O método de facilitação depende do que é culturalmente aceitável. No entanto, o facilitador deve mediar sem interferir nas regras da comunidade e incluir alguns procedimentos para contemplar o cumprimento das diretrizes internacionais e nacionais descritas no Capítulo 3 da Avaliação Sociocultural, o que inclui:

- ✓ Regra básica. Explicar as regras básicas da reunião. Explicar os direitos das comunidades tradicionais em relação ao direito de consulta livre, prévia e informada, o direito de dizer não, inclusive. Explicar que alguns momentos serão decisórios e estimular que eles dialoguem sobre a forma como o acordo e consentimento de todos será alcançado. Para ajudar sugere-se ir inserindo os pontos no flip chart para visualização de todos;

- ✓ **Visão geral.** O facilitador apresenta o assunto, o objetivo do diálogo ou decisão e explica a contribuição de cada parte neste processo. Dessa forma, as partes interessadas entenderão qual é a sua contribuição de forma clara e onde se pretende chegar;
- ✓ **Compartilhamento de informações.** Compartilhar informações sobre o projeto proposto. Isso inclui uma discussão geral, após a qual a comunidade identifica os pontos importantes a serem discutidos. Essa fase termina com uma discussão sobre o conteúdo e execução do que está sendo proposto;
- ✓ **Identificar práticas e regras internas ao grupo**. Identificar de forma participativa as práticas e regras que devem ser consideradas na formulação e implementação do Programa e das medidas. Solicitar e documentar regras, bem como riscos associados e possíveis flexibilidades para remediar ou eliminar riscos potenciais;
- ✓ **Tomada de decisão.** Considerar tempo suficiente para a comunidade avaliar riscos, ameaças e oportunidades na definição sobre as medidas e durante a execução da obra e das medidas. Explicar detalhadamente o processo, incluindo as fases onde a participação da comunidade é necessária;
- ✓ **Mecanismo de reparação de queixas.** Tratar com clareza a necessidade de mecanismos de reparação de queixas, e estimular a reflexão sobre a necessidade e importância em relação à obra e a oportunidade dada a todos de se manifestarem, considerando a vergonha e insegurança de falar em plenária. Reclamações em relação a eventos atípicos da realidade das comunidades deve ser dialogado e é uma interlocução valiosa para corrigir problemas logo que eles ocorram;
- ✓ **Relatório de resultados**: O facilitador informa aos participantes como o relatório da reunião será compartilhado ou divulgado. Deve ser uma prática padrão compartilhar e discutir os resultados das reuniões e atividades;
- ✓ **Avaliação da reunião:** O facilitador reúne informações dos participantes para ver se as metas do encontro foram atingidas e avaliadas de forma colaborativa. Caso não tenha sido atingida, deve-se identificar pontos relevantes e estimular a reflexão de como eles podem ser melhorados nas próximas reuniões;
- ✓ **Próximos passos**: O facilitador explica aos participantes o que foi feito naquela reunião, expõe novamente o cronograma e as etapas do processo, atualizando seu momento atual e fala sobre os próximos passos que serão dados no processo, incluindo acordos de horário e melhor dia para o próximo encontro.

5. IMPLEMENTAÇÃO

5.1 Engajamento inicial

Para início do processo devem ser respeitadas a necessária articulação com todas as partes interessadas. Devem ser feitos esforços para uma articulação presencial do mutuário devido as especificidades locais e articular com as partes a melhor forma de promover os deslocamentos, que serão de responsabilidade do mutuário.

- **Hora marcada.** Deve ser agendada uma primeira reunião sobre o início do processo com as partes interessadas;
- **A pauta.** Nesta reunião inicial deve ser sugerida a pauta e averiguar se as lideranças tenham outros temas a serem discutidos na reunião;
- **Participação.** É imprescindível especificar que tipo de participação é necessária para as partes interessadas nas diferentes fases do projeto: antes do planejamento, no planejamento, construção e operação.

Esta primeira reunião será importante para alinhar informações básicas de engajamento das partes para outras reuniões, em especial se for possível valide um cronograma de médio prazo com as atividades previstas de engajamento da etapa inicial.

5.2 Recursos humanos e materiais

A responsabilidade geral pelo processo de engajamento das partes interessadas no processo de consulta é do mutuário. Os recursos necessários para a implementação devem ser previstos antes do início do processo, para que seja feito um planejamento inicial e compromissos possam ser acordados em campo, evitando cancelamentos e/ou descumprimento de acordos, pois isso seria colocar em risco todo o processo. Aqui citam-se alguns itens importantes que não devem ser esquecidos, mas com certeza eles serão acrescidos de muitos outros necessários ao mutuário para articular o processo. Para o engajamento das partes considerar:

a) **Recursos Materiais:**

- ✓ Recursos para deslocamento das partes interessadas, como recursos monetários para combustível ou transporte para deslocamento. Todas as pessoas só se deslocam via fluvial;
- ✓ Considerar uma previsão para alimentação dos participantes que estarão o dia todo disponíveis, deixarão suas atividades e o deslocamento para suas casas é via fluvial, dependem de transporte. Considerar dialogar com as partes na primeira reunião para alinhar este ponto. De qualquer maneira, o mutuário deve prever uma alimentação durante a reunião, para pausas durante o processo de diálogo.
- ✓ Material de apoio para as reuniões: Flip chart, desenhos, canetas etc.;

- ✓ Verba para impressão de informativos importantes, cronograma e registro das reuniões para entregar aos participantes.

b) Recursos humanos:

- ✓ Especialista em processos de consulta para facilitar e executar o processo. De preferência alguém com formação em antropologia e/ou no mínimo três anos de experiência nestes processos na Amazônia;
- ✓ Assistente do especialista. Sua função será apoiar o especialista, registrar as reuniões, elaborar documentos e ofícios, verificar a lista de participantes, tirar fotos com consentimento sobre o processo, que devem ser usadas só para registro do processo em tela.

6. MECANISMO DE REPARAÇÃO DE QUEIXAS (MRQ)

6.1 Objetivo

O objetivo do MRQ é canalizar uma reclamação ou denúncia para um mecanismo aceitável e institucionalizado para resolver conflitos decorrentes da implementação do processo de consulta, da obra e das medidas. O mecanismo deve focar no diálogo como uma forma neutra para as partes interessadas discutirem problemas e chegarem a uma solução e/ou reparação, quando necessário.

Para o Programa em tela, sugere-se que o mecanismo seja simples, com poucos processos, e seja elaborado em diálogo com as partes. Considerando que as partes interessadas vivem uma realidade que contempla uma certa distância entre as casas e o necessário deslocamento fluvial para qualquer atividade, será necessário refletir como atender as partes neste processo.

Neste contexto, esta equipe entende que será necessário conceber um modelo com um diálogo mais aprofundado com os comunitários. Será necessário um espaço de diálogo para expor a necessidade do mutuário, na perspectiva de fazê-los compreender que este mecanismo tem o objetivo de oportunizar que o processo respeite seus direitos, haja visto que nem sempre os gestores estarão na obra, e para que se possa monitorar melhor os acordos feitos em reunião, a obra e trabalhadores externos. Desta forma a ideia é construir um mecanismo onde as reclamações e denúncias cheguem até o mutuário, de forma anônima ou não.

Recorrer a alguns princípios básicos na sua elaboração será importante:

- O MRQ deve ser projetado para funcionar em nível local, durante a vida útil do Programa, até a entrega da obra. Deve ser dialogado que as reclamações recebidas oferecem oportunidades para informar e melhorar o modo como o mutuário conduz o processo na comunidade;
- O mutuário deve estar comprometido com um relacionamento de trabalho consultivo, participativo, justo e equitativo com os membros da comunidade que expressam preocupações;
- O mutuário também deve se comprometer em garantir que nenhum reclamante seja sujeito à retaliação por parte do mutuário, da empreiteira ou de outros membros da comunidade quando manifestarem suas preocupações e participarem do processo de resolução de queixas;
- O mutuário deve estimular os indivíduos a terem voz no projeto, em especial pessoas que por diferentes motivos não se expõem, mas tem muito a contribuir;
- O MRQ oferece uma oportunidade para estas comunidades que tem os seus direitos continuamente violados em suas formas de se expressar e decidir sobre atividades que os afetam, apresentarem queixas, defender seu ponto de vista e seu modo de vida;

- O mutuário deve estimular os ribeirinhos a defender seus direitos, mesmo que o Programa esteja relacionado com um serviço tão importante para eles, violações podem ser cometidas por descuido, negligência ou falta de informação. É preciso que o mutuário, mesmo em pequena escala, considerando a dimensão da obra, possa cumprir as normas internacionais e legislação nacional.

6.2 A construção do mecanismo de forma participativa

O âmbito, a dimensão e o tipo de mecanismo de queixa serão proporcionais à natureza e à dimensão dos possíveis riscos e impactos do Programa, conforme elencado na matriz de riscos do CSA. O mecanismo de queixa deve conter minimamente três etapas básicas.

6.2.1 Etapa 1: receber e reconhecer uma reclamação

Meios diferentes e culturalmente adequados pelos quais os comunitários podem colocar ou expor as suas queixas, incluindo, entre outros: diálogo direcionado a este tema, uma reunião específica; uma caixa fechada na igreja que pode receber papéis com as queixas, de forma anônima ou não; relatos feitos em particular pelas lideranças, entre outros a serem construídos em colaboração. Importante dialogar sobre uma rotina para falar sobre este assunto específico, uma sugestão é a cada reunião o mediador dedicar uma hora para avaliação e possíveis queixas das etapas em andamento. Deve-se estimular as pessoas com perguntas variadas, levando em conta a avaliação de cada risco descrito no CSA; considerar que grande parte dos ribeirinhos não possui fluência na escrita. Desenhos, cartões previamente elaborados pelo mutuário e outras formas de se expressar devem ser estimuladas.

- ❖ Lembre! Será necessário o registro das queixas pelo mutuário.

6.2.2 Etapa 2: avaliar, atribuir responsabilidade e investigar

Dialogar sobre os procedimentos que serão seguidos para resolução da queixa. Muitas vezes a mediadora do Plano de Consulta não tem poder para conduzir uma resolução. Deve-se estabelecer um procedimento transparente a ser cumprido: registro da queixa, prazo para resolução e responsável para resposta.

- ❖ Lembre! O quanto antes as queixas forem resolvidas, menores as chances de impactos sociais, conflitos e denúncias aos órgãos de defesa.

6.2.3 Etapa 3: consultar e implementar a resolução

Resolução da queixa. Este procedimento deve levar em conta a gravidade da queixa, reclamação ou denúncia. O mutuário deve estar preparado institucionalmente para substituir trabalhadores, adaptar medidas, resolver de forma imediata impactos ambientais causados pela empreiteira e até recorrer a outras instituições para auxiliar na melhor resolução do problema.

- Lembre! Mesmo que a denúncia possa gerar penalidades à empreiteira ou ao mutuário, é recomendado o registro, enfrentamento e resolução efetiva e rápida do problema, pois a depender da gravidade da denúncia e da não resolução, os comunitários devem ser encorajados a denunciar aos órgãos de defesa, como a defensoria pública ou o Ministério Público Estadual.

7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A seguir o ***Quadro 1*** apresenta um guia com perguntas e informações relevantes, adaptado de Kvam (2017)[8] que podem ser usadas para monitorar as fases do processo de consulta e engajamento, como também serve de orientação para redação do relatório resumido do processo de consulta às partes interessadas. Normalmente ele será solicitado pelo BID como evidência sobre o cumprimento das salvaguardas nacionais internacionais pelo mutuário durante as etapas do Programa.

Este roteiro de perguntas para monitoramento deve ser elaborado a cada etapa do Programa (Pré-planejamento, Planejamento, Implantação da obra e Operação) e deve ser orientado pelas fases e conteúdos descritos neste Plano de Consulta.

Lembra-se que o mutuário terá muitas fontes de informação para não se levar por "achismos". A avaliação sociocultural e este Plano de Consulta em tela deve ser um apoio real para contextualização geral da realidade da comunidade.

[8] Kvam, Reidar. Consulta significativa às partes interessadas: série do BID sobre riscos e oportunidades ambientais e sociais / Reidar Kvam. p. cm. — (Monografia do BID ; 545). 2017.

Quadro 1 - Quadro guia para o monitoramento do Plano de Consulta da comunidade Rio Urubuéua Fátima e engajamento das partes.

Pergunta de apoio	Objetivo e orientação	Informações relevantes a monitorar
1. Quando o projeto interagiu com as partes interessadas?	Transmitir os princípios que fundamentam o engajamento e decisões em relação à efetiva interação com as partes interessadas.	• Em que ocasiões/horários/com que frequência o mutuário o interage com as partes interessadas? • Por exemplo: se em determinados pontos do ciclo de um projeto: periodicamente (por exemplo, as fases de cada etapa); em resposta a requisitos legais ou outros; em resposta a pedidos das partes interessadas; • Quantificar estas interações em relatório com evidência de fotos e listas de presença; • De que maneira o compromisso com os níveis de participação (compartilhar informação, consulta e diálogo) com as partes interessadas durante a execução do Programa foi contemplado (dividir por etapas).
2. Que objetivos foram definidos para os processos de interação com as partes interessadas?	Transmitir a justificativa e objetivos do Plano de Consulta.	• Quais recursos (custos, responsáveis, outros) foram destinados ao processo de consulta? • Dados de referência e indicadores usados no monitoramento e avaliação da capacidade institucional adicional necessária para tornar a execução mais eficaz; • Plano de Consulta: principais categorias e subcategorias de partes interessadas. Natureza de sua participação no projeto, principais características, como o projeto interagiu com cada um dos diferentes grupos; • Exemplos de como o Plano de Consulta se baseou nos resultados da análise das partes interessadas (CSA); • Medidas/estratégias especiais aplicadas para assegurar a participação efetiva das partes; • Possíveis atualizações feitas no Plano de Consulta;

Pergunta de apoio	Objetivo e orientação	Informações relevantes a monitorar
		• Evidências de apoio ou oposição de instituições envolvidas, nos casos pertinentes; • Exemplos de diferentes opiniões entre as partes interessadas (Por exemplo evidências de acordo ou discordância em relação a momentos de consulta – projeto arquitetônico da escola e medidas para reduzir riscos); • Em que base as comunidades entram em consentimento nos momentos decisórios – mecanismos e interação (por exemplo, aceitação, compreensão, discordância, negociação de medidas)?
3. Com quais partes interessadas a equipe do projeto interagiu?	Fornecer exemplos concretos e dados qualitativos e quantitativos; Exemplos podem ser extraídos preferencialmente de situações em que há desafios reais, em oposição àquelas que envolverem um problema restrito e/ou fácil de resolver.	• Subgrupos específicos de partes interessadas com participação especial: mulheres, idosos e jovens; • A lógica geral guiando as interações; • As finalidades específicas de diferentes interações e a medida em que essas finalidades foram alcançadas ou promovidas; • Se as interações foram eventos únicos (reservados) ou eram parte de um processo de interação contínuo; • Quantas partes interessadas interagiram ou quantas sessões de consulta ocorreram em momentos decisórios; • Possíveis alterações feitas no plano de interação e motivos das alterações; • Feedback na integra por escrito indicando de modo resumido as iniciativas do Programa/mutuário relacionadas às preocupações e inseguranças.
4. Que formatos de interação foram priorizados?	Demonstrar que a forma de consulta foi adaptada às especificidades socioculturais da	• Breve descrição de eventos e discussões (local, formato, número de participantes, questões-chave e preocupações levantadas), como foi documentado, se foi alcançado um consenso;

Pergunta de apoio	Objetivo e orientação	Informações relevantes a monitorar
	comunidade e como se baseou no Plano de Consulta e CSA.	• Informações fornecidas aos grupos de partes interessadas antes das reuniões de consulta; • Horários, duração e formatos escolhidos e por que motivo; • Documentos fundamentais divulgados às partes interessadas; • Divulgação dos resultados do processo de consulta; • Quantidade de tempo concedida às partes interessadas para examinar e discutir as informações; • Medidas para assegurar que o processo respeita as opiniões das diferentes partes interessadas; • Exemplos de partes interessadas aderindo ao processo e desenvolvendo confiança em que o processo de interação era justo e legítimo; • Métodos dialogados e aplicados ao processo de consentimento nas reuniões de consulta; • Diferenças mais marcantes entre as partes interessadas.
5. De que maneira os pontos de vista das partes interessadas influenciaram o planejamento e execução do Programa (nas diferentes Etapas)?	Demonstrar, por meio de exemplos concretos, em que medida o processo de interação com as partes interessadas cumpriu o objetivo proposto de dialogar sobre salvaguardas relacionadas aos riscos, sobre os riscos identificados e sobre medidas a serem executadas.	• As opiniões, anseios e contribuições específicas das partes interessadas sobre as diferentes questões sobre a obra; • Contribuições prestadas pelas partes interessadas as medidas para reduzir riscos identificados; • Decisões ou medidas da equipe do projeto em relação a questões que tenham sido embasadas pelas contribuições das partes interessadas (por exemplo, uma decisão de não prosseguir com uma medida com base em contribuições de comunidades, uma mudança no planejamento da obra com base em uma negociação);

Pergunta de apoio	Objetivo e orientação	Informações relevantes a monitorar
		• Motivos para a decisão de não incorporar ou abordar questões significativas levantadas por partes interessadas; • Se e como as partes interessadas foram informadas acerca das decisões, medidas ou outras mudanças resultantes de suas contribuições.
6. De que maneira o projeto estabeleceu mecanismos de reparação de queixas? Como eles estão funcionando?	Explicar os processos aplicáveis quando as partes interessadas afetadas têm questões ou dúvidas; quando há necessidade de mediação; ou quando o projeto for considerado o causador de algum impacto negativo ou contribuiu para que ocorresse.	• Meios/mecanismo pelos quais o Programa recebe queixas ou dúvidas acerca dos impactos, reclamações e denúncias do Programa/obra e efetividade das medidas; • Tipo de Mecanismo de Reparação de Queixas criado e como agregou regras internas do grupo? • Tipos de queixas recebidas e se não recebeu a que atribui?; • Esforços para a mediação ou solução de problemas; • Critérios para avaliar a eficácia das soluções encontradas; • Tendências e padrões em queixas ou dúvidas e respectivas soluções; • Exemplos significativos de reparação para uma queixa, reclamação ou denuncia real.